

SANDRA DE NEGRAES BRISOLLA

RELAÇÕES PRÉ-CAPITALISTAS NA AGRICULTURA BRASILEIRA:
UM ESTUDO DA CULTURA DO ALGODÃO ARBÓREO NO CEARÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Economia e Planejamen-
to Econômico do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade Es-
tadual de Campinas

CAMPINAS, 1977

Í N D I C E

Dedicatória

Agradecimentos	IV
Introdução	VI
Capítulo 1: Gênese e Estrutura do Complexo Algodoeiro Cearense .	1
1.1. Processo de Ocupação do Território	2
1.2. A Estrutura do Complexo	18
Capítulo 2: O Funcionamento do Complexo	36
2.1. Estrutura Fundiária	36
2.2. Evolução das Áreas de Lavoura	53
Capítulo 3: As Relações de Produção no Complexo	62
3.1. A Parceria	62
3.2. Consórcio Algodão - Pecuária	74
3.3. Parceria versus Exploração Direta	83
Capítulo 4: O Financiamento da Produção	89
4.1. Crédito Formal	90
4.2. Crédito Informal	101
Bibliografia Consultada	117

para Regina

amiga ausente

porque coerente

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve como ponto de partida nossa participação na equipe de pesquisa do Convênio Unicamp-Incra, realizada no ano de 1976 e que teve na região do sertão algodoeiro cearense um dos temas de pesquisa. Nosso primeiro agradecimento é portanto para a equipe que participou nessa pesquisa e mais particularmente para seus coordenadores, professores Roberto Mário Perosa, Nelson Giordano Delgado e José Lessa.

As informações de tipo mais qualitativo que fundamentam este trabalho estão baseadas principalmente na pesquisa direta efetuada nos municípios algodoeiros do Ceará durante a pesquisa do Convênio Unicamp-Incra. Os dados estatísticos foram extraídos principalmente dos Censos Agropecuário e Demográfico, dos Cadastros do Incra e da "Pesquisa sobre as Unidades de Produção Agrícola do Nordeste", do Acordo SUDENE/BIRD, de 1976. Queremos agradecer a Nice Guerra de Macedo, da SUDENE, que nos facilitou os dados da pesquisa acima referida. Outras fontes de informação encontram-se citadas em notas de pé-de-página ou na bibliografia anexa, quando não acompanham a apresentação de algum quadro ou tabela.

Somos extremamente gratos ao pessoal do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, que não apenas colocou a nossa disposição os resultados de sua pesquisa sobre "Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira", Convênio FCMBB/CONTAG, como se dispôs a assessorar-nos em nosso trabalho de pesquisa.

Nossos agradecimentos se estendem ainda a todas as instituições que em Fortaleza nos facultaram a obtenção dos dados, tais como a CEPA-CE, ANCAR, SUDEC, COCENTRO, bem como aos Sindicatos Rurais e Cooperativas dos municípios visitados, além de órgãos como o IBGE, Delegacia da Fazenda e etc., que nos proporcionaram todo o apoio na pesquisa de campo durante o Convênio Unicamp-Incra.

A Manoel Correia de Andrade e Mário Lacerda, que se dispuseram a discutir conosco sobre o objeto deste estudo, nosso muito obrigado.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio da Comissão de Financiamento da Produção, que o financiou através de uma bolsa de estudo, para a qual concorremos e fomos selecionados.

Por fim, se algum mérito for encontrado na qualidade da exposição e na ordenação das idéias, ele é todo fruto do trabalho incansável do orientador desta monografia, professor Tamás Szmrecsányi, ao qual cabe ainda o mérito deste trabalho ter sido concluído no prazo fixado.

A todos os que nos rodeiam no ambiente familiar, entendemos o agradecimento pela paciência e dedicação que se exige do trato com um "mestrando" em fase de elaboração de tese. Ao Cyro, que além de toda a sua paciência e dedicação, ainda ajudou a datilografar o capítulo final.

Campinas, 30 de setembro de 1977.

INTRODUÇÃO

O estudo da agricultura brasileira só recentemente voltou a atrair a atenção dos cientistas sociais. Durante muitos anos o tema foi relegado a um segundo plano e até mesmo deixado de lado. O peso crescente da indústria manufatureira no processo de acumulação no País fez com que as elaborações teóricas de economistas e sociólogos se concentrassem quase que exclusivamente no processo de industrialização no Brasil, sobretudo a partir dos anos trinta.

Foi somente a partir da década de 1960, com os primeiros sinais de crise manifesta da economia, que as atenções dos economistas se voltaram de novo para a agricultura. Alguns buscavam nela uma tábua de salvação para o modelo de acumulação. Outros, fortemente influenciados pelo pensamento Cepalino, preocupavam-se com o crescimento mais harmônico da economia brasileira. As discussões giravam principalmente em torno de uma distribuição mais igualitária da renda e a reforma agrária era preconizada como o instrumento central da política econômica para atingir esse objetivo.

Tornando-se politicamente inviável a implantação de uma reforma agrária, as preocupações dos economistas e sociólogos desviaram-se para o estudo mais aprofundado do papel da agricultura na acumulação. Isto se deu principalmente depois que a economia nacional deu mostras de poder crescer a taxas elevadas sem adotar quaisquer medidas para transformar as formas de organização da produção no campo. Deste modo, muitos estudiosos passaram a ter uma nova visão das formas tradicionais de produção agrícola, antes consideradas um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. As relações de produção pré-capitalistas, dominantes na agricultura brasileira, passaram a ser vistas, se não como funcionais para o processo de acumulação, pelo menos como dotadas de algum papel positivo para o conjunto da economia, ainda que à custa da baixa produtividade no setor primário.

Reconhecia-se, por um lado, o papel da agricultura tradicional na produção de alimentos a baixo custo, contribuindo para a manutenção de preços baixos da força de trabalho urbana. Por outro lado, foi possível a reprodução de mão-de-obra barata no campo, devi

do às características de economia de subsistência que permeiam a produção primária, sem que isto representasse um custo à sociedade em seu conjunto. Isto teve influência marcante na manutenção de salários baixos a nível da economia como um todo. Durante o auge do processo de industrialização, as migrações de mão-de-obra rural provocaram, ainda que indiretamente, o aumento da oferta de trabalhadores para a indústria. A constante pressão dessa força-de-trabalho abundante teve, certamente, muito a ver com o baixo poder de barganha dos trabalhadores em sua luta por melhores salários.

As migrações não se dão diretamente do campo para as cidades onde a industrialização está mais avançada, como parecem indicar os estudos nesse sentido. Não há dúvida, entretanto, de que o processo de passagem do homem do campo de regiões mais atrasadas (com predomínio de relações pré-capitalistas de produção e onde há proliferação de minifúndios) para outras zonas rurais ou para núcleos urbanos mais próximos, culminava com a expulsão de trabalhadores rurais já estabelecidos nessas zonas. Das zonas rurais do Centro - Sul do País houve forte migração para os núcleos urbano-industriais importantes. Sempre que não eram absorvidos pelos serviços nos pequenos núcleos urbanos, ou como trabalhadores temporários nos campos da Região, onde a agricultura experimentou um processo de ascensão nos últimos anos, esses migrantes terminavam buscando refúgio nas grandes capitais.

Tais migrações, fruto de crises periódicas devidas às secas e à baixa produtividade de regiões do Nordeste brasileiro, de onde partia o grosso dos chamados "retirantes", tenderam a diminuir nos últimos anos, depois de uma fase de crescente absorção de mão-de-obra pelos núcleos urbanos em processo de rápida industrialização. As estatísticas de absorção de mão-de-obra pelo setor industrial parecem indicar que esta se dá a taxas menores do que o ritmo de crescimento do produto industrial.

Além disso, a reprodução de mão-de-obra barata para a indústria passou a ser feita hoje nas periferias das próprias metrópoles. Não se pode negar, entretanto, que a agricultura "tradicional" desempenhou, e ainda desempenha em certa medida, esse papel, extremamente importante para o crescimento da economia brasileira.

Mas a função mais importante da agricultura pré-capitalista, apontada pelos estudos mais recentes, é sem dúvida a de fornecer alimentos e matérias-primas a baixo custo para os núcleos urbanos. Dessa forma, ao baratear-se o custo de reprodução da mão-de-obra industrial, torna-se economicamente viável uma política de congelamento de salários. Destinando-se à aceleração do ritmo de acumulação no País, a política de congelamento de salários só pode ter efetividade devido às condições políticas em que foi imposta. Mas, ao mesmo tempo, ela também teve suas possibilidades concretas dadas pelas condições econômicas vigentes, tendo sido acompanhada por medidas concentracionistas, que visavam ao mesmo fim: aumento do ritmo da acumulação pela elevação do excedente, para que maiores investimentos pudessem ser realizados.

Nosso objeto de análise se insere nessa discussão mais recente sobre o papel da agricultura no processo de acumulação no Brasil e sobre as transformações que ela vem sofrendo ultimamente em consequência da maior entrada de capital na produção agrícola. Pretende-se neste trabalho analisar os fatores responsáveis pela persistência de relações pré-capitalistas na agricultura nordestina, através do estudo da cultura do algodão arbóreo no sertão do Estado do Ceará.

Naturalmente o estudo da cultura do algodão "mocó" (variedade de algodão, conhecida como "seridó" no Rio Grande do Norte) envolve a análise paralela das culturas de subsistência plantadas em consórcio com este, bem como da pecuária bovina, extremamente relacionada com a cultura algodoeira. Nas relações de parceria predominantes no complexo algodoeiro do sertão cearense, o agricultor sem terra planta o algodão em consórcio com os produtos necessários a sua subsistência. A pecuária bovina, por outro lado, tem a função de representar uma reserva de valor, tanto para pequenos proprietários como para as grandes unidades de produção. A grande oscilação da rentabilidade da cultura algodoeira torna aconselhável a manutenção de uma atividade paralela que possa contrabalançar os baixos rendimentos nos anos maus.

Além da "meia" do algodão a que tem direito, o parceiro comercializa também o excedente da sua produção de alimentos. Essa

produção de alimentos, feita em moldes tradicionais e a baixo custo, vai ao encontro da necessidade regional de suprimento alimentar de uma população com baixo poder aquisitivo. Trata-se, sobretudo, de alimentos "não-nobres" com o feijão maçar, o arroz de grão curto (consoiciado com o algodão em áreas mais úmidas), e a farinha de mandioca (que não é plantada em consórcio, mas dentro dos limites das fazendas de algodão), além do milho, todos eles de alto consumo no campo e nas cidades do Nordeste.

Dentro dessa perspectiva, o algodão e seus "sócios" no complexo algodoeiro do sertão do Nordeste servem de base para o exame das relações de produção pré-capitalistas na cultura de uma matéria-prima destinada à indústria nacional e que também constitui fonte de divisas para o País. Trata-se principalmente de ver quais as formas que assume a extração de excedentes de uma agricultura pré-capitalista e como esses excedentes são canalizados para o centro dinâmico, alimentando diretamente a expansão da acumulação capitalista no País.

Todo o trabalho se encaminha para essa análise final, do financiamento da produção, que se constitui no elemento de ligação do complexo com o restante da economia brasileira. É o financiamento concedido pelos bancos oficiais que dá o ritmo de expansão das atividades no complexo algodoeiro. Por outro lado, em contrapartida ao financiamento, os mecanismos de comercialização asseguram a drenagem do excedente gerado na produção do algodão para o centro dinâmico da acumulação. O capítulo final, relativo ao financiamento da produção constitui uma tentativa de tornar mais transparente esse processo de alimentação da acumulação capitalista por sistemas baseados em relações de produção pré-capitalistas.

Para que fique claro o mecanismo de inserção do complexo algodoeiro no capitalismo brasileiro, procedeu-se, em primeiro lugar, à análise da origem histórica da economia algodoeira no sertão cearense. O primeiro capítulo traça rapidamente a evolução histórica da região, procurando captar os elementos que explicariam o surgimento e a perpetuação das relações de parceria no algodão. O capítulo se encerra com uma análise da parceria, mostrando a função que esta assume no complexo e discutindo a classificação das relações de produção no sertão algodoeiro como "pré-capitalistas".

O segundo capítulo trata da estrutura fundiária e de sua evolução nas últimas décadas. Sem pretender chegar a uma análise exaustiva, o capítulo procura principalmente relacionar o crescimento do número e da área dos pequenos estabelecimentos com o aumento da área de lavoura em pequenas roças geralmente cedidas em parceria ou arrendamento.

O terceiro capítulo corresponde a uma análise superficial das relações de produção no complexo algodoeiro no Ceará. Nelo aparecem alguns dados sobre as características geo-climáticas da região sertaneja do Estado e sua importância em termos territoriais, justificando a situação do algodão arbóreo como principal produto na arrecadação fiscal do Ceará. Estas características, sendo em parte responsáveis pelo baixo nível de acumulação do complexo a longo prazo, são, nessa mesma medida, causa da vigência das relações de parceria, formas de organização da produção primitivas em que as relações técnicas de produção (notadamente o consorciamento e a produção em pequenas roças) determinam as relações sociais. Estas assumem a forma de parceria e pequeno arrendamento pré-capitalista. O capítulo analisa também o consorciamento com a atividade pecuária e a função que esta assume no complexo.

O equilíbrio que se estabelece entre as relações de parceria e a exploração direta pelo proprietário também se explica em função da forma concreta da parceria no algodão cearense. A exploração direta aparece mais como uma maneira do proprietário proceder à plena utilização da mão-de-obra disponível a baixo preço, devido aos vínculos que unem proprietário e parceiro, vínculos que criam uma relação de dependência deste último em relação ao primeiro. Por último, o terceiro capítulo mostra a oferta abundante de mão-de-obra no sertão cearense e a tendência ao adensamento demográfico no Estado nas últimas décadas, provocando uma pressão sobre a terra e a queda progressiva da produtividade física do algodão, em vista da utilização crescente de terras de fertilidades mais baixas.

O quarto capítulo mostra o esquema geral do financiamento da produção, que se revela como a peça-chave na reprodução das relações de produção no complexo. O financiamento da produção condiciona a comercialização do produto, que canaliza o excedente do

produtor direto para a esfera da intermediação, do capital comercial e por último, para o centro dinâmico da acumulação.

Algumas considerações finais aparecem simplesmente como formulações tentativas para elaboração de trabalhos futuros, em que se torna imprescindível uma maior profundidade de análise. Assim, quando se pensa na possível evolução do complexo, aparecem algumas tendências da situação atual - baixa progressiva da produtividade, crescente pressão demográfica sobre a terra e manipulação dos preços do algodão por parte da indústria têxtil nacional ou do mercado internacional - que aponta para uma estagnação econômica e uma involução para uma economia de subsistência, com progressiva redução da renda passível de ser extraída do produtor direto e do montante de excedente gerado pelo complexo.

A partir dessa situação prevê-se um aguçamento das contradições representadas pela manutenção de formas pré-capitalistas de exploração, e possivelmente um esgotamento progressivo dessa forma de extração do excedente para alimentar a expansão da acumulação. Essas contradições se expressariam de forma mais imediata pela luta dos produtores diretos por manter um padrão mínimo de sobrevivência e, por outro lado, pela tentativa dos intermediários diversos, os agentes do capital comercial local, por manter o nível de excedente extraído dos primeiros.

CAPÍTULO 1

GÊNESE E ESTRUTURA DO COMPLEXO ALGODOEIRO CEARENSE

Neste capítulo tentar-se à dar uma rápida visão histórica da ocupação do Ceará e da formação do seu complexo algodoeiro. As condições históricas que determinaram o povoamento do Ceará vão condicionar em grande medida as formas de organização da produção do complexo algodoeiro ^{1/}, que se perpetuam até nossos dias sem modificações fundamentais.

Tendo sido a pecuária extensiva o veículo de povoamento do Ceará, o capítulo se inicia com uma rápida análise dos motivos econômicos que determinaram a expansão dessa atividade, provocando a penetração e o povoamento do território do Nordeste ocidental. O segundo momento da análise refere-se aos condicionantes do aparecimento da cultura comercial do algodão e da formação do complexo algodoeiro. Do estudo de sua origem e desenvolvimento extraem-se alguns elementos considerados importantes para o entendimento das relações de produção que se estabelecem no complexo.

Na parte final do capítulo discute-se as relações de parceria, forma concreta predominante das relações de produção vigentes no complexo algodoeiro. Estas são primeiramente descritas numa apresentação da estrutura do complexo, e também analisadas em função das formas de consorciamento entre o algodão, as culturas de subsistência e a atividade pecuária. Posteriormente passa-se a sua caracterização e conceituação. Do conceito teórico em que se enquadram as relações de parceria naturalmente derivam as considerações que se possam fazer sobre a inserção do

1/ - Por "complexo" entende-se aqui um conjunto de atividades econômicas interrelacionadas e funcionalmente vinculadas a determinado (s) produto (s) - no caso considerado, o algodão. Veja-se a respeito a definição dada por Wilsen Cano em seu trabalho sobre "Raízes da Concentração Industrial em São Paulo" (São Paulo, 1977, DIFEL), pág. 17.

complexo algodoeiro na dinâmica de acumulação do capitalismo brasileiro.

Para a rápida análise histórica que segue, na qual se procura captar apenas os elementos fundamentais de acordo com os objetivos propostos, foram utilizadas principalmente duas obras de Raimundo Girão: a "História Econômica do Ceará" (1947) e a "Pequena História do Ceará", (1962). Toda vez que forem utilizadas outras obras de consulta à exceção dessas duas, as mesmas se encontram citadas em notas de pé de página, e explicitadas na bibliografia anexa.

1.1. Processo de Ocupação do Território

As primeiras rotas de penetração no território do Nordeste Setentrional começam a ser trilhadas pelos colonizadores portugueses no início do século XVII. Estes primeiros ensaios de penetração tinham, contudo, um sentido mais estratégico e militar do que econômico. Visavam à expulsão dos "piratas" franceses, estabelecidos no Maranhão e também nas costas cearenses. Objetivos secundários, como a procura de metais preciosos e a catequese e aprisionamento de indígenas, animavam também estes aventureiros, o que os obrigava a estabelecer algumas fortificações, deixando atrás de si alguns povoados.

Os jesuítas foram pioneiros nesse início de colonização, pois iam "àquelas partes para com as suas práticas domarem aqueles índios", e também "em demanda de uma minas que dizem os franceses que estão na serra do Punaré"^{1/}. Os jesuítas formaram algumas vilas de índios que se mantiveram à base de uma economia de subsistência durante os séculos XVII e XVIII no que mais tarde viria a se tornar o Ceará.

Na primeira década do século XVII, no entanto, foram poucos os resultados práticos alcançados por essas tentativas

1/ - "Relação do Siará", de Martm. Soares Moreno, in GIRÃO (1947), pág. 63.

de ocupação do interior do Nordeste Setentrional. Constantemente atacados pelos indígenas e por corsários franceses, flamengos e ingleses, os jesuítas não puderam se manter no Ceará nem alcançar o Maranhão. Para expulsar os franceses do Maranhão e proceder à sua conquista, foi enviado em 1611 Martim Soares Moreno ^{1/} de Pernambuco, por ordem real. Desde que haviam sido expulsos do Rio de Janeiro por Mém de Sá em 1567, os franceses haviam começado a abordar as costas do Norte e do Nordeste. Posteriormente fundaram a "França Equinocial" no Maranhão, desafiando a soberania portuguesa sobre as capitanias do Norte do Brasil.

Martim Soares Moreno parou dois anos no Ceará, conquistando a confiança dos indígenas e dando início "à criação de gado cavalар, suíno, caprino e aves domésticas" ^{2/}. Retirando-se em 1613 para o Maranhão, voltou só em 1621, encontrando desfeito o trabalho que começara, com os índios em pé de guerra e os soldados na miséria. Naquele ano ele havia sido nomeado Capitão-Mór do Ceará, por dez anos.

Nessa época já era reconhecido o interesse do mercado europeu pelo algodão nativo da Capitania, e o aumento de seu plantio era recomendado a Martim Soares Moreno por resolução real de 1621. O algodão cearense era conhecido como crioulo, ou inteiro, e era de espécie arbórea. Mas - como se verá mais adiante - seria só após a crise da mineração que o Reino iria realmente se empenhar em incentivar a produção do algodão na colônia.

Em meados do século XVII a Capitania do Ceará ainda "continuava sem cidades, sem canaviais, sem engenhos, sem eito, sem aristocracia, sem carro de boi, sem nada" ^{3/}. Sendo infrutíferas as incursões em busca de metais preciosos, a Capitania do Ceará só começa a ser realmente povoada quando se deu mo-

1/ - *Martim Soares Moreno viria a ser o guerreiro branco de Iracema da conhecida obra de José de Alencar.*

2/ - GIRÃO (1947), págs. 64 e 65.

3/ - GIRÃO (1947), pág. 80.

tivação econômica à penetração aventureira. O veículo econômico dessa ocupação foi o "pastoreio horizontal e derramado" ^{1/}, que se estabeleceu nas margens dos rios, principal via de penetração das duas principais correntes de povoamento - a que vinha de Pernambuco e a oriunda da Bahia.

Foi a expansão das atividades exportadoras, mais especificamente da cana-de-açúcar no litoral pernambucano e baiano, que provocou a penetração do interior nordestino, pela atividade criatória. Esta foi, portanto, desde o início, uma atividade dependente da economia açucareira, destinada a alimentar e re produzir as atividades do núcleo exportador. Os animais de tração - cavalos e bois - eram fundamentais para o trabalho nos engenhos e o transporte. O gado também era importante no abastecimento dos centros urbanos ^{2/}.

Era a expansão da atividade exportadora que comandava o desenvolvimento da pecuária e a progressiva ampliação do território ocupado por esta ^{3/}. A renda dessa atividade era baixa em relação à atividade principal: "A renda total gerada pela atividade criatória não excederia cinco por cento do valor da exportação do açúcar" ^{4/}. Os couros dos bovinos eram também, desde o início, exportados para a Metrópole, constituindo para ela uma fonte de riqueza complementar, embora esta nunca pudesse explicar, por si só, os movimentos de colonização do *hinterland* nordestino. A atividade criatória também era, em grande medida, uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos e de uma matéria prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo nas fazendas de gado ^{5/}. Assim, as principais atividades de

1/ - *Idem*, págs. 82/83.

2/ - ANDRADE (1973), pág. 179.

3/ - FURTADO (1964), pág. 76.

4/ - *Idem*, pág. 74.

5/ - FURTADO, *op. cit.*, pág. 77.

exportação - vinculadas à cultura da cana-de-açúcar no litoral oriental-constituíam não só o ponto de partida dos movimentos de colonização do interior, mas também o mercado consumidor para os produtos dessa penetração. Sendo uma atividade subsidiária da atividade exportadora, a pecuária estava sob constante ameaça de regressão para uma economia de subsistência com as sucessivas crises da economia açucareira. ^{1/}

As primeiras sesmarias do Ceará foram litorâneas, datando de 1678 e 1682. Entrando pelo rio Jaguaribe, os homens da corrente pernambucana, sobretudo aqueles com concessões no Rio Grande do Norte, começam a povoar o interior da Capitania do Ceará, até 1681. Sesmarias foram então distribuídas acompanhando a linha dos rios ou em redor de lagoas e aguadas. "Dos sesmeiros, alguns poucos situavam-se eles mesmos, trazendo os seus gados e construindo precárias instalações; outros as confiavam a prepostos ou vaqueiros, homens experimentados nas agruras do sertão, capazes de defrontar as rudezas do meio e o ataque dos índios e das feras"^{2/}. O governo financiava também expedições para empurrar os índios mais para dentro ou dizimá-los, quando estes eram mais belicosos. Assim, estabeleciam-se currais, que depois se transformavam em fazendas, distanciadas umas das outras e comunicadas pelos "caminhos das ribeiras", que mais tarde serviriam para o transporte em "comboios" dos produtos da Capitania.

Os chamados "homens do Rio Grande", da corrente pernambucana, terminaram encontrando-se com os "baianos" na ribeira do Icô. E, em 1702, começava a ser povoada a margem do Banabuiú e seu afluente, o Quixeramobim. Na mesma data o rio Salgado é navegado, atingindo-se o Cariri, sendo essa região ocupada e suas terras tituladas em 1714. Povoaram-se então até as chapadas sertanejas em que nem os índios haviam ousado fixar-se, pela hostilida

1/ - *Idem*, pág. 81.

2/ - *GIRÃO* (1947), pág. 83.

de das condições geo-ecológicas.

Assim, foi só a partir de 1707 que se multiplicarem as explorações e as sesmarias. Do encontro das expedições de ocupação proveniente do Litoral com aquelas vindas do Sul, resultou o povoamento de grande parte da Capitania. A finalidade primordial da penetração era a atividade criatória, mas nos pés de serra com águas de infiltração, como a serra do Araripe, logo se estabelecia uma agricultura voltada para o abastecimento da população local. No Cariri firmou-se logo a cultura da cana-de-açúcar, abastecendo de rapadura não só o sertão cearense, como as regiões fronteiriças da Bahia, Pernambuco e Paraíba. (ver Mapa 1.)

Ressalte-se que essa colonização era bem diferente daquela promovida pelo capital comercial português na Zona da Mata pernambucana. Esta última estava destinada a favorecer a acumulação primitiva na metrópole e girava em torno de uma cultura de alto valor comercial: a cana-de-açúcar. Por sua vez, a ocupação do solo cearense deveu-se em primeiro lugar a motivos estratégicos, como foi visto. E, mesmo depois com a atividade pastoril, quando se deu motivação econômica à tomada de posse da Capitania, seus colonizadores foram homens já radicados na Colônia, vindos de Pernambuco ou da Bahia, dispostos a aventurar-se numa atividade secundária, como era a prática pastoril, que se desenvolvia à sombra da economia açucareira.

Homens de poucas posses, não vinham esses colonizadores ao Ceará acompanhados do tradicional séquito de escravos, comuns nas regiões torâneas do Nordeste Oriental, onde imperava a cultura da cana-de-açúcar. A atividade criatória extensiva não justificava o volume de inversão necessário para a constituição de um contingente de escravos. O baixo nível de acumulação nessa atividade e a necessidade do vaqueiro ter liberdade de locomoção para que o gado pudesse obter no sertão a ração necessária, tornava desaconselhável a utilização do trabalho escravo na pecuária, pois, além de caros, os escravos precisavam ser vigiados para não fugirem. Por isso, eles foram sempre em pequeno número no Ceará e utilizados principalmente nas tarefas domésticas, como símbolo de os-

tentação. Esta foi sem dúvida uma característica marcante na evolução econômica, política e social da Capitania, que a diferenciaria sobremaneira daquela verificada em Pernambuco, na Bahia ou mesmo no Maranhão, como se verá mais adiante.

Os sertanistas, para contar com a mão-de-obra necessária para a pouca lavoura de subsistência que acompanhava a atividade criatória, dedicavam-se ao apaziguamento e posterior escravização do elemento indígena encontrado na região. Os poucos frutos das lavouras existentes, ao lado do leite e da carne, e dos produtos da caça e da pesca, atendiam às necessidades mais imediatas dos poucos habitantes das fazendas de criação. Só alguns artigos manufaturados, como tecidos e instrumentos de trabalho, eram adquiridos fora da Região.

"Os brancos, que formavam a classe mais diminuta, re^utendo os cabedais da civilização e dos gados trazidos e reproduzidos, constituíam a casta rica, proprietária, enfeudada nas fazendas e servida, a troco de compensações mesquinhas, por agregados e forasteiros. O resto vagabundeava, ou preguiçava nas pequenas aldeias missioneiras, plantando, se muito, uma lavourazinha que mal lhe dava o sustento do estômago." ^{1/}

Os forasteiros eram em geral foragidos de outras regiões, que por questões com vizinhos ou parentes, haviam-se tornado assassinados e buscavam refúgio em terras distantes, passando a ser moradores, ou agregados dos fazendeiros que os acolhiam. Eram em tão grande número que em 1766 uma ordem estabelecia fossem distribuídos os ladrões e vagabundos nos povoados, "repartindo-se-lhes com justa proporção as terras adjacentes, sob pena de serem os refratários considerados salteadores e inimigos comuns" ^{2/}. Por essa medida, revogada em 1773, foram criadas as vilas Sobral, Quixeramobim, Russas e Tauá.

Na atividade pecuária pouco monetarizada de fins do século XVIII, "o regime do trabalho, nas fazendas, não exigia, por

1/ - GIRÃO (1947), pág. 114

2/ - *Idem*, pág. 115.

sua própria natureza, o salário em dinheiro". "O dono da fazenda *os sustentava*, de comida, casa e roupa, em troca da contribuição pessoal do lavrador, na maioria (das vezes) seu compadre ou afilhado." ^{1/} "As boiadas vendidas para as capitanias vizinhas voltavam mudadas em panos e armarinhos de procedência portuguesa e também em escravos, o mesmo acontecendo com o comércio dos bufarrinheiros, que revolviam os sertões vendendo os seus artigos a troco de bois e cavalgaduras". ^{2/}

As fazendas se multiplicaram e a falta de delimitação precisa entre elas foi motivo até de lutas armadas entre vizinhos, que envolviam parentes e agregados. Essas fazendas eram pequenos latifúndios, criando desde 30 até 400 bezerros, sendo raras as de maior porte. Uma vez adquirida a terra, o primeiro trabalho era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente. Depois disso era tudo entregue ao vaqueiro. Este só começava a ser pago depois de quatro ou cinco anos, cabendo-lhe uma cria de cada quatro. Vaqueiros vindos da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, como se tornaram também fazendeiros.

Em 1780 havia no Ceará 972 fazendas, com grande número de agregados e moradores, sendo estes constituídos por índios mansos e forasteiros. Rocados de milho, feijão, abóbora, mandioca, serviam para alimentar os que se ocupavam da fazenda. Leite, queijo e coalhada com rapadura completavam a alimentação. Nas vazantes dos rios plantava-se também melancias, melões e feijão ligeiro. A única indústria era o curtimento de solas.

Como os vaqueiros riograndenses e paraibanos tirasse sem vantagem da menor distância dos mercados consumidores, no final do século foram criadas as salgadeiras, nos portos de embarque do gado. As oficinas ou charqueadas, que haviam surgido em Aracati antes de 1740, espalharam-se pela Capitania. Apreciada como foi a carne de charque, ou carne do Ceará, trouxe invulgar processo para a economia cearense, progresso esse que teve pouca du

1/ - GIRÃO (1962), pág. 115.

2/ - GIRÃO, (1947), pp. 123.

ração, ao ser liquidado pela seca-grande de 1790, que matou quase inteiramente os rebanhos da Capitania e com eles o comércio de carnes. Substituído pelas fábricas do Vale do Paraíba, onde as oficinas começaram a funcionar em 1770, e depois em definitivo - pelo charque do Rio Grande do Sul, nunca mais voltaria o Ceará a exportar o produto.

A seca de 1790, que durou quatro anos, deu motivo à concorrência que lhe foi fatal. Esta seca marcou também a reorientação da economia cearense, que no século seguinte passou a ter como esteio, não mais o gado, mas sim o algodão. Abria-se, assim, um novo ciclo na história da Capitania.

Com a decadência do ciclo da mineração, devida ao esgotamento das minas brasileiras em meados do século XVIII, a Coroa Portuguesa decidiu promover a exploração de culturas para a exportação, na Colônia. Ao mesmo tempo tratou de efetuar a ocupação econômica do Meio-Norte, praticamente abandonada por causa das dificuldades de acesso por mar, provocadas pelas correntes marítimas, e mesmo por terra. Assim, em 1756 foi fundada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, incumbida de trazer escravos e fornecer sementes e ferramentas aos agricultores para o plantio de arroz e de algodão. Em 1760 o Maranhão exportou cerca de 8 toneladas de algodão para a Europa. Em 1770 as exportações do produto já passavam das 200 toneladas.

Ora, o Ceará tinha clima e solo propícios para a cultura do algodão e em 1777 foi efetuada a primeira plantação de algodão para fins comerciais, nas cercanias de Fortaleza. Nessa safra e na seguinte, no entanto, a produção foi insignificante, sendo de pouco mais de uma tonelada naquele ano e de 3,5 toneladas em 1778. Nessa mesma época os EUA exportavam 16 mil toneladas de algodão em pluma.

A partir da Guerra de Independência norte americana, que comprometeu consideravelmente o fornecimento de algodão para

o mercado internacional, o preço da fibra sofreu sucessivas valorizações e as áreas de cultivo estenderam-se bastante. Na virada do século a exportação do Ceará variava de 450 a 600 toneladas anuais, sendo sua produção escoada pelo porto de Recife. Em 1800 o Maranhão exportou cerca de 1.700 toneladas. O algodão brasileiro saía pelos portos de Maranhão e de Recife, sendo quase todo cearense o algodão que saía pelo último porto. A exportação de algodão chegou a nivelar-se, em receita, com a de açúcar, em Pernambuco, tendo mesmo ultrapassado a deste produto em 1805.

Contudo, a comparação dos volumes de exportação das duas regiões produtoras mostra que na época o plantio do algodão no Ceará não possuía a importância marcante que teve no Maranhão, onde efetivamente vinha minorar os efeitos da escassez de recursos do Reino, privado de sua principal fonte de renda, a mineração. O Ceará não viu, portanto, nem com o algodão, sua promoção a Capitania de primeira grandeza nos interesses da Coroa.

A carta régia de D. Maria I, de 1799, permitiu que as capitanias do Ceará e da Paraíba passassem a comerciar diretamente com o Reino, pois até então realizavam suas exportações através de Pernambuco. Mas o comércio com Londres só começaria em 1809, quando a abertura dos portos às nações amigas e a inserção de impostos tornaram interessantes tais transações. Naquela ano foram exportadas pela Capitania 56 toneladas de algodão para aquele porto. Além dos portos, abriram-se estradas ligando a Capital ao Interior e criaram-se as Casas de Inspeção do Algodão, onde se recolhiam os impostos sobre o produto. Pagava-se então um imposto de exportação e uma taxa pelo prensamento na prensa real das referidas casas. Estes eram pagos pelos proprietários ou pelos mestres das embarcações carregadoras.

Em 1810 as exportações cearenses alcançam quase 400 toneladas de algodão em pluma, sendo 170 exportadas pelo porto de Fortaleza. De 1811 a 1815 esse porto exportou em média 250 toneladas anuais e de 1816 a 1819 a média foi de 410 toneladas. As principais áreas produtoras da época eram os Distritos de Fortaleza e Aracati e as serras Baturité, Uruburetama, Meruoca, Pereiro e Aratanha. (Ver Mapa 1).

Em 1821 a Capitania exportou, só para Lisboa, 313 toneladas, mas daí em diante intensificou-se a concorrência norte-americana, baixando, em consequência, as exportações brasileiras. A descoberta do descaroçador de serra em 1793 nos Estados Unidos havia revolucionado a técnica do beneficiamento do algodão, dando grande impulso à cultura naquele país, depois de superados os problemas econômicos causados pela Guerra de Independência. A participação do algodão no total das exportações norte-americanas passou de 12% em 1800 para 35% em 1820 e 52% em 1830. No Brasil o algodão representava 20% das exportações em 1796, subindo para 28% em 1805 e caindo para 18% em 1819 ^{1/}

Além da concorrência e da queda de preços no mercado internacional, outros fatores internos começaram a minar a economia algodoeira no Ceará, a partir de 1822. Desde 1821 vivia-se um clima de intranquilidade, devido à ocorrência de revoltas em Portugal. Esse clima foi agravado com a independência do Brasil em 1822, seguida pela revolução republicana de 1824 e a reação monárquica até o final de 1825. Se 1824 fora ano de escassez de chuvas, em 1825 a seca trouxe fome e miséria. A peste da bexiga completou o panorama. A adesão do Ceará à causa republicana custou-lhe a perda dos poucos braços que restavam para a lavoura. A seca e a fome, a guerra civil e a peste fizeram com que o Ceará perdesse a terça parte de sua população, por morte, migração ou recrutamento.

Como se isso não bastasse, as pragas começaram a atacar os algodoeais. Apesar de ter maior cotação que o de proveniência norte-americana, sendo cotado em 31% a mais que este em 1828, o algodão cearense não remunerava o trabalho do lavrador na safra seguinte.

Em 1835 ocorreu a maior safra algodoeira no Ceará, que foi vendida a ótimo preço (chegou a 12\$000 a arroba, quando nas duas primeiras décadas do século havia-se situado entre 4\$500 e 6\$500, excepcionalmente atingindo 8\$000 entre 1816 e 1818), revelando uma nova valorização do produto. Mas 1836 já foi ano de má colheita.

1/ - GIRÃO (1947), pág. 215.

Nesse ano, época do primeiro governo do Pe. José Martiniano de Alencar, este compra algodão dos agricultores para vendê-los à Inglaterra, queixando-se de que "a demanda é grande e a quantidade pouca, e por isso quase sempre está aqui o algodão mais caro que em Pernambuco, e para ser comprado é necessário adiantar-se dinheiro para se receber na safra". Em junho o Padre havia "doado para fora do Tesouro" uns vinte e cinco contos de réis para algodão.^{1/} Como veremos em outro capítulo, o sistema de financiamento da produção iria perpetuar-se no Ceará, tendo como personagem mais tarde o Governo Central, na figura do Banco do Brasil principalmente.

Em 1845 houve outra seca, que dessa vez foi acompanhada pela febre tifóide, aniquilando gado e gente com um furor ainda maior que o de 1825. Proliferaram nesse ano e nos seguintes os assaltantes e as "companhias de sedução", devido à fome, que rondava todas as casas, prostituindo as populações mais pobres.^{2/}

Em 1852 o algodão representava 60% das exportações cearenses, seguido pelo café, couro, açúcar mascavo e animais vivos. Nesse mesmo ano conseguiu o Ceará que lhe fosse remetida uma lata de caroços de algodão herbáceo cultivado perto do Rio de Janeiro. Seguiu assim o exemplo da Paraíba, que havia obtido bons resultados com a importação de sementes norte-americanas de algodão herbáceo, de melhor qualidade que as sementes locais e produzindo um algodão menos suscetível às moléstias que atacavam o algodoeiro nordestino. As sementes fluminenses foram distribuídas aos agricultores do Interior e assim deu-se a introdução do algodão herbáceo no Ceará.

A cultura do algodão herbáceo nos Estados Unidos havia tido um resultado impressionante. Tendo maior rentabilidade física por área que o algodão arbóreo, entre outros motivos devido ao menor espaçamento entre as plantas e por ser uma cultura anual, permitiu a formação de grandes fazendas de tipo plantation naquele país, que utilizavam técnicas modernas e obtinham alta

1/ - GIRÃO (1947), pág. 217.

2/ - Idem, pág. 252.

Produtividade. Em 1860 os Estados Unidos exportaram 834 mil toneladas de algodão, suprimdo 80% do consumo inglês. A Revolução Industrial na Inglaterra nutriu-se em grande medida da fibra norte-americana. ^{1/}

O algodão era plantado em grandes explorações no Sul dos EUA, enquanto o Norte, com uma estrutura econômico-social totalmente diferente, fundada na pequena e média propriedade agrícola e no trabalho livre, iniciara já em 1790 a industrialização da fibra. A indústria têxtil teve rápido desenvolvimento no Norte daquele país, enquanto no Sul o surto industrial era impedido por uma estrutura sócio-econômica baseada no latifúndio e no trabalho escravo, além de inteiramente voltada para o mercado externo. Por isso, o Norte lutava pela imposição de tarifas protecionistas para a indústria e a abolição da escravatura, com vistas à ampliação do mercado interno. A oposição de interesses das duas regiões culminou na Guerra de Secessão, com a vitória das forças nordestas e a desorganização da produção sulista de algodão.

Abriu-se, assim, a partir de 1860 um novo e breve ciclo de expansão para o algodão do Brasil, ciclo que durou apenas dez anos, até a recuperação da cotonicultura norte-americana. Os próprios ingleses se preocuparam em introduzir no Maranhão, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Bahia e São Paulo as variedades anuais do algodão norte-americano, técnicas de cultivo e máquinas de descaroçar. O aumento da extensão dos cultivos no Ceará se fez praticamente de um ano para outro. De 1863 para 1864 duplicaram-se as lavouras e neste último ano a produção alcançou 1.135 toneladas. Em 1866 foram vendidas 2.067 toneladas de algodão em Fortaleza, a 26\$000 a arroba, o maior preço até então atingido pela fibra.

O impacto da Guerra de Secessão pode ser melhor medido por algumas cifras: em 1845 a exportação cearense de algodão havia sido de 125 toneladas. Em 1866 o Ceará exportou 4.427 toneladas, sendo que em 1871 o volume da sua exportação atingiu o máximo, com 7.908 toneladas, já havendo no entanto baixado seu preço.

1/ - NEVES, (1965), pág. 20.

Com o restabelecimento da paz nos EUA os preços do algodão declinaram e os lavradores se tornaram pobres e endividados. O pequeno lavrador recebia 500 réis de diária e o pouco ga^{do} que lhe restava foi vendido para "pagar a ilusória opulência" 1/.

Note-se que o aumento impressionante do cultivo na época foi todo ele devido ao trabalho livre. O fazendeiro preferia pagar a seus moradores 1\$280 diários em vez de empregar seus poucos escravos nas roças. 2/

O censo de 1872 revelou a existência na Província de uma população livre de 689.773 habitantes, contra 31.913 escravos. Estes representavam, portanto, apenas 4,4% do total. Esse percentual atingia 27,4% em 1819, quando os homens livres somavam 145.731 pessoas e a população escrava 55.430. Em 1867 outro censo dava as seguintes cifras: 530.000 livres e 30.000 escravos - ou seja 5,4%. Os autores supõem haver certo exagero na cifra de escravos de 1819, pois a morte de cativos ou as vendas para o Sul do País bem como a difícil renovação dos estoques pela compra a partir de 1850, devido à proibição do Tráfico, não seriam suficientes para explicar tão drástica redução em 48 anos.

Entre 1872 e 1879 foram exportados só pelo porto de Fortaleza 8.002 escravos para a lavoura do café no Sul. Em 1884, quando é declarada a extinção total da escravatura na Província, estimava-se em cerca de 20.000 o número de escravos no Ceará. A libertação dos escravos não teve, portanto, maiores repercussões sobre a economia cearense, devido ao seu pequeno número e devido à utilização que se dava ao escravo, mais no trabalho doméstico.

A maior flexibilidade da exploração baseada no trabalho livre, que não envolvia imobilização de capital em escravos, permitiu que o algodão, superada a fase áurea dos anos sessenta, ainda fosse considerado a base da riqueza da Província em

1/ - GIRÃO (1947), pág. 225.

2/ - Este salário era altíssimo na época, apesar de seu poder de compra ser relativo, uma vez que os gêneros alimentícios eram quase todos importados de outras regiões da Colônia, havendo sido abandonado seu cultivo no Ceará. Cf. ANDRADÊ (1973), pág. 194.

1881. Esta flexibilidade era ampliada pela forma concreta que assumiam as relações de produção. Assim, quando o preço do algodão no mercado internacional se apresentava favorável, crescia o tamanho médio das lavouras e os proprietários dedicavam-se à exploração direta, com utilização de diaristas. Se ao contrário, o que era mais frequente, os preços se mantinham estagnados ou tendiam a baixar, eles achavam mais interessante ceder suas terras em parceria, dessa forma dividindo riscos com o produtor direto. Este equilíbrio, aparentemente perfeito, não impedira o aumento do preço da mão-de-obra durante o período de auge da cultura. Primeiro, porque a força de trabalho normalmente disponível de pequenos proprietários e arrendatários estava ocupada em utilizar plenamente as terras de que dispunham, face ao alto preço que se pagava pelo "ouro branco". Depois, porque esse alto preço era ilusório, não comprando muito mais do que se adquiria com as diárias de 400 ou 500 réis, vigentes antes da febre do algodão.

O mesmo fenômeno ocorrera nas zonas de mineração um século antes. Mas é preciso ressaltar que o aumento das áreas de cultivo nunca fora tão rápido como na década de 1860, o que forçosamente teria que acarretar uma relativa escassez de mão-de-obra, refletida em seu preço. Com a decadência da cultura, as secas passaram a encarregar-se de drenar para fora da Província, pela migração, o excedente de braços que o baixo nível de atividades da economia cearense não permitia absorver.

A seca de 1877/78 havia transformado Fortaleza na "metrópole da fome". A população da cidade, que devia estar por volta de 25.000 habitantes, pois havia registrado 21.000 almas no censo de 1872, havia recebido em dezembro de 1877 mais 85.000 pessoas. Em março de 1878 os retirantes já somavam 100.000 em Fortaleza e em setembro do mesmo ano eram 114.000. Aracati, que contava até então com 5.000 habitantes, aumentou sua população para 60.000 durante a seca.

O ciclo da borracha na Amazônia exigia na última década do século passado uma solução rápida para seu problema crucial: a carência de mão-de-obra. O movimento de ajuda aos flagelados

lados pela seca no Ceará foi por isso orientado para a migração, facilitada pela concentração de gente nas cidades do litoral. De 1869 até o fim do século emigraram do Ceará 300.902 pessoas, sendo 255.526 para a Amazônia e 45.376 para o Sul. Desse total regressaram 113.633 pessoas. Pela comparação dos censos de 1872 e 1900, percebe-se que a população dos Estados do Pará e Amazonas aumenta em 266.000 pessoas (passa de 329.000 para 695.000 habitantes), do que se deduz que o grosso da migração para a Amazônia foi fornecido pelo Ceará. ^{1/}

A varíola aliava-se à fome e à migração, reduzindo em um terço a população da Província. Fortaleza havia registrado 811 mortes no ano de 1876. Em 1878 seu obituário passou a 57.780. No mesmo ano morreram no Ceará 119.999 pessoas. A riqueza pastoril do Ceará, calculada em 24 mil contos de réis antes da seca, depois desta não valia mais que 200 contos. E a agricultura desaparecera por completo ^{2/}.

A economia algodoeira sempre se recuperava depois de cada seca. As secas se repetiram em 1888/89, 1900, 1901 e 1915. Nesta última data a seca custou ao Ceará perto de um milhão de cabeças de gado bovino. Mais de 42.000 pessoas migraram e cerca de 30.000 morreram. Os algodoads foram quase aniquilados.

Em 1885 foi montada, em Baturité, uma máquina de 50 serras para descaroçar algodão e uma prensa para enfardar e outra para extração do óleo. O resíduo da extração do óleo passou a ser vendido para alimentação do gado. Uma fábrica de sabão foi instalada para aproveitamento do óleo. Até então o caroço do algodão era queimado, não sendo utilizado nem para ração animal.

1/ - FURTADO, (1964), capítulo referente à Transumância Amazônica, págs. 157/160.

2/ - GIRÃO (1962), pág. 324. A respeito das secas veja-se também " The Birth of Drought Industry: Imperial and Provincial Response to the Great Drought in Northeast Brazil 1877-1880 ", in CUNNIFF (1975), págs. 65/82.

Em 1916 foi introduzida a semente do algodão "mocó", oriunda do Seridó do Rio Grande do Norte, sendo espalhada pelos agricultores do sertão. Devido à sua excelente qualidade, pelo tamanho maior de sua fibra, e adaptando-se bem em região seca, esse tipo de algodão arbóreo passou a predominar na produção cearense.

Dai para cá, mas não sem tropeços, o algodão tem crescido em área e produção no território cearense. De 1950 a 1963 o Ceará aumentou sua área plantada com algodão em quase 70% e a produção em cerca de 75%, revelando um pequeno aumento da produtividade. Hoje em dia o algodão representa a quarta parte ou mais da renda bruta de três Estados nordestinos: Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Ceará comparece com mais de 40% da produção nordestina de pluma, sendo atualmente o principal produtor da Região.

Durante a última década, no entanto, o crescimento da produção de algodão do Ceará tem sido mais extensivo, através do aumento da área plantada, com prejuízo da produtividade, que vem sofrendo constante declínio. A tendência decrescente dos preços no mercado internacional parece ser em parte responsável por essa queda de produtividade ^{1/}.

1.2. A Estrutura do Complexo

Da análise histórica que precede destacam-se alguns elementos característicos da formação econômica do Ceará que explicam em grande medida a estrutura sócio-econômica do complexo algodoeiro tal como ela se apresenta hoje.

Em primeiro lugar, a ocupação econômica do Ceará com a atividade pecuária extensiva teve algumas consequências diretas sobre a evolução posterior desse Estado. O baixo nível de acumulação da pecuária que se estendeu pelo interior do Nordeste, como

1/ - No terceiro capítulo deste trabalho são fornecidos dados relativos à produtividade do algodão no Ceará nos últimos 15 anos e discutidas as possíveis razões da sua queda progressiva.

atividade subsidiária da economia açucareira, fez com que desde o início se estabelecessem formas de organização da produção bastante primitivas, em que a luta do homem com a natureza pela sua sobrevivência era quase do igual para igual.

Quando se completou a ocupação do território cearense a economia açucareira já se encontrava em decadência. E a economia mineira da primeira metade do século XVIII estava mais vinculada ao Sul do País (onde a pecuária já tinha certo desenvolvimento, como no Rio Grande do Sul, São Paulo e mesmo Mato Grosso) do que ao Nordeste. Assim, é das sobras de uma economia exportadora decadente, e de importância secundária para a Metrópole, que se nutriu a expansão da pecuária no Ceará. Revestiu-se esta, portanto, muito mais de características de economia de subsistência, embora mantendo vínculos comerciais com o complexo açucareiro.

Apesar de não ser grande o capital imobilizado em gado por fazendeiro, as terras sob seu domínio eram extensas, devido à baixa capacidade de suporte da região semi-árida dos sertões cearenses. Uma cabeça de gado vacum necessita, para manter-se na região sertaneja, cerca de dez hectares de terra. ^{1/} Dentro dos latifúndios cearenses a terra era abundante, sendo ademais o principal meio de produção para reproduzir a subsistência do trabalhador. Este deveria encarregar-se da reprodução de sua força-de-trabalho, plantando uma roça de subsistência. Os vaqueiros tinham também contrato de parceria em relação ao gado (a quarteação). Com a valorização do gado bovino, no entanto, essas relações iriam sofrer transformações, e hoje o proprietário explora diretamente a atividade pecuária, utilizando trabalho assalariado.

A exploração algodoeira no Ceará, por outro lado, brotou das cinzas da atividade pecuária, pois foi somente após o aniquilamento do gado cearense pela seca de 1790 que se iniciou sua cultura comercial em grande escala. Foi apenas paulatinamente e com os recursos disponíveis, que os pecuaristas cearen-

1/ - FURTADO, (1964 a), *Capítulo sobre " O Processo Revolucionário no Nordeste "*, pág. 172.

ses iniciaram o plantio do algodão, animados pela valorização de seu preço no mercado internacional. Utilizando mão-de-obra livre, tal como na atividade pecuária, não se justificando investimento em escravos por haver disponibilidade de braços livres a baixo preço, os fazendeiros iniciaram a cultura pela cessão de terras em parceria e também pela exploração direta, em roças maiores, aproveitando as horas ociosas de seus parceiros, moradores e agregados. A baixa circulação monetária, que fazia do "escambo" a prática mais comum nas relações mercantis, favorecia o estabelecimento de relações de produção "pré-capitalistas", da qual a parceria parece ter sido a mais expressiva ^{1/}.

Sendo o algodão uma cultura conhecida e praticada pelos índios no Ceará, já havia sido plantado pelos sertanistas também por constituir-se em pasto para o gado, além de proporcionar benefícios de uma atividade artesanal incipiente, dada pela indústria caseira de fios, panos grosseiros e redes de dormir.^{2/} Mais tarde, quando seu cultivo passou a ser feito para fins comerciais, conservou-se em grande medida a exploração em pequenas roças do algodão, consorciado com alguns produtos de subsistência. As relações técnicas de produção - a utilização de técnicas primitivas e o consorciamento com produtos de subsistência - facilitavam o estabelecimento de relações de parceria na exploração da lavoura algodoeira. Sendo o algodão arbóreo uma planta que exige certo espaçamento, o seu cultivo presta-se à intercalação de produtos como o milho e o feijão.

A parceria, envolvendo o consorciamento de culturas, era utilizada inclusive nas lavouras de cana-de-açúcar nas regiões próximas ao litoral e nas serras úmidas. Encontramos referências históricas de sua existência já em 1835, nas gestões de José Martiniano de Alencar para a importação de colonos açorianos. Em ofícios ao Cônsul Geral do Brasil em Lisboa dava-se a relação das pessoas "que querem e se obrigam a recebê-los, não como escravos, sim como homens livres, em suas fazendas e partilhar com eles os lucros delas, conforme for ajustado. Outros os querem para feitores de escravos, outros hã, e eu sou um deles ,

^{1/} - Mais adiante discute-se porque as relações de produção do sertão algodoeiro são considerados pré-capitalistas.

^{2/} - Veja-se a respeito AMARAL (1958), Vol. II, pág. 183.

que pretendem dar terras aos colonos para plantarem cana, com a única condição de moerem nos seus engenhos, de meação como é costume aqui, mesmo entre a gente do país." ^{1/}

Na época em que Alencar expede os officios, ou seja no ano de 1863, a diária " regula (...) 320 réis, inclusive comida " ^{2/}. As gestões de Alencar no sentido da importação de colonos não teve o êxito desejado. Em 1837 chegaram apenas 120 colonos, mal escolhidos, como ocorria com as demais colônias que se estabeleceram no País na mesma época. Vinha gente com pouca ou nenhuma prática para a agricultura, onde eram mais necessári os os seus braços.

Os escravos, que constituíam importante parte dos meios de produção nas lavouras de cana no litoral do Nordeste oriental e nas de algodão do Maranhão, nunca foram importantes na economia cearense. Os fazendeiros do Ceará não dispunham de capitais suficientes para a compra e a manutenção de escravos, cada vez mais caros. Em 1821 o preço do escravo oscilava entre 250\$000 e 440\$000. Como os trabalhos da lavoura algodoeira não necessitam mão-de-obra durante o ano todo, variando entre 120 e 150 dias a média anual de trabalho efetivo nas lavouras, restringia-se a esse período a possibilidade de utilização da mão-de-obra escrava produtivamente. Comparando o preço do escravo com o do braço livre (tomando os 320 réis de 1836 como base do preço da diária e supondo que o escravo produzia sua própria subsistência), pode-se dizer que o escravo " se pagava " em cerca de nove anos em média (supondo que fosse utilizado 120 dias por ano). Esta estimativa é otimista, quando se leva em conta que o trabalho livre é mais produtivo que o escravo e não requer feitores. Além disso, a maior incidência de doenças entre os escravos, devido às más condições alimentícias e de higiene, reduziam a possibilidade de sua utilização em todos os momentos necessários para os trabalhos da lavoura algodoeira.

Na década de 1830 iniciava-se a repressão inglesa

1/ - GIRÃO (1947), pág. 299. (Grifo nosso).

2/ - Idem.

ao tráfico negreiro para o Brasil e em fins de 1831 o próprio Governo brasileiro passou a reprimir o tráfico, instituindo uma lei proibindo o comércio de escravos. Isto levou ao encarecimento de seu preço, que em 1843 alcançava 700\$000 ^{1/}. Assim, na lavoura algodoeira, se em 1821 o escravo se pagava em nove anos aproximadamente, em 1843 só poderia ser amortizado em dezoito.

A instabilidade dos rendimentos proporcionados pela lavoura algodoeira, devido às oscilações de preço da fibra no mercado internacional e à baixa produtividade das lavouras, em decorrência das variações climáticas, resultava num baixo nível de acumulação a longo prazo nessa atividade. Todos esses fatores tornavam a parceria a relação de trabalho mais adequada. Dividindo os custos e os riscos da produção com o parceiro, e deixando que este se encarregasse de sua própria subsistência, pelo plantio em consórcio de milho e feijão e das roças de mandioca, o proprietário de terras reduzia consideravelmente os custos de mão-de-obra, restringidos às diárias pagas no plantio e à colheita dos roçados que administrava diretamente. Estes roçados eram mantidos, além dos terrenos cedidos em parceria, para utilização da mão-de-obra ociosa de parceiros e moradores.

Nos anos de maior rentabilidade do algodão, como foram os da década de 1860, cresciam naturalmente as roças de exploração direta. As lavouras se estendiam muito, fazendo aumentar o custo da mão-de-obra. A escassez relativa desta eleva seu preço de \$500 a 1\$280 a diária durante os anos da febre do algodão. Por outro lado não compensava partilhar a produção com o parceiro, pois, por mais que pudesse ser manipulado o preço da fibra a nível da comercialização, ^{2/} os altos preços do produto acabariam transferindo-se de alguma forma para o produtor direto. A elevação dos preços dos alimentos, cujo cultivo havia

1/ - Veja-se a respeito CANO (1977), pág. 25. Esses preços prevaleciam na lavoura cafeeira, mas ainda que não fossem uniformes no País, não deviam ser muito diferentes. De qualquer forma os preços vigentes no Sul teriam que pesar na decisão dos fazendeiros cearenses.

2/ - No capítulo referente ao financiamento da produção serão analisados os mecanismos de extração do excedente do parceiro via comercialização de seus produtos.

sido praticamente abandonado, certamente concorreu para a elevação do preço das diárias. A introdução do cultivo do algodão herbáceo, que podia ser plantado solteiro, deve ter tido certa responsabilidade na restrição de área das culturas de alimentos. Com a "febre do algodão", toda a mão-de-obra disponível passou a ser utilizada nessa lavoura, deixando de interessar ao proprietário o consorciamento com alimentos, devido ao maior rendimento do herbáceo plantado solteiro ^{1/}.

Por outro lado o crescimento inusitado das áreas de lavoura de algodão teria que produzir forçosamente uma escassez relativa de braços. Esta não poderia ser remediada pela compra de escravos, já que a proibição do Tráfico em 1850 havia encarecido ainda mais essa mão-de-obra. De cerca de um conto de réis nessa época, o escravo passaria a custar perto de 3 contos em 1875 ^{2/}. Supondo que custasse em média 2 contos de réis durante a década de 1860, sua amortização se daria em 13 anos aproximadamente, vis-à-vis o uso alternativo da mão-de-obra livre a 1\$280. Este período é maior do que a duração do próprio ciclo algodoeiro. E, passados os anos sessenta, o preço da diária caiu para seu nível anterior, ou seja, \$400 a 500 réis. Os poucos escravos ainda existentes no Ceará foram vendidos para o Sul do País, para as lavouras de café.

Se o Ceará não contou com mão-de-obra escrava para "tocar o algodão", tampouco teve sua economia desorganizada pela abolição da escravatura, como ocorreu com o Maranhão. A diferença daquela Província, os campos mais facilmente cultiváveis estavam todos ocupados há tempos e mesmo as zonas do sertão já haviam sido tomadas pela atividade pastoril. Sem contar com terras desocupadas para estabelecer suas roças de subsistência, o agricultor cearense via-se reduzido à condição de morador ou parceiro das grandes propriedades, contribuindo para uma oferta relativamente elástica de mão-de-obra para a lavoura. Já o Maranhão

1/ - A própria parceria teve um retrocesso devido à febre do algodão, passando a predominar a exploração direta pelo proprietário.

2/ - WILSON CANO (1977), págs. 25/26. Preços vigentes no Sul do País, já então a área mais dinâmica da economia brasileira.

proporcionava terras desocupadas em abundância para que os posseiros se estabelecessem com suas lavouras de subsistência, mais produtivas aí que no Ceará. As terras maranhenses, quando recém desmatadas, eram bastante férteis e seu clima facilitava o florescimento das lavouras em geral. Para o algodão, no entanto, o regime pluvioso em excesso daquela Província não era benéfico. Seus solos perdiam fertilidade com rapidez, devido à lixiviação pelas águas pluviais. Assim, a abolição da escravidão deu o golpe fatal na economia algodoeira no Maranhão. As lavouras do arroz, para as quais o clima maranhense é mais adequado, passaram a constituir-se na principal riqueza da Província, baseada nas lavouras itinerantes dos posseiros. A impossibilidade de substituir a mão-de-obra escrava pela livre, além das condições adversas de suas condições geo-climáticas para o algodão, decidiram a sorte da economia algodoeira no Maranhão. Por outro lado, os preços do arroz haviam mais que duplicado no Sul do país entre 1855 e 1875 ^{1/}, apesar do arroz maranhense ser de pior qualidade e destinar-se a outro mercado, é bem possível que tenha sido também beneficiado por essa elevação de preço ^{2/}.

No Ceará, a extrema flexibilidade das relações de parceria permitia ao proprietário reduzir ao mínimo seus custos de produção quando os preços da fibra eram desfavoráveis. A redução dos custos acompanhava a redução dos excedentes apropriáveis, e isso propiciou a reprodução do complexo algodoeiro até nossos dias, praticamente com as mesmas formas de organização da produção do século passado.

Para compreender melhor o conjunto das relações de produção que se estabelece na lavoura algodoeira, temos que levar em conta também o instituto da "sujeição" (o "cambão" denunciado pelas Ligas Camponesas) ^{3/}. O parceiro e o "morador de

1/ - Veja-se WILSON CANO (1977), pág. 26.

2/ - Sobre a economia do arroz no Maranhão veja-se "A Expansão do Capitalismo no Campo: o Arroz no Maranhão", de Renato Sérgio Maluf, tese de mestrado em elaboração no Departamento de Economia da UNICAMP.

3/ - Cf. ANDRADE (1973), pág. 205.

condição" são obrigados ainda hoje, em alguns casos, a trabalhar de um a três dias por semana nas lavouras do proprietário, por diárias inferiores (geralmente a metade) das vigentes para os trabalhadores de fora da propriedade, portanto das diárias de mercado. Devido a essa obrigação, conhecida como "sujeição", mais utilizada com os moradores (ou por mais dias) do que com os parceiros, o proprietário assegura a disponibilidade de mão-de-obra barata durante o ano todo, apenas necessitando assalariar gente de fora no auge da colheita, em complementação dos seus trabalhadores.

A sujeição era mais disseminada no território coarense até há cerca de duas gerações, exigindo, via-de-regra, três dias de trabalho do parceiro e mais do morador. Hoje existem ainda alguns parceiros que dão um dia de sujeição, sendo esta um pouco mais comum entre os moradores, que tem a sujeição por dois ou três dias da semana. O morador de condição normalmente recebe também uma roça para sua subsistência, plantando, como o parceiro, algodão consorciado com milho e feijão. Também vai à meia com o patrão no algodão, diferenciando-se do parceiro pelo tamanho de seu roçado - cerca de um hectare, contra 4 a 5 ou mais, até 15 a 20 ha. do parceiro - além de constituir mão-de-obra muito mais disponível para o assalariamento. A sujeição parece estar em decadência na região. A maior mobilidade da mão-de-obra possibilitada pela construção de estradas e caminhos vem tendendo a igualar as diárias pagas ao morador da propriedade em relação ao trabalhador de fora desta. ^{1/}

1/ - Num contato pessoal mantido durante a visita às áreas produtoras, foi por nós entrevistado um parceiro que era obrigado a dar duas diárias de sujeição por semana ao preço de Cr\$ 5,00 cada (a visita foi feita em outubro de 1976). Este parceiro, no entanto, costumava pagar a moradores Cr\$ 10,00 para cumprirem a sujeição em seu lugar, enquanto ele mesmo se assalariava por Cr\$ 15,00 em outras propriedades. Recebia assim, total Cr\$ 20,00 (Cr\$ 5,00 de seu patrão, pela sujeição, e mais Cr\$ 15,00 pelo trabalho como diarista) e pagava Cr\$ 10,00 ao morador, ficando, portanto, com Cr\$ 10,00. O fato de ele encontrar moradores que se sujeitavam a uma diária menor que a de mercado se explica pela relativa abundância de mão-de-obra, fator que também possibilita a existência da sujeição em algumas propriedades como condição para que o contrato de parceria seja renovado. No passado a sujeição revestia o caráter de homenagem do parceiro ao proprietário, não podendo, portanto, ser cumprida por outra pessoa.

Os parceiros também assalariam gente na época da colheita, o que completa o quadro das relações de produção no complexo algodoeiro. O que o parceiro recebe pela venda do algodão próprio e do excedente dos produtos de subsistência, normalmente não é suficiente para custear a produção e a manutenção da sua família na entressafra. O parceiro então complementa o sustento próprio e dos seus, trabalhando como diarista na lavoura do patrão ou nas vizinhanças.

Uma vez colhido o algodão, interrompe-se a posse do parceiro sobre a terra, que volta às mãos de seu proprietário. As "capoeiras" de algodão são então utilizadas como pasto pelo gado, minorando assim os efeitos negativos da estação seca sobre o peso dos animais^{1/}

Apesar da quarteação já não ser utilizada na atividade pecuária, hoje em dia administrada diretamente pelo dono da terra, é comum um filho do parceiro cuidar da "vacaria do leite" em troca de um litro de leite por dia para a família. Faz parte também das relações de parceria a obrigação da mulher do parceiro trabalhar na fabricação do queijo por uma diária irrisória. Estas obrigações, portanto, constituem atualmente os únicos vínculos do parceiro com a pecuária, sendo essa atividade hoje desenvolvida com base no salaríato.

A cultura do algodão e a atividade criatória são complementares para o fazendeiro. O gado serve como reserva de valor, pois nos anos em que o algodão dá baixa rentabilidade, esta é compensada pela venda de maior número de animais. O complexo algodoeiro forma-se, assim, pelo consorciamento do algodão e dos produtos de subsistência com a pecuária bovina. Para a compreensão da estrutura das relações de produção vigentes é preciso considerá-la em seu conjunto, pois cada um dos produtos que acabam de ser mencionados tem uma função específica dentro do

1/ Uma cabeça de gado chega a perder 50 Kg. durante o verão sertanejo. Cf. FURTADO (1964 a), capítulo sobre "O Processo Revolucionário no Nordeste", pág. 172.

emaranhado das relações que se estabelecem na produção.

Embora caracterizando desde o início as relações de produção no sertão cearense como "pré-capitalistas", não se pode deixar de perceber sua subordinação, ainda que indireta, ao capital.^{1/} É o capital mercantil português que vem se estabelecer nas costas brasileiras para explorar a cultura da cana-de-açúcar e reforçar a acumulação primitiva na metrópole com os proventos dessa atividade. É a partir dele, e para alimentar a reprodução da economia açucareira na Colônia, que se inicia a atividade de pastoril, provocando a colonização do Ceará.

Com a cultura algodoeira não ocorre algo muito diferente. A exploração do algodão e a produção dessa fibra vai alimentar diretamente a revolução industrial inglesa e fornecer excedentes para a acumulação naquele país. É essa dependência inicial do capital comercial que dá origem às relações que se estabelecem na cultura algodoeira. É essa relação direta com o mercado europeu que dá razão de existência às formas de organização de produção na Província.

Quando o capital comercial se transfere para as colônias, recria relações de produção, mas sob sua égide e dominação, ainda que indiretas. É ele quem dá razão de ser às formas de exploração que cria. E ainda que as relações de produção que se estabelecem nas colônias não sejam diretamente capitalistas, subordinam-se à dinâmica de expansão do capital.

Todos os personagens da produção na história colonial, foram inspirados na história econômica européia. A recriação de formas pré-capitalistas de exploração constituía uma necessidade para o capital comercial europeu. Era necessário intensificar a exploração da força de trabalho nas colônias pelos conhecidos métodos de escravização e saque que acompanharam a acumulação primitiva, transferindo o excedente assim extraído

1/ - Sobre o conceito de subordinação indireta e dominação indireta do capital, veja-se SILVA (1975).

destas para a Metrópole, onde era convertido em capital^{1/}.

A situação dos moradores e parceiros coarenses também teve antecedentes em outros contextos históricos. Não se trata de uma "invenção" portuguesa. Guardadas as devidas diferenças históricas, os diaristas agrícolas na Inglaterra do século XV também eram assalariados, com direito a casa e uma roça de subsistência^{2/}, tal como os moradores coarenses. Constituíam uma classe em transição, já havendo desaparecido a servição. Mais tarde seriam totalmente despojados do pedaço de terra para roçado, criando-se com isso as condições para transformar sua força de trabalho em mercadoria. As necessidades de expansão do capitalismo inglês assim o exigiam, para que essa mão-de-obra pudesse servir ao capital.

A parceria, por outro lado, já existia há tempos na França e na Inglaterra, quando os primeiros colonizadores pisaram solo brasileiro. O parceiro inglês, no entanto, logo se

1/ - "Ao mesmo tempo que implantava na Inglaterra a escravidão infantil, a indústria algodoeira servia de motivo para converter o regime mais ou menos patriarcal de escravidão nos Estados Unidos em um sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão encoberta dos operários assalariados na Europa exigia, como pedestal, a escravidão sans phrase no Novo Mundo." (Marx, C. "El Capital", Vol. I, Cap. XXIV, (México, 1975, Fundo de Cultura Económica), pág. 646).

2/ - "Os diaristas agrícolas eram, em parte, camponeses que aproveitavam seu tempo livre para trabalhar como assalariados dos grandes latifundiários e em parte uma classe especial, relativa e absolutamente pouco numerosa, de verdadeiros assalariados. Mas também estes eram, de fato, além de diaristas, trabalhadores independentes, posto que, ademais do salário, se lhes dava casa e roça com uma extensão de 4 e mais acres. Além disso, tinham direito a compartilhar com os verdadeiros lavradores o aproveitamento dos terrenos comuns, nos que pastavam seu gado e que ao mesmo tempo lhes suministrava o combustível, a lenha, etc." (Marx, C., op. cit., pág. 610). Tradução livre. Para efeito de comparação, recorde-se que 4 acres equivalem a 1,6 hectares.

transformou em arrendatário^{1/}. Como os contratos de arrendamento na Inglaterra eram a longo prazo, de até 99 anos, a desvalorização da moeda fez baixarem os salários e sobretudo a renda, fixa em dinheiro por contrato. A elevação dos preços dos produtos agrícolas e a usurpação dos pastos comunais permitiram aos arrendatários ingleses capitalizar-se rapidamente.

Mas, como a história costuma repetir-se em forma de farsa, é evidente que as condições em que aparecem os parceiros, moradores e minifundistas cearenses não têm muito a ver com as que provocaram a gênese de seus inspiradores europeus. As relações de transição para o capitalismo na Inglaterra foram-se transformando até que se completasse a transformação da base econômica da sociedade para a implantação do novo modo de produção. O mesmo, evidentemente, não se deu com as relações de parceria no Ceará, as quais eram desde o início, indiretamente subordinadas ao capital. O Ceará era parte de uma colônia européia, estando, pela dependência política, desde o início subordinado à dinâmica de acumulação de capital na Europa. As relações de parceria eram portanto criadas pela expansão do capitalismo e por ela preservadas como relações de transição em estado latente, enquanto servissem à acumulação. Ver-se-á nos capítulos subsequentes quais os mecanismos que permitem a manutenção do parceiro cearense a nível da subsistência e tornam possível a reprodução das relações de produção vigentes.

O excedente gerado na produção algodoeira no sertão cearense reveste a forma de renda pré-capitalista, principalmen-

1/ - Durante a segunda metade do século XVI, o bailiff (antes servo) é substituído por um colono, ao qual o dono da terra fornece sementes, gado e instrumentos de trabalho. Sua situação não difere muito da do simples camponês. A única diferença é que utiliza mais trabalho assalariado. Logo se converte em parceiro, em semiarrendatário. Fornece uma parte do capital agrícola e o proprietário a outra. Os frutos se repartem segundo a proporção fixada no contrato. Na Inglaterra, esta forma não tarda em desaparecer para ceder o posto ao verdadeiro arrendatário, que explora seu próprio capital empregando trabalhadores assalariados e pagando ao proprietário como renda, em dinheiro ou em espécie, uma parte do produto excedente." (...) "A revolução agrícola do último terço do século XVI (...) enriquece o arrendatário com a mesma rapidez que empobrece o camponês". (*Idem*, pág. 632) Tradução livre. O termo bailiff refere-se a uma espécie de fiscal ou administrador.

te. Este excedente não é assimilável aos conceitos de renda e mais-valia, que caracterizam a exploração agrícola capitalista. A produção do parceiro ou morador é constituída tanto de valores de uso (não comercializados) como de mercadorias, e deles não se extrai mais-valia, senão excedentes. Esses excedentes portanto não representam o lucro do empresário agrícola e a renda da terra. A renda, por sua vez, não é a renda capitalista, pois não constitui o excedente sobre o lucro do empresário da mais-valia extraída do produtor. Isto porque o capital não se encontra diretamente na produção agrícola. O excedente pode transformar-se em capital, mas já fora da esfera da produção. Normalmente esse excedente reverte ao capital comercial, por mecanismos de financiamento e comercialização que serão objetos de análise em outros capítulos do presente trabalho. No momento interessa caracterizar a renda extraída do produtor direto no complexo algodoeiro como renda pré-capitalista, para o estudo de suas formas concretas.

A renda pré-capitalista no Ceará toma as formas concretas de renda-produto e renda-trabalho ^{1/}. A renda-produto é a parcela da produção cedida ao proprietário pelo parceiro ou morador pela utilização da terra daquele. E a renda-trabalho é constituída pelas horas de trabalho cedidas ao proprietário nos dias " de sujeição " pelo mesmo benefício. Pode-se dizer que no caso do parceiro, predomina a extração de excedente sob a forma de renda-produto, e no caso do morador, sob a forma de renda-trabalho.

O excedente extraído dos produtores diretos também assume outras formas. Os mecanismos de manipulação do preço da produção dos parceiros, por exemplo, são também uma forma de transferência de excedente. Porém, ao nível do produtor,

1/ - É interessante notar que, em sua origem, a renda-produto guardava vestígios da forma que a antecedeu, a renda-trabalho: "Ainda que a renda-produto se converta na forma predominante e mais desenvolvida da renda da terra, ver-se-á sempre acompanhada em maior ou menor medida por vestígios da forma anterior, ou seja, da renda pagável diretamente em trabalho, na forma de prestação pessoal ..." (Marx, C., op. cit., Vol. III, pág. 736).

esses mecanismos são passíveis de manipulação pelos proprietários de terras e são derivados dessa propriedade. E são viabilizados pelas relações de produção vigentes no complexo, assumindo, portanto, também a forma de renda pré-capitalista da terra.

As terras do Ceará não tem seu preço dado tão somente pelas possibilidades econômicas de extração da renda. A rigidez da estrutura fundiária na região em estudo, vinculada ao fato da terra não ter ali simplesmente um valor econômico para o proprietário, mas constituir um símbolo de prestígio político e ascendência paternalista sobre os seus dependentes, transfigura seu preço e impede a "transparência" do mercado de terras. Assim, a extração do excedente do produto do parceiro é garantida na produção, pelas relações sociais que se estabelecem entre produtor e proprietário, mas efetivada na esfera da comercialização. A comercialização do produto do parceiro pelo proprietário é assegurada pelo financiamento da produção do primeiro pelo último. E são os mecanismos de financiamento que permitem a reprodução dessas relações.

No passado, a reprodução das relações pré-capitalistas no complexo algodoeiro do Ceará dependia e estava diretamente subordinada à expansão do capitalismo europeu. Toda a produção era diretamente exportada para Portugal, e depois para a Inglaterra. O próprio ciclo algodoeiro no Brasil teve início devido à necessidade do capitalismo inglês diversificar suas fontes de aprovisionamento de matérias primas baratas. Graças às dificuldades no fornecimento de algodão dos Estados Unidos, durante a Guerra de Independência daquele país, o capital comercial português viu aparecer sua oportunidade de explorar essa cultura no Brasil, aproveitando-se de uma conjuntura favorável a essa fibra no mercado inglês. Com a Guerra de Secessão norte-americana, foi a própria Inglaterra que se preocupou diretamente em assegurar fontes alternativas de suprimento da fibra, provocando o aumento de seu cultivo no Brasil e em outros países.

Hoje, devido ao processo de industrialização no Brasil, o parque têxtil nacional vem somar-se ao mercado internacional no consumo do algodão. Isto significa que a dinâmica de crescimento e a reprodução das formas de organização da produção al-

godoeira no Nordeste brasileiro passam a ser dadas, não apenas pela acumulação do capital a nível internacional, mas também pelo processo de acumulação interno no país. Ou seja, a expansão e reprodução das relações de parceria dependem agora também do ritmo e das necessidades de acumulação da economia nacional.

Mas a necessidade de acumulação dos países capitalistas centrais não cessou com o colonialismo. Na verdade essa necessidade se acentuou com o advento da grande indústria subordinando o capital comercial e superando a fase manufatureira ^{1/}. Isto se reflete numa repartição do excedente mais favorável ao capital industrial, toda vez que o setor secundário passa a comandar o ritmo de acumulação e condicionar sua forma concreta. Subordinam-se a ele o capital comercial e todas as formas pré-capitalistas de exploração, por ele dominadas indiretamente.

O processo de industrialização no Brasil também se apoiou no capital comercial agrícola. Foram os excedentes gerados pela economia cafeeira e canalizados pelo setor comercial e financeiro que se constituíram em capitais aplicáveis numa indústria substitutiva de importações quando as condições internacionais (notadamente as Guerras Mundiais) lhe foram favoráveis. Aí o papel do Estado foi importante, constituindo-se em veículo dessa transferência de excedentes para a industrialização incipiente e mais tarde criando barreiras alfandegárias protecionistas, para a consolidação do processo. Não nos vamos detor aqui na sua análise, pois esta foge ao objetivo do presente trabalho ^{2/}. O que nos interessa ressaltar aqui é que, com a mudança qualitativa da forma de expropriação do excedente, o país passou de colonial a dependente, adquirindo dinâmica própria nas formas internas de dominação, embora subordinadas a uma divisão internacional do trabalho que lhe é imposta pelo capitalismo mundial.

1/ - "Hoje, a supremacia industrial engloba a supremacia comercial. No verdadeiro período manufatureiro sucedia o contrário: era a supremacia comercial a que dava o predomínio no campo da indústria. Daí o papel predominante que desempenhava naqueles tempos o sistema colonial." (Marx, C., op. cit., Vol. I, Cap. XXIV, pág. 641).

2/ - Veja-se a respeito SILVA (1976) e CARDOSO DE MELLO (1975).

Assim, a extensão da dominação capitalista à esfera da produção no sistema colonial incorpora parte do mundo não-europeu ao núcleo da acumulação capitalista. Uma parte na qual os oligopólios dos centros hegemônicos do capitalismo tiram vantagem, não só da maior concentração e diversificação dos seus capitais, mas também dos diferenciais da taxa de mais-valia conseguidos através da aplicação direta desses capitais em setores específicos das economias dependentes.

Internamente, as economias dependentes, como a brasileira, lutam com as contradições criadas por essa divisão internacional do trabalho que sempre lhes reservam um espaço secundário na produção mundial, suprindo de alimentos e matérias primas o mercado internacional e tendo seu ritmo de acumulação comprometido pela expropriação de seus excedentes pelo capital internacional estabelecido em seus domínios. Assim espoliado pelos centros hegemônicos, o capitalismo brasileiro reproduz internamente os mecanismos de acumulação primitiva, nutrindo-se da apropriação de excedentes do setor agrícola pré-capitalista e da superexploração da força de trabalho urbana, para cuja oferta elástica concorre também o sistema de reprodução das formas tradicionais de exploração na agricultura.

A subordinação ou dominação indireta do capital sobre as formas pré-capitalistas de produção não se faz simplesmente pelos mecanismos de mercado. É lógico que o preço internacional da fibra está determinado pelo mercado mundial e o preço interno regula-se por este, apesar de mediado também por fatores ligados mais diretamente ao nível de acumulação interno da economia brasileira. A dominação indireta do capital sobre as formas de exploração tradicional se faz principalmente através da intervenção do Estado.

É nos mecanismos de financiamento da agricultura, canalizados pelo aparelho estatal, que se pode encontrar um dos elementos perpetuadores das formas tradicionais de apropriação do excedente gerado na produção, em primeira instância pelos agentes da comercialização, e numa segunda instância, pelo capital industrial. Este, representado pela indústria têxtil nacio

nal e pelo mercado internacional, força a transferência de excedentes do setor agrícola para o setor industrial (interno ou internacional) através de mecanismos oligopsônicos na fixação dos preços da matéria prima.

Por outro lado, como a capitalização da região Centro-Sul não se restringiu à industrialização, mas exigiu inclusive a expansão do capital à esfera da produção agrícola, o mercado de matérias primas - como o algodão - passou a ser suprido preferentemente pela própria agricultura sulina. Esta, ao modernizar-se, começou a responder à demanda dos centros industriais com certa rapidez. Ainda que desajustes momentâneos pudessem favorecer a agricultura cearense, a indústria sulina tem formas de pressionar os preços para baixo, pela criação de mecanismos oligopsônicos para a compra do algodão, ou pela pressão sobre o Estado, para a importação do produto quando os preços internos superam os do mercado internacional. Isto minora consideravelmente os efeitos benéficos da flutuação da oferta para a economia algodoeira nordestina, até que os anule a recuperação da produção do próprio Centro-Sul, incentivada pela elevação dos preços.

É interessante notar que quando o capital se expande à esfera da produção agrícola, transformando técnicas de produção e relações de trabalho, modificam-se também os sistemas de comercialização. O excedente passa a ser apropriado na produção, sob a forma de mais-valia, sendo o excesso do lucro apropriado pelo empresário capitalista transferido ao proprietário da terra sob a forma de renda capitalista. Cessa assim a atividade do proprietário como agente da comercialização. O empresário passa a encarregar-se do financiamento da produção, mantendo assim até certo ponto o controle do processo de comercialização. Diminui consideravelmente a cadeia de comercialização e o excedente apropriado nessa esfera. O excedente, que na produção pré-capitalista era todo transferido para fora da esfera produtiva agrícola, canalizando-se para os agentes da comercialização, com a produção capitalista passa a ser apropriado na esfera da produção, transferindo-se apenas uma parte sob a for-

ma de renda da terra, para fora da mesma.

Este processo de absorção do capital comercial pelo capital diretamente aplicado na produção agrícola será analisado mais detidamente no capítulo referente ao financiamento e comercialização do algodão no Ceará. Antes, porém, serão estudados outros elementos que condicionam a reprodução das formas primitivas de organização da produção no complexo algodoeiro. Os capítulos seguintes tratam da estrutura fundiária e da composição da mão-de-obra na região.

CAPÍTULO 2

O FUNCIONAMENTO DO COMPLEXO:

Antes de analisar o funcionamento do complexo algodoeiro, é necessário, em primeiro lugar, caracterizar a estrutura fundiária, observando sua evolução nas últimas décadas. Com base nos dados censitários tenta-se chegar a uma aproximação dessa estrutura e do seu comportamento entre 1940 e 1970. E, com base nas estatísticas cadastrais do INCRA para 1972, tentar-se-á comparar a estrutura dos imóveis com a dos estabelecimentos, fornecida pelo Censo de 1970 levando em conta naturalmente que se trata de duas fontes diferentes, e que os dados do INCRA foram coletados depois do Censo.

A análise da evolução da área de lavouras no Estado será relacionada com a progressiva diminuição verificada na área média dos estabelecimentos, mostrando-se que a reorientação da pecuária para a produção agrícola é feita através da cessão de terrenos em parceria e por meio do aumento extensivo da produção em pequenos estabelecimentos. A comparação da estrutura dos imóveis com a dos estabelecimentos de lavoura vai permitir mostrar essa tendência. Os limites desse crescimento extensivo revelam-se na diminuição da produtividade por área verificada nos últimos anos. A pressão que se faz sentir sobre a terra com a queda progressiva da área média de lavouras conduz ao questionamento da função da lavoura algodoeira no funcionamento do complexo, tema a ser debatido no terceiro capítulo.

2.1. Estrutura Fundiária

Para a análise da estrutura dos estabelecimentos, com base nos Censos Agropecuários, foi selecionada uma amostra compreendendo alguns municípios do sertão algodoeiro do Ceará, cujas características gerais são dadas a seguir.

A seleção destes municípios deveu-se à sua especialização na produção de algodão e/ou sua importância como centros de

comercialização da fibra. Eles incluem Quixadá e Quixeramobim, pertencentes à Micro-Região 68, Sertões de Quixeramobim; Iguatu e Acoiara, da Micro-Região 73, Iguatu; Icó, na Micro-Região 74, Sertão do Salgado; e Crato e Juazeiro do Norte, na Micro-Região nº 78, do Cariri. Na análise da estrutura fundiária tomam-se apenas os cinco primeiros municípios, mas a caracterização geral é válida para todos eles. (ver Mapa 2)

A produção de algodão das Micro-Regiões em que se situam os municípios estudados foi significativa em 1972, atingindo quase 30% da produção estadual, conforme mostra a Tabela 2.1.1.

Essa tabela mostra também que o algodão arbóreo é responsável por mais de 80% da produção algodoeira das micro-regiões tomadas em conjunto, e ocupa mais de 90% da área cultivada com essa malvacea.

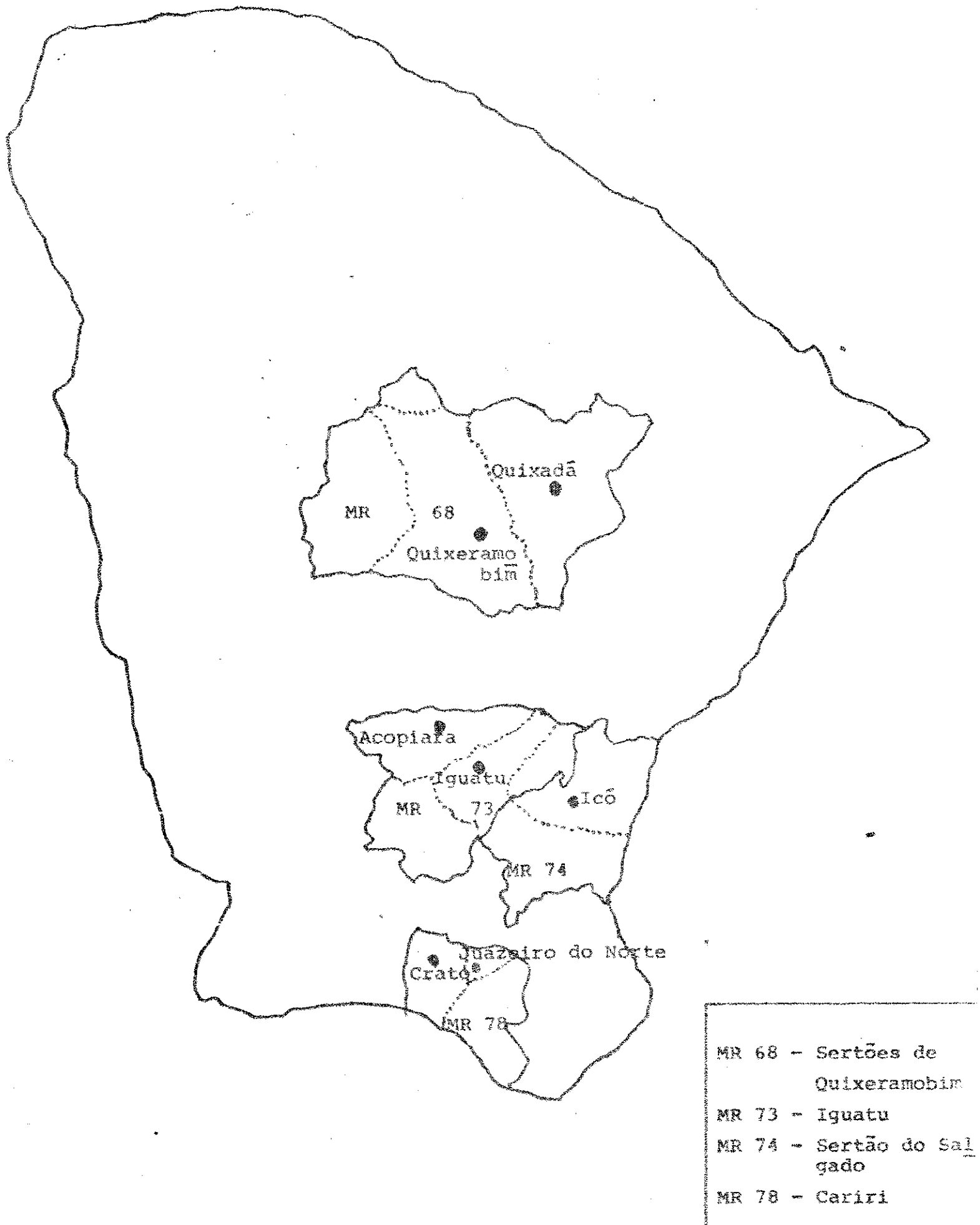
TABELA 2.1.1.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO CEARÁ E IMPORTANCIA RELATIVA DO ALGODÃO ARBÓREO NAS MICRO-REGIÕES (%) 1972

<u>Micro-Regiões</u>	<u>Produção algodão/Estado</u>		<u>Algodão Arbóreo/ Total</u>	
	<u>Área Cultivada</u>	<u>Produção</u>	<u>Área Cultivada</u>	<u>Produção</u>
MR 68- Sertões de Quixeramobim..	10,5	10,1	87,5	78,0
MR 73- Iguatu.....	9,5	9,7	87,2	72,0
MR 74- Sertão do Salgado.....	6,8	7,7	99,4	99,0
MR 78- Cariri.....	2,1	2,2	97,2	97,4
MR 68 + MR 73 + MR 74				
+ MR 78	28,9	29,7	90,9	82,9
Resto do Estado.....	71,1	70,3	88,0	80,0

Fonte dos Dados: DEE, CEPA-CE, Estado do Ceará.

LOCALIZAÇÃO DAS REGIÕES ESTUDADAS



O valor da produção do algodão arbóreo representava em 1970 mais de 40% do valor da produção do conjunto das lavouras para quatro dos municípios estudados, o que indica sua especialização na produção dessa fibra. Para esses municípios também, o valor da produção pecuária não chega à metade do valor da produção do algodão. A tabela 2.1.2, que se segue, mostra também que Quixadá e Quixeramobim juntos são responsáveis por mais de 80% do valor da produção de algodão da Micro-Região 68; Iguatu e Acopiara concentram 60% do valor da produção algodoeira de sua MR, a de número 73; Icó comparece com 18,5% do valor da produção de algodão da MR 74, e Crato e Juazeiro do Norte com 44,1% do V.P. de algodão do Cariri.

TABELA 2.1.2.

IMPORTÂNCIA DO ALGODÃO NA PRODUÇÃO DOS MUNICÍPIOS CEARENSE E IMPORTÂNCIA DESTES NA PRODUÇÃO DE ALGODÃO (%) 1970

Municípios	<u>V.P.alg. arb./</u> <u>V.P.lavouras</u>	<u>V.P.pecuária/</u> <u>V.P.alg.arb.</u>	<u>V.P.algodão munic./</u> <u>V.P.algodão da MR</u>	
Quixadá	50,6	38,6	49,6	
Quixeramobim	62,4	49,7	32,5	
MR 68	53,9	43,9	100	14,5*
Acopiara	61,5	25,8	37,6	
Iguatu	27,0	48,9	22,8	
MR 73	46,9	30,3	100	11,4*
Icó	42,6	45,2	18,5	
MR 74	59,3	23,8	100	10,3*
Crato	18,8	103,6	30,3	
Juazeiro do N.	21,7	151,7	13,8	
MR 78	20,2	108,0	100	4,0*
ESTADO DO CEARÁ	26,3	74,2	-	100

V.P.alg.arb./V.P.lavouras = Participação percentual do algodão arbóreo no valor da produção das lavouras.

V.P.pecuária/V.P.alg.arb. = Percentagem que representa o valor da produção da pecuária em relação ao valor da produção do algodão arbóreo.

V.P.algodão munic./V.P.algodão na MR = Participação percentual do município no valor da produção de algodão arbóreo da Micro-Região respectiva.

(*) Participação da Micro-Região no valor da produção de algodão arbóreo do Estado.

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário de 1970.

Os dados da Tabela 2.1.2. mostram que as quatro Micro-Regiões somadas representavam cerca de 40% do valor da produção do algodão arbóreo no Estado do Ceará em 1970, de acordo com os dados censitários. Revelam também que apenas em Crato e Juazeiro do Norte o valor da produção pecuária (medida pelo valor dos bovinos vendidos e abatidos) supera o valor da produção de algodão, o mesmo ocorrendo aliás com a Micro-Região em que eles se encontram. Nesses municípios, e também em Iguatu, a participação do algodão no valor da produção das lavouras é inferior a 30%, sendo que em Iguatu o algodão colabora com cerca de 20% no valor da produção agropecuária, enquanto que nos dois primeiros municípios esse percentual não atinge 13%, devido à maior participação da pecuária. Esses dois municípios, entretanto, foram incluídos na amostra por constituírem importantes centros de comercialização do algodão, conforme se verifica na Tabela 2.1.3.

TABELA 2.1.3.

PRINCIPAIS CENTROS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALGODÃO NO CEARÁ - MÉDIAS DO PERÍODO 1960/67

<u>Centros de Convergência Produção Local e Convergente % sobre Total</u>		
	<u>(em ton.)</u>	
Iguatu	57.190	24,4%
Crato/Juazeiro do Norte	45.618	19,5
Fortaleza	40.438	17,3
Quixadá	40.373	17,2
Sobral	13.080	5,6
Baturité	8.129	3,5
Crateús	5.327	2,3
Russas/Limoeiro do Norte	23.830	10,2
TOTAL	233.985	100,0

Fonte: Dados originais: Departamento Estadual de Estatística (DEE) do Estado do Ceará.

Cálculo: Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Governo do Estado do Ceará (CEPA-CE).

Extraído de "Subsídios Básicos à Elaboração do Plano de Governo do Estado do Ceará", CEPA-CE, Fortaleza, 1971, pag.60.

Quatro dos municípios em estudo - Quixadá, Iguatu , Crato e Juazeiro do Norte (constituindo os dois últimos um só centro de comercialização) - são responsáveis pela comercialização de mais de 60% do algodão do Estado, segundo se depreende da Tabela 2.1.3.

Os municípios de Quixadá e Quixeramobim estão localizados no coração do Estado do Ceará, bem no meio do sertão. (ver Mapa 2). Os municípios de Iguatu e Acopiara situam-se no vale do alto Jaguaribe, sendo a sede do primeiro município, a cidade de Iguatu, banhada por este rio. Nos baixios secos, o algodão é plantado em consórcio com milho e feijão, e nos baixios úmidos, com arroz .

Na micro-região de Iguatu o algodão herbáceo pôde penetrar mais, por se tratar de uma região úmida (28% do algodão plantado era do tipo herbáceo, v. tabela 2.1.1.). O rendimento físico do algodão herbáceo em Iguatu (533 kg/ha.) é superado apenas pelo rendimento da MR de Fortaleza (com 565 Kg/ha.).

O município de Icó é tradicional produtor de algodão, havendo em sua sede uma cooperativa de produtores que teve importante papel na eliminação da pequena intermediação comercial do produto na região.

Crato e Juazeiro do Norte, por sua vez encontram-se na serra do Araripe, no extremo Sul do Estado. Trata-se de importantes centros urbanos, sendo Juazeiro do Norte um centro industrial e comercial para uma extensa área não apenas do sertão cearense, mas também de Pernambuco e da Paraíba, e até do norte baiano. A região do Cariri, como é conhecida, tem na cana-de-açúcar uma de suas principais riquezas, abastecendo de rapadura e aguardente ampla zona do sertão. Ali onde as nascentes de águas de infiltração começam a escassear o algodão arbóreo substitui a cana-de-açúcar na paisagem. Estes municípios serão analisados no capítulo referente ao financiamento e comercialização do algodão, motivo pelo qual são aqui apresentados. Na análise da estrutura fundiária não são considerados por não serem típicos produtores dessa fibra.

Dos municípios em estudo, Icó e Quixeramobim modificaram seus limites físicos entre 1950 e 1960. O município de Icó

em 1950 incluía o município de Orós, e Quixeramobim incluía o município de Itatira. Assim, para que a análise fosse consistente procedeu-se à reconstituição de áreas de comparação toda vez que se utilizou dados de 1950. Os dados tomados para 1960, 1970 nesses casos, referem-se portanto aos municípios de Icó & Orós e de Quixeramobim Itatira, conservando-se nas tabelas a denominação que tinham em 1950. Os demais municípios não sofreram alterações.

A análise da evolução da estrutura dos estabelecimentos será feita por município e para o Estado. A análise se inicia pelos dados estaduais, para depois proceder ao estudo por municípios.

Para a análise da evolução da estrutura dos estabelecimentos no Estado do Ceará, construiu-se uma tabela dos dados censitários, tomando como base a distribuição dos estabelecimentos por estrato de área em 1940.

TABELA 2.1.4.

<u>EVOLUÇÃO DO NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL</u>			
<u>ESTADO DO CEARÁ</u>			
	1940 = 100		
<u>Estrato de Área</u>	<u>1950</u>	<u>1960</u>	<u>1970</u>
Menos de 10 Ha.	75,6	133,7	463,1
10 a menos de 50	93,6	137,6	231,0
50 a menos de 100	100,3	126,6	150,2
100 a menos de 200	106,8	123,9	135,4
200 a menos de 500	111,0	114,3	119,6
500 a menos de 1000	114,2	121,2	117,3
1000 e mais	149,5	130,3	134,6
<u>TOTAL</u>	<u>92,8</u>	<u>131,3</u>	<u>262,8</u>

Fonte dos Dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1970.

A Tabela 2.1.4 revela que de 1940 a 1960 a distribuição do número dos estabelecimentos pelos estratos de área sofreu poucas modificações, sendo o índice referente a cada estrato, em 1960, bastante próximo da média. Já na década de 1960 a 1970 veri

fica-se um acentuado crescimento no número de estabelecimentos de menos de 10 Ha. Mais do que triplica o número de estabelecimentos desse estrato ($463,1 \div 133,7 = 3,5$). Cresce também de forma importante o número de estabelecimentos de 10 a 50 Ha. Os demais estratos crescem moderadamente, sendo que cai um pouco o número de estabelecimentos do estrato de 500 a 1.000 Ha.

Isto se reflete na composição percentual do número de estabelecimentos por estrato de área, apresentada a seguir na Tabela 2.1.5. Essa tabela mostra que a modificação fundamental na estrutura dos estabelecimentos se dá na década de 1960 a 1970, quando quase a metade do número de estabelecimentos passa a ter menos de 10 Ha. A composição percentual dos estabelecimentos não se modifica muito entre 1940 e 1960. Os dados referentes a 1950 parecem revelar certa inconsistência com a tendência verificada entre 1940 e 1960, motivo que tem levado à não utilização daquele censo. Para a análise da evolução da área ocupada, apresentada a seguir na tabela 2.1.6. será abandonada a informação referente ao ano de 1950. (1)

TABELA 2.1.5

ESTADO DO CEARÁ: ESTRUTURA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (%)

<u>Estrato de Área</u>	<u>1940</u>	<u>1950</u>	<u>1960</u>	<u>1970</u>
Menos de 10 Ha.	27,8	22,6	28,3	48,9
10 a menos de 50	37,3	37,5	39,1	32,8
50 a menos de 100	15,3	16,5	14,7	8,7
100 a menos de 200	9,9	11,4	9,4	5,1
200 a menos de 500	6,7	8,0	5,8	3,0
500 a menos de 1000	1,9	2,3	1,7	0,8
1 000 e mais	1,0	1,6	1,0	0,5
TOTAL	100	100	100	100

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1970.

(1) - O Censo Agrícola de 1950 excluiu chácaras, fundos de quintais e produção de subsistência, e unidades com produção comercializada inferior a Cr\$ 2.500,00. Isto significou excluir cerca de dez por cento dos estabelecimentos agrícolas, motivo que deu origem à distorção mencionada. Cf. HOFFMANN E GRAZIANO (1975), pag.7.

TABELA 2.1.6.

EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL
ESTADO DO CEARÁ

<u>Estrato de Área</u>	<u>1940=100</u>	<u>1960</u>	<u>1970</u>
Menos de 10 Ha.		147,9	438,9
10 a menos de 50		134,6	209,0
50 a menos de 100		127,1	149,1
100 a menos de 200		124,7	132,8
200 a menos de 500		113,3	115,7
1 000 e mais		140,2	134,3
TOTAL		127,2	140,7

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1970.

A Tabela 2.1.6 mostra a mesma tendência da tabela 2.1.4, mas um pouco menos acentuada. Ou seja, cresce a área dos estabelecimentos de menos de 10 Ha. de 1960 a 1970, mas de maneira menos acentuada que o aumento do número de estabelecimentos. De fato, não chega a triplicar a área ocupada por esses estabelecimentos no período ($438,9 \div 147,9 = 2,9$), enquanto o número de estabelecimentos aumenta em três vezes e meia. Isto se reflete numa diminuição da área média dos estabelecimentos. Com efeito, todos os estratos de área reduzem sua área média no período 1940 a 1970, apesar de sofrerem em alguns casos elevação entre 1940 e 1960. Mas os que sofrem maior redução percentual são os estratos de menos de 10 Ha. e de 10 a menos de 50 Ha., que perdem quase 10% de sua área média no período.

TABELA 2.1.7

ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO ESTADO DO CEARÁ

(EM HA.)

<u>Estrato de Área</u>	<u>1940</u>	<u>1960</u>	<u>1970</u>	<u>Variação Percentual</u> <u>1940 a 1970</u>
Menos de 10 Ha.	4,3	4,6	3,9	- 9,3%
10 a menos de 50	25,3	24,8	22,9	- 9,5%
50 a menos de 100	69,9	70,1	69,4	- 0,7%
100 a menos de 200	140,5	141,4	137,8	- 2,0%
200 a menos de 500	309,0	306,3	299,1	- 3,2%
500 a menos de 1000	685,7	685,5	683,7	- 0,3%
1 000 e mais	2.379,0	2.558,3	2.374,2	- 0,2%
TOTAL	92,2	89,3	49,3	- 46,5%

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1970.

A redução, praticamente à metade, da área média dos estabelecimentos no Estado do Ceará resulta principalmente da multiplicação dos estabelecimentos de menos de 10 Ha., e também daqueles de 10 a menos de 50 Ha. Como se pode ver na Tabela 2.1.7., é esta multiplicação que provoca uma redução mais perceptível da área média dos estabelecimentos desses estratos. Isto significa que a elevação do número de estabelecimentos se deu também pelo parcelamento dos estabelecimentos desses estratos. Mas como a área total cresce 40% no período 1940 a 1970, (ver Tabela 2.1.6.), pode-se supor que esse crescimento se afetou pela multiplicação dos pequenos estabelecimentos (categoria na qual incluímos os dois primeiros estratos de área), sem que os demais estratos deixassem de crescer.

De fato, por se pequena a área média dos dois primeiros estratos, não é grande a modificação que o aumento de seu número provoca na estrutura dos estabelecimentos.

A composição percentual dos outros estratos sofre pequenas modificações no período, como mostra Tabela 2.1.8. Assim, apesar de constituírem mais de 80% do número de estabelecimentos (ver Tabela 2.1.5.), os estratos de área de menos de 10 Ha. e de menos de 50 Ha. somados, não chegam a ocupar 20% da área total dos estabelecimentos em 1970.

TABELA 2.1.8.

ESTADO DO CEARÁ: ESTRUTURA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA
TOTAL- ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (%)

<u>Estrato de Área</u>	<u>1940</u>	<u>1960</u>	<u>1970</u>
Menos de 10 Ha.	1,2	1,5	3,9
10 a menos de 50	10,3	10,9	15,2
50 a menos de 100	11,6	11,6	12,3
100 a menos de 200	15,1	14,8	14,3
200 a menos de 500	22,4	20,0	18,4
500 a menos de 1000	14,0	13,3	11,6
1 000 e mais	25,4	28,0	24,3
TOTAL	100	100	100

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1970.

Comparando a estrutura dos estabelecimentos de proprietários do Censo Agropecuário de 1970 com a estrutura dos imóveis, dada pelo Recadastramento de 1972 do INCRA, ter-se-á uma aproximação maior da estrutura fundiária, uma vez que o censo classifica os estabelecimentos de parceiros autônomos e arrendatários ao lado dos estabelecimentos de proprietários, o que dificulta a análise da estrutura fundiária. A Tabela 2.1.9., a seguir, mostra que não é muito diferente a estrutura dos estabelecimentos de proprietários daquela dos imóveis rurais.

É preciso notar, porém, que se trata de duas fontes diferentes, que utilizam critérios diferentes para os conceitos de propriedade e imóvel. A comparação é prejudicada para o confronto de área de cada estrato, porque a área em parceria e arrendamento no censo encontra-se distribuída por estrato da área ocupada pelo parceiro ou arrendatário, mas não está disponível para estratos de área das propriedades a que pertencem os estabelecimentos. Além disso, os dados foram coletados em anos diferentes, o que também dificulta a comparação.

TABELA 2.1.9.

ESTADO DO CEARÁ: ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL (%)

<u>Estratos de Área</u>	<u>1970</u> Número de estabelecimentos (1)	<u>1972</u> Número de Imóveis rurais (2)	<u>1970</u> Área dos estabelecimentos (1)	<u>1972</u> Área dos Imóveis rurais (2)
Menos de 10 Ha.	36,9	29,4	2,3	1,8
10 a menos de 50	38,8	40,6	13,1	13,0
50 a menos de 100	11,5	14,0	11,4	12,7
100 a menos de 200	6,8	8,7	13,3	15,5
200 a menos de 500	4,1	5,1	17,3	20,0
500 a menos de 1000	1,1	1,4	11,1	12,4
1 000 e mais	0,7	0,8	24,3	24,5

Área dos estabelecimentos de parceiros autônomos e arrendatários			7,2	- (+)
--	--	--	-----	-------

TOTAL	100	100	100	100
--------------	-----	-----	-----	-----

Total em números absolutos	153.555	156.717	11.169.232 Ha.	12.048.592,5 Ha.
			(*)	

(1) Estabelecimentos de proprietários, Censo Agropecuário, 1970.

(2) Imóveis rurais, Cadastro do Incra, 1972.

(+) Incluída na estratificação dos imóveis rurais.

(*) Não inclui área de ocupantes, mas inclui área de parceiros e arrendatários.

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário de 1970, e INCRA, Cadastro de 1972.

Contudo, lavando-se em conta que a área de parceiros e arrendatários teria que ser distribuída pelos diversos estratos de área, nos dados de área do Censo da Tabela 2.1.9., a estrutura dada pelas duas fontes não resulta ser muito diferente. Isto é tanto mais verdade quando se sabe que as áreas de parceria e arrendamento são mais significativas a partir do terceiro estrato de área (50 a menos de 100 Ha.), inclusive. (1)

Pode-se dizer, portanto, a partir da Tabela 2.1.9., que de 70% a 75% (conforme se use o Censo de 1970 ou o Cadastro de 1972) das propriedades (ou dos imóveis) ocupam cerca de 15% da área titulada. Nota-se pelos dados referentes à estrutura fundiária, que esta é mais concentrada que a estrutura dos estabelecimentos. A composição percentual da área dos imóveis rurais em 1972 por estratos (Tabela 2.1.9.) está bastante próxima da composição percentual da área dos estabelecimentos em 1960 (Tabela 2.1.8.), o mesmo ocorrendo com a composição percentual do número de imóveis em 1972 em relação ao número de estabelecimentos em 1960. É de se supor que se grande parte do aumento do número de estabelecimentos de menos de 10 Ha e de 10 a menos de 50 Ha. se deva à cessão de terrenos em parceria e para arrendamento, o que não traria modificações profundas na estrutura fundiária. Com efeito, as áreas em parceria e arrendamento juntas crescem 60% entre 1960 e 1970, enquanto o número de arrendatários e parceiros autônomos quase quadruplica, segundo as informações censitárias. (2)

Passando aos municípios algodoeiros tomados como amostra, analisa-se a seguir a evolução da área total por estratos, deixando de lado dois deles, Crato e Juazeiro do Norte, por não se tratar de áreas típicas de produção de algodão. Estes municípios serão estudados mais adiante, quando tratarmos da comercialização.

Tomando por base a estratificação dos estabelecimentos no ano de 1960, construiu-se a Tabela 2.1.10., que mostra a evolução do número de estabelecimentos em cinco municípios algodoeiros na década 1960/1970.

(1) - Esta informação encontra-se no Cadastro de INCRA e será examinada mais adiante.

(2) - FIBGE, Censo Agrícola, 1960 e 1970. Os dados revelam também um grande crescimento do número de ocupantes.

TABELA 2.1.10.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL
NOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA- INDICES PARA 1970

(1960=100)

<u>Estrato de Área</u>	<u>Quixadá</u>	<u>Quixeramobim</u>	<u>Acopiara</u>	<u>Iguatu</u>	<u>Icó</u>
Menos de 10 Ha.	321	244	584	293	203
10 a menos de 50	212	124	191	110	126
50 a menos de 100	144	117	99	70	93
100 a menos de 200	123	100	115	54	90
200 a menos de 500	109	91	114	104	82
500 a menos de 1000	152	90	236	108	125
1 000 e mais	80	124	120	(*)	114
TOTAL	210	128	198	137	138

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1960 e 1970.

(*) Dado omitido porque em 1960 não existia, e em 1970 aparecem apenas 3 estabelecimentos.

A Tabela 2.1.10 revela que o maior crescimento percentual no número de estabelecimentos verificou-se no primeiro estrato de área em todos os municípios. O estrato de 10 a 50 Ha. também sofreu acentuado crescimento, principalmente em Quixadá e Acopiara.

A composição percentual de cada estrato no total em 1970 é dada pela Tabela 2.1.11. a seguir.

TABELA 2.1.11.

ESTRUTURA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA- NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (%) 1970

<u>Estratos de Área</u>	<u>Quixadá</u>	<u>Quixeramobim</u>	<u>Acopiara</u>	<u>Iguatu</u>	<u>Icó</u>
Menos de 10 Ha.	45,6	12,6	28,5	44,6	41,3
10 a menos de 50	30,1	41,3	45,1	42,2	40,3
50 a menos de 100	9,3	18,4	14,9	8,1	9,8
100 a menos de 200	6,6	14,3	7,1	3,2	4,8
200 a menos de 500	4,6	8,1	3,5	1,4	2,5
500 a menos de 1000	1,9	2,3	0,7	0,4	0,6
1 000 e mais	1,6	2,8	0,2	0,1	0,3
TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1970.

A Tabela 2.1.11. mostra uma grande predominância de estabelecimentos de menos de 10 Ha. e de 10 a menos de 50 Ha. nos municípios algodoeiros em 1970, à semelhança do que ocorre no Estado como um todo (ver Tabela 2.1.5.).

A evolução da área ocupada nos municípios mostra tendência semelhante à dos estabelecimentos, conforme se vê na Tabela 2.1.12.

TABELA 2.1.12

EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL
NOS MUNICÍPIOS DA PROSTRA - ÍNDICE PARA 1970

(1960=100)					
<u>Estrato de Área</u>	<u>Quixadá</u>	<u>Quixeramobim</u>	<u>Acoiara</u>	<u>Iguatu</u>	<u>Icó</u>
Menos de 10 Ha.	223	236	538	243	162
10 a menos de 50	213	123	165	98	123
50 a menos de 100	141	116	101	69	92
100 a menos de 200	123	139	115	54	89
200 a menos de 500	106	90	115	102	83
500 a menos de 1000	150	96	246	119	126
1 000 e mais	61	157	65	(*)	156
TOTAL	107	132	125	91	106

(*) Em 1960 não havia estabelecimentos nesse estrato e em 1970 a área do estrato era de 7.626 Ha. A queda na área total de Iguatu deve-se possivelmente a problemas na coleta da informação. Não poderíamos pensar em motivos plausíveis para que Iguatu reduzisse sua área.

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1960 e 1970.

Pela Tabela 2.1.12. percebe-se ter ocorrido um acréscimo percentual de área principalmente no primeiro estrato de área. O segundo estrato também aumenta bastante em Quixadá. Nos municípios restantes, a área dos estratos de 500 a menos de 1.000 Ha. e de mais de 1.000 crescem proporcionalmente mais que o de 10 a menos de 50 Ha., revelando uma tendência à concentração dos grandes esta-

belecimentos. Para efeito de análise serão considerados estabelecimentos pequenos aqueles menores de 100 Ha., que é aproximadamente a medida do módulo, definido pelo INCRA para o Ceará (apesar de que este varie de região para região, no Estado). Os estabelecimentos de 100 até 500 Ha. serão considerados de tamanho médio e os de mais de 500 Ha., grandes.

A comparação da Tabela 2.1.12. com a Tabela 2.1.10 permite inferir que há decréscimo de área média nos dois primeiros estratos para todos os municípios (excetuando-se Quixadá, que praticamente mantém a mesma área média dos estabelecimentos de 10 a 50 Ha.). Por outro lado, como seria de se esperar pela análise da Tabela 2.1.12., os estabelecimentos grandes aumentam sua área média no período, nos municípios, com exceção de Quixadá. Neste município o número de estabelecimentos mais do que dobra, sendo que a área de ocupação sobe apenas 7% (ver Tabela 2.1.10. e 2.1.12., totais), refletindo-se num parcelamento generalizado dos estabelecimentos em todos os estratos de área (salvo o segundo, que mantém estável a área média). Nos municípios restantes, a ocupação de novas áreas acompanha mais de perto o crescimento do número de estabelecimentos. Nesses o processo de concentração nos maiores estratos, com maior probabilidade devido à concentração fundiária, é acompanhado do processo inverso nos pequenos estabelecimentos: maior crescimento de número de estabelecimentos de estratos inferiores e diminuição da área média nesses estratos. Este último movimento deve-se principalmente à criação de estabelecimentos de parceiros e arrendatários, cujo número mais que quadruplica em alguns municípios entre 1960 e 1970 (1), e à proliferação de minifúndios de ocupantes.

A Tabela 2.1.13., apresentada a seguir, mostra a área média por estrato nos municípios em questão, em 1960.

(1) - Compare-se o número de arrendatários e parceiros somados, do Censo Agropecuário de 1970, com o número de arrendatários em dinheiro e em produto no Censo Agrícola de 1960. Compare-se também o número de ocupantes.

TABELA 2.1.13.

ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS EM 1960 POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA (HA)

<u>Estrato de Área</u>	<u>Quixadá</u>	<u>Quixeramobim</u>	<u>Acopiara</u>	<u>Iguatu</u>	<u>Icó</u>
Menos de 10 Ha.	5,5	6,6	5,9	6,3	6,2
10 a menos de 50	23,2	26,5	28,2	25,1	24,0
50 a menos de 100	71,9	69,7	69,7	70,0	69,8
100 a menos de 200	141,2	140,5	141,7	141,7	141,6
200 a menos de 500	306,5	313,7	294,2	284,8	304,4
500 a menos de 1000	698,7	671,9	710,3	646,5	714,9
1 000 e mais	2.418,9	3.548,5	2.489,6	-	1.528,7
TOTAL	169,9	206,4	77,0	45,4	56,2

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agrícola, 1960.

A Tabela 2.1.14. mostra a área média em 1970, por estrato. Para que se visualize melhor as modificações ocorridas na década, quando houve elevação da área de um estrato, a informação aparece entre parêntesis. Percebe-se por essa Tabela que os estabelecimentos pequenos, de menos de 100 Ha., em geral reduzem sua área média no período. Essa redução é mais acentuada nos estabelecimentos de menos de 10 Ha.

TABELA 2.1.14.

ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS EM 1970 (HA) - POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA

<u>Estrato de Área</u>	<u>Quixadá</u>	<u>Quixeramobim</u>	<u>Acopiara</u>	<u>Iguatu</u>	<u>Icó</u>
Menos de 10 Ha.	4,8	6,2	5,5	5,2	5,0
10 a menos de 50	(23,3)	26,3	24,3	22,3	23,4
50 a menos de 100	70,3	69,2	(71,3)	68,6	68,9
100 a menos de 200	141,0	139,1	(141,8)	141,0	140,5
200 a menos de 500	302,1	308,0	(298,0)	279,4	(308,3)
500 a menos de 1000	686,0	(710,2)	(738,0)	(716,9)	(723,2)
1 000 e mais	2.180,3	(4.500,5)	1.353,0	(1.907,0)	(2.088,6)
TOTAL	86,7	(213,4)	51,4	30,2	43,2

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1970.

Como resultado desse duplo processo, de concentração de estabelecimentos grandes e parcelamento e crescimento do número dos pequenos estabelecimentos, temos a composição percentual dos estratos de área nos municípios da amostra apresentada a seguir na Tabela 2.1.15.

TABELA 2.1.15.

ESTRUTURA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL EM 1970 -

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (%) NOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA

<u>Estratos de Área</u>	<u>Quixadá</u>	<u>Quixeramobim</u>	<u>Acopiara</u>	<u>Iguatu</u>	<u>Itô</u>
Menos de 10 Ha.	2,5	0,4	3,0	7,7	4,7
10 a menos de 50	8,1	5,1	21,3	31,2	22,1
50 a menos de 100	7,6	6,0	20,7	18,4	15,6
100 a menos de 200	10,8	9,3	19,6	15,0	15,7
200 a menos de 500	16,1	11,6	20,3	13,0	17,8
500 a menos de 1000	14,8	8,5	10,5	8,3	11,1
1 000 e mais	40,2	59,2	4,5	6,3	12,9
TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1970.

A análise dos dados da Tabela 2.1.15. revela uma estrutura mais concentrada nos municípios de Quixadá e Quixeramobim, onde mais de 50% da área está ocupada por grandes estabelecimentos, de mais de 500 Ha. Por outro lado, o parcelamento dos estabelecimentos e a criação de novos pequenos estabelecimentos fez com que de 40 a 55% da área dos municípios restantes estivesse ocupada por estabelecimentos menores que 100 Ha. (percentuais obtidos pela soma dos tres primeiros estratos).

Quixadá e Quixeramobim encontram-se em região mais tipicamente sertaneja, mais assolada pelas secas. Por esse motivo os estabelecimentos tendem a ser maiores e, por outro lado, é sempre pequena a área agricultável. Pelo menos a penetração das lavouras se processa mais lentamente que nas regiões um pouco mais favorecidas pela ecologia. A área total de Quixadá ou de Quixeramobim é

pelo menos duas vezes maior que a área de qualquer dos outros municípios da amostra. Isto revela em geral uma menor atividade econômica por área.

A análise que se segue, da evolução das áreas de lavoura, permitirá ver mais de perto o porque desse parcelamento generalizados nos municípios algodoeiros.

2.2. Evolução das Áreas de Lavoura

Para a análise da evolução das áreas de lavoura foram consideradas as informações referentes aos Censos de 1960 e 1970, isto porque se tratava de relacionar o crescimento das lavouras com o parcelamento dos estabelecimentos, ocorrido principalmente nessa década. A Tabela 2.2.1. que se segue, mostra o aumento das áreas de lavoura nos municípios da amostra e a elevação de sua participação na área total dos estabelecimentos.

TABELA 2.2.1.

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE LAVOURA NOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA E PARTICIPAÇÃO DAS ÁREAS DE LAVOURA NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS

<u>Municípios</u>	<u>Área de Lavoura (índice)</u>		<u>Área de Lavoura/Área Total (%)</u>	
	<u>1960</u>	<u>1970</u>	<u>1960</u>	<u>1970</u>
Quixadá	100	183	15,3	26,0
Quixeramobim	100	212	9,8	15,7
Acopiara	100	167	26,6	35,6
Iguatu	100	84	31,6	29,0
Icó	100	179	16,7	28,3
Estado do Ceará	100	151	14,3	19,5

Fonte dos dados: FIBGE, Censos Agropecuários de 1960 e 1970.

A diminuição absoluta na área de lavouras do município de Iguatu é provavelmente devida a falha na coleta dos dados de 1960, pois a mesma inconsistência já se verifica na área total dos estabelecimentos, que se reduz no período. Em relação a 1950 a área de lavoura de Iguatu cresce 89% em 1970, sendo a participação

percentual das lavouras na área total dos estabelecimentos naquela data de 15,5% nesse município. (1).

O número de estabelecimentos com áreas de lavoura cresce mais do que a área de lavoura nos municípios algodoeiros, à exceção de Quixeramobim. O índice de 1970 do número de estabelecimentos com lavouras é de 211 para Quixadá, 128 para Quixeramobim, 188 para Acopiara, 138 para Iguatu e 146 para Icó, tomando-se 1960 =100 como base (compare-se com o índice de área de lavoura da Tabela 2.2.1). Isto revela uma diminuição da área média dos estabelecimentos com lavouras no período.

Por outro lado, a composição percentual dos estratos de área de lavoura mostra que de 85% até 98% do número de estabelecimentos com lavouras possuem áreas de lavouras menores que 50 Ha. em 1970, conforme se vê na Tabela 2.2.2. apresentada a seguir.

TABELA 2.2.2.

ESTRUTURA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA DE LAVOURA NOS
MUNICÍPIOS DA AMOERA EM 1970 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (%)

<u>Estratos de Área</u>	<u>Quixadá</u>	<u>Quixeramobim</u>	<u>Acopiara</u>	<u>Iguatu</u>	<u>Icó</u>
Menos de 5 Ha.	43,3	18,7	32,8	53,1	46,3
5 a menos de 10	24,1	23,6	24,6	25,0	23,1
10 a menos de 50	25,6	44,8	34,9	19,9	26,3
50 a menos de 100	3,8	6,9	5,3	1,5	3,1
100 e mais	3,4	6,0	2,4	0,5	1,2
TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1970.

Infelizmente a informação censitária não traz dados a respeito da área correspondente a cada estrato, o que prejudica um pouco a análise da evolução das lavouras por estrato. A importância

(1) - FIBGE, Censo Agrícola, 1950.

da estratificação das áreas de lavoura para esta análise prende-se ao fato de algodão estar presente nas lavouras desses municípios na grande maioria dos estabelecimentos agropecuários, como se vê na Tabela 2.2.3. Há estabelecimentos que plantam as duas variedades de algodão, o que faz com que a soma das colunas supere 100% em alguns casos.

TABELA 2.2.3.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS QUE PLANTAM ALGODÃO NOS ESTABELECIMENTOS COM ÁREAS DE LAVOURA - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (%)

Municípios	<u>Estabelecimentos com lavouras</u>	<u>Estabelecimentos com algodão arbóreo</u>	<u>Estabelecimentos com algodão herbáceo</u>
Quixadá	100	76,6	28,1
Quixeramobim	100	95,1	18,1
Acopiara	100	99,1	0,5
Iguatu	100	65,2	39,9
Icó	100	76,8	8,0
Estado do Ceará	100	43,6	8,0

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1970.

O Censo não nos informa sobre a área que ocupa a lavoura de algodão nesses municípios. Mas, cruzando os dados censitários com os fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística do Estado do Ceará, disponíveis para 1971, foi possível montar o quadro apresentado a seguir na Tabela 2.2.4.

TABELA 2.2.4.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS LAVOURAS DE ALGODÃO NAS ÁREAS DA LAVOURAS DOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA- ÁREA COLHIDA DE ALGODÃO EM 1971/ÁREA DE LAVOURAS EM 1970.

<u>Municípios</u>	<u>%</u>
Quixadá	63,3
Quixeramobim	82,6
Acopiara	108,5
Iguatu	86,1
Icó	38,5
Estado do Ceará	49,7 *

(*) Para o Estado do Ceará a área colhida de algodão refere-se ao ano de 1970. Esta informação foi obtida junto ao Escritório de Estatística do Ministério de Agricultura no Ceará.

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário de 1970 e D.E.E. (Departamento de Estatística do Estado do Ceará).

O fato de Acopiara aparecer com um percentual acima de 100% explica-se, não só pela informação referir-se a dois anos distintos, mas também por ser oriunda de duas fontes diferentes, o que sempre leva a resultados divergentes. Não foi possível obter, para os municípios da amostra a informação referente à área colhida de algodão em 1970, o que tornaria mais comparáveis os dados. De qualquer maneira, como o interesse da Tabela 2.2.4. está em mostrar a importância do algodão nos municípios estudados, considera-se que a aproximação que os dados proporcionam cumpre com os objetivos propostos.

Pode-se concluir, portanto, que o parcelamento generalizados dos estabelecimentos no Estado do Ceará, e nos municípios algodoeiros em particular, deveu-se principalmente ao aumento das áreas de lavouras. Estas, por sua vez localizam-se sobretudo nos estabelecimentos pequenos, de menos de 100 Ha. e são representadas nos municípios estudados, principalmente pelo algodão em suas variedades arbóreo e herbáceo. A elevação da área de lavouras deu-se, como os dados fazem supor, pela criação de pequenos roçados, seja pela cessão de terrenos em parceria ou arrendamento, seja pela criação de minifúndios na ocupação de novas terras.

A estratificação dos imóveis rurais que plantam algodão, dada pelo Cadastro do Incra de 1972 e apresentada a seguir na Tabela 2.2.5. mostra que é grande o número, a área e a produção dos imóveis de mais de 100 Ha. ou seja, dos imóveis médios e grandes, segundo a classificação aqui adotada.

TABELA 2.2.5.

ESTADO DO CEARÁ: IMÓVEIS RURAIS QUE PRODUZEM ALGODÃO (%) 1972

<u>Classes de Área</u>	<u>Número de Imóveis</u>	<u>Área Colhida</u>	<u>Quantidade Colhida</u>
Menos de 10 Ha.	14,2	2,1	6,2
10 a menos de 50	42,2	18,2	25,9
50 a menos de 100	19,0	16,3	17,4
100 a menos de 200	12,8	18,2	16,5
200 a menos de 500	8,0	20,1	16,2
500 a menos de 1000	2,3	10,3	7,3
1 000 e mais	1,5	14,8	10,5
TOTAL	100	100	100

Fonte: Pesquisa sobre "Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira", Convênio FCMBB/CONTAG, Botucatu, 1977.

Mas, se o parcelamento é generalizado nos estabelecimentos, o mesmo não ocorre com os imóveis. Isto porque boa parte desse parcelamento se dá dentro das propriedades, pela cessão de terras em parceria e para arrendamento.

A Tabela 2.2.6. mostra algumas tendências em relação à área dos estabelecimentos, considerando sua evolução desde 1950, no Estado do Ceará.

TABELA 2.2.6.

EVOLUÇÃO DA ÁREA OCUPADA E UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO ESTADO DO CEARÁ

<u>Área dos</u> <u>Estabelecimentos (Ha.)</u>	<u>1950</u>	<u>1960</u>	<u>1970</u>	<u>Variação Percentual</u>	
				<u>1950/70</u>	<u>1960/70</u>
Total	10.200.877	10.943.939	12.104.811	18,7	10,6
Lavouras	827.002	1.565.290	2.359.443	185,3	50,7
Pastagens	2.392.056	3.370.474	4.043.812	69,1	20,0
Lavoura/Total (%)	8,1	14,3	19,5	140,7	36,4
Pastagens/Total (%)	23,4	30,8	33,4	30,0	8,4

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Agropecuário, 1950, 1960 e 1970.

A Tabela 2.2.6 mostra que o crescimento da área de lavouras vem se processando com bastante intensidade há duas décadas. Revela também um crescimento maior da área de lavouras que da área de pastagens nos dois períodos considerados. Assim, o percentual de utilização das terras com lavouras mais do que dobra entre 1950 e 1970 e sobe expressivamente mais do que a área de pastagens entre 1960 e 1970 (36,4% contra 8,4% de aumento da última área). Apesar disso a área de pastagens ainda é maior que a área de lavouras em 1970.

Algumas considerações sobre a população do Estado do Ceará e sua relação com o pessoal ocupado talvez ajudem a compreender essa extensão das áreas de lavoura com criação de pequenos rebanhos. Neste sentido, a Tabela 2.2.7. mostra algumas relações interessantes para a verificação da hipótese da pressão populacional ser uma das causas determinantes do aumento das áreas de lavoura, principalmente na última década.

TABELA 2.2.7.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DO PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA NO ESTADO DO CEARÁ

<u>População e pessoal ocupado</u>	<u>1950</u>	<u>1960</u>	<u>1970</u>	<u>Variação Percentual</u>	
				<u>1950/70</u>	<u>1960/70</u>
População Total...	2.695.450	3.337.856	4.491.590	67%	35%
População Urbana	679.604	1.124.829	1.811.202	167%	61%
População Rural	2.015.846	2.213.027	2.680.388	33%	21%
Pessoal Ocupado na Agricultura..	498.803	801.492	1.021.712	104,8	27,5
Pessoal Ocupado na Agricultura/População					
Total.....	18,5	24,0	22,7	22,7	-5,4
Pessoal Ocupado/Área					
Total (*) pessoas/Km ²	4,9	7,3	8,4	71,4	15,1

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Demográfico e Agropecuário, 1950, 1960 e 1970.

(*) Área Total dos Estabelecimentos, v. Tabela 2.2.6.

A Tabela 2.2.7. mostra várias coisas. Começando a análise pelas relações que figuram no final da tabela, verifica-se que elas são bastante reveladoras. Em primeiro lugar, a relação pessoal ocupado/população total se eleva no primeiro período, para cair na segunda década. Isto significa que na década de 1950 o grande aumento da área de lavouras (v. Tabela 2.2.6.) foi capaz de aumentar esse índice de ocupação, apesar da alta taxa de crescimento da população. Na década de 60 o índice cai. Apesar disso sobe a relação pessoal ocupado/ área total dos estabelecimentos.

Decidiu-se trabalhar com a relação entre pessoal ocupado na agricultura e população total porque, ao comparar o aumento da população rural nos dois períodos com a elevação do número de pessoas ocupadas na agricultura, chega-se à conclusão que o índice de ocupação se eleva de 25% em 1950 para 36% em 1960 e 40% em 1970.

Este número é excessivamente elevado, quando se tem em conta que não se trata ainda da taxa ocupacional, que teria que estar relacionada à população economicamente ativa, e portanto seria ainda maior. A suposição implícita na utilização dos dados da população total é que o pessoal ocupado na agricultura também faça parte da população urbana ou suburbana do Estado. Ainda que essa hipótese não seja totalmente plausível, pois nem toda a população urbana está relacionada com a atividade agrícola, considera-se que para a análise evolutiva essa informação não estará muito fora da realidade, devido à relativa estagnação econômica que marca as atividades urbanas no Ceará nas últimas décadas.

A análise da população rural mostra que ela se eleva mais no período 1960/70 que na década precedente, pois só entre 1960 e 1970 a população rural cresce 21%, quando aumenta 33% no decorrer das duas décadas. As taxas de crescimento anual das duas décadas são apresentadas a seguir na Tabela 2.2.8, que mostra também as taxas dos municípios algodoeiros.

TABELA 2.2.8.

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ E NOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA (%)

<u>Municípios</u>	<u>População</u> <u>U R B A N A</u>		<u>População</u> <u>R U R A L</u>		<u>População</u> <u>T O T A L</u>	
	<u>1950/60</u>	<u>1960/70</u>	<u>1950/60</u>	<u>1960/70</u>	<u>1950/60</u>	<u>1960/70</u>
Quixadá	4,5	5,3	2,6	1,9	2,9	2,5
Quixeramobim	8,0	4,4	2,3	2,7	3,0	3,0
Acopiara	2,1	6,5	0,1	3,7	0,2	4,2
Iguatu	4,9	5,6	0,9	3,8	2,1	4,5
Icó	6,1	4,2	2,2	2,2	3,1	2,8
Estado do Ceará	5,2	5,0	1,0	1,9	2,2	3,1

Fonte de dados: Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970.

O maior aumento da população total na década de 1960 aparece como fator responsável pela pressão sobre a terra, fazendo com que, ao mesmo tempo, cresça a população rural em ritmo mais elevado que na década anterior e diminua o índice de ocupação, tal como foi aqui definido, pois este tem como denominador a população total. Este crescimento inusitado no ritmo de crescimento demográfico certamente não se deve a um maior crescimento vegetativo da população, mas é o resultado da redução do movimento migratório para fora do Estado, o qual foi menor na década de 1960 do que na anterior. O decréscimo das possibilidades de absorção de nordestinos pelo Centro-Sul durante a década de 1960, devido às várias crises por que passou o processo de industrialização no país, foi, ao que tudo indica, um dos fatores responsáveis pela maior taxa de crescimento da população cearense na década de 1960.

O resultado da falta de perspectivas para a mão-de-obra sobrando do Nordeste é uma pressão sobre a terra de maior parcela da população que permanece à busca de oportunidades no próprio meio rural, ou nas cidades mais próximas. Mas, mesmo estas apresentam poucas possibilidades de absorção dessa população crescente, o que faz com que também a população rural, cresça com maior ritmo no Estado do Ceará na década de 1960 do que na anterior. Apesar disso, é ainda excessivamente elevada a taxa de crescimento da população urbana no Ceará.

Nos municípios estudados, a taxa de crescimento da população urbana na década de 1960/70 cresce mais que a média estadual. Isto ocorre por dois motivos. O primeiro é que parte da população rural passa a residir na sede dos municípios. E o outro prende-se ao fato das lavouras não terem capacidade para absorver todo o excedente de população rural, provocando a migração para os centros urbanos mais próximos. A marginalização dessa mão-de-obra nas cidades, sem infraestrutura e sem possibilidades de absorvê-la produtivamente devido ao baixo nível das atividades urbanas, representa a consequência mais imediata, produzindo o conhecido fenômeno do "inchaço" das grandes cidades nordestinas quando esse excedente de população se transfere para as capitais.

Do que foi dito até agora, pode-se concluir que a

pressão populacional foi em grande parte responsável por uma reorientação do setor primário cearense da pecuária para as lavouras, entre as quais o algodão tem um papel fundamental. Esta reorientação se efetivou pela modificação da estrutura dos estabelecimentos, com nítido aumento do número dos estabelecimentos menores que 50 Ha. A elevação da área de lavouras ocorreu principalmente nesses pequenos estabelecimentos, sem que se modificasse de forma tão sensível a estrutura fundiária.

CAPÍTULO 3

AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO COMPLEXO

Neste capítulo analisa-se mais detidamente as relações de parceria, que constituem a base das relações de produção no complexo algodoeiro no Ceará. Primeiramente são dadas algumas características qualitativas dessas relações. Para o estudo das relações de parceria torna-se indispensável a análise do consorciamento da produção do algodão com as culturas de subsistência e também com a pecuária bovina. Esta última atividade assume grande importância no complexo na geração de renda para o proprietário. No entanto, apesar de ser empreendida diretamente por este último, a pecuária não compete com o algodão em termos de renda.

O capítulo termina com algumas informações quantitativas sobre a parceria na composição da mão-de-obra no complexo. O objetivo é destacar que a produção algodoeira se baseia no trabalho familiar, sendo a parceria não apenas a forma concreta que assumem as relações sociais de produção predominantes no complexo, mas também a que permite transferir para fora do núcleo produtivo o excedente gerado.

3.1. A Parceria

O Ceará tem mais de 60% de sua população vivendo no meio rural, segundo os dados do Censo Demográfico de 1970. Por outro lado, 93% do território cearense está enquadrado na zona semi-árida ^{1/}.

Senão o algodão arbóreo uma planta xerófila, seu cultivo se impõe quase por seleção natural, não havendo praticamente outras alternativas de cultura comercial no Estado do Ceará, especialmente no sertão. Isto explica em parte porque, apesar da queda do valor comercial do algodão, a área cultivada se expandiu entre 1960 e 1970, subindo em média nesse período 7%

1/ - Cf. DUQUE (1964).

mil ha. por ano. Enquanto isso a produção foi se elevando em apenas 10 mil toneladas anuais aproximadamente. Estes dados referem-se ao total da produção de algodão no Estado, incluindo tanto o arbóreo como o herbáceo.

A tabela 3.1.1. apresentada a seguir mostra a queda progressiva da produtividade por área do algodão cearense entre 1960 e 1975. A produção de algodão chega a cair em termos absolutos nos anos de 1964, 1966 e 1969, não ocorrendo porém o mesmo com a área colhida, sempre crescente.

TABELA 3.1.1.

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO NO ESTADO DO CEARÁ

Anos	Área Colhida		Produção Estimada		Produtividade	
	Hectares	Índice	Toneladas	Índice	Kg/Ha. Índice	
		Ano Base 1960 = 100		Ano Base 1960 = 100		
1960	430.517	100	175.185	100	407	100
1961	500.077	116	208.795	119	418	103
1962	568.965	132	217.074	124	382	94
1963	642.268	149	253.333	145	394	97
1964	749.181	174	230.172	131	307	75
1965	876.993	204	271.477	155	310	76
1966	979.447	227	245.950	140	251	62
1967	1.007.136	234	294.679	168	293	72
1968	1.114.758	259	341.155	195	306	75
1969	1.201.181	279	333.601	190	273	68
1970	1.172.334	272	171.808	98	147	36
1971	1.249.615	290	379.395	217	304	75
1972	1.230.624	286	313.641	179	236	58
1973	1.264.783	294	342.310	195	271	67
1974	1.039.743	242	221.792	127	213	52
* 1975	1.123.000	261	215.400	123	192	47

(*) Dados sujeitos a retificação.

Fonte: " Estudo Geo-Sócio-Econômico do Estado do Ceará " - "Comercialização Agrícola" - SUDEC, Governo do Estado do Ceará, pág. 15; o "Plano Anual de Produção e Abastecimento - 1975/77", CEPA-CE, Fortaleza, 1976, pág. 40.

Essa tabela revela a queda de produtividade contínua nos últimos quinze anos. Não, no entanto, um fator que tende a distorcer os dados relativos à produtividade física do algodão ,

e que não se sabe em que medida está influenciando a tendência observada na Tabela 3.1.1: Trata-se da dificuldade de obter uma medida correta da área colhida, na medida em que nem todo o algodão colhido num determinado ano se encontra dentro do ciclo produtivo do algodão arbóreo, ou seja, cinco anos de vida produtiva. Ora, como a planta pode durar muito mais anos, dando um pouco de algodão vez por outra, é comum incluir-se plantas com mais de cinco anos - portanto economicamente improdutivas - nas estatísticas da área colhida de algodão. Este pode ser uma das explicações para o fato da área colhida até 1979 ter sido sempre crescente, mesmo quando a produção caía. A outra explicação é sem dúvida a quebra da produção por condições climáticas adversas do clima num ano ou outro. De qualquer forma os dados de 1970 em diante mostram maior sensibilidade da área colhida em relação à produção, caindo em 1970, 1972 e 1974. A produtividade de no entanto continua sendo decrescente, dando mostras de uma crise relativamente séria e prolongada da produção algodoeira no sertão.

Do total da área cultivada com algodão no Estado do Ceará, em 1972, 88% cabia ao algodão arbóreo, que foi responsável por 80% da produção de algodão naquele ano ^{1/}.

O algodão herbáceo, mais sensível às alterações climáticas e exigindo mais umidade, é plantado em regiões mais úmidas, próximas dos vales dos rios ou das serras com águas de infiltração. Seu plantio se faz também consorciado, principalmente quando se utiliza a parceria, apesar de que muitas vezes é plantado solteiro. O consorciamento do algodão herbáceo é feito plantando-se três linhas de algodão para uma de milho, feijão ou arroz, ou na proporção de quatro por um. A menor intensidade do consorciamento e a maior regularidade das chuvas nas áreas onde é plantado, além do fato de se tratar de uma cultura anual, com produtividade quase constante (e não variável com a idade da planta, como ocorre com o algodão arbóreo), faz com que o algodão herbáceo tenha produtividade por área mais elevada que a variedade arbórea. Em 1972 a produtividade do algodão herbáceo foi de 389kg/ha., contra 212 kg/ha. do tipo arbóreo, resultando numa produtividade física média de cerca de

1/ - Dados do D.E.E., Departamento de Estatística do Estado do Ceará.

240 kg/ha. para o algodão cearense (arbóreo + herbáceo).^{1/}

O algodão arbóreo alcança, a nível do produtor, preços aproximadamente 10% mais altos que o algodão herbáceo, devido a seu maior rendimento na indústria têxtil, já que ele tem fibra mais longa. Isso não chega a compensar, porém, a maior produtividade do tipo anual. Na verdade a compensação se dá pelo fato do algodão arbóreo ser uma planta perene, que dura de cinco a mais anos, e o herbáceo uma cultura anual. Apesar da produtividade da planta perene ser variável nos diversos anos, seus custos de produção são bem inferiores aos do algodão herbáceo.

Na verdade, para que pudéssemos comparar custos e rendimento do algodão arbóreo e herbáceo no Ceará, teríamos que levar em conta o rendimento do milho e do feijão (ou do arroz) plantado em consórcio. Uma tentativa neste sentido foi feita pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA) do Estado do Ceará, utilizando-se de estudos de custos de culturas consorciadas de diversas fontes (citadas a seguir na tabela 3.1.2.).

A Tabela 3.1.2. sintetiza os resultados da comparação de estruturas de despesas e receitas do algodão arbóreo em consórcio com milho e feijão e de algodão herbáceo plantado solteiro. Compara-se também nos dois casos a exploração tradicional com o nível modernizado, onde a mecanização incide também sobre os custos.

Os resultados apresentados na Tabela 3.1.2. parecem desaconselhar a mecanização no cultivo do algodão no Ceará. De fato, segundo os dados apresentados, a incidência da mecanização é maior sobre os custos que sobre a produtividade das culturas^{2/}.

1/ - Idem. Esta informação difere um pouco da fonte citada na Tabela 3.1.1., que fornece a cifra de 239 kg/ha. como produtividade média do algodão cearense em 1972.

2/ - A mecanização é medida em custo de horas-máquina (tratores alugados). A exploração tradicional do algodão arbóreo inclui custo de sementes comuns e formicida. A modernizada inclui sementes selecionadas, formicidas, inseticidas e fungicidas, além da mecanização. Para o algodão herbáceo, o nível tradicional inclui apenas sementes comuns, enquanto o modernizado usa sementes selecionadas, fertilizantes e nutrientes, além dos defensivos (formicida, inseticida e fungicida) e da mecanização.

TABELA 3.1.2.

ESTRUTURA DE DESPESAS E RECEITAS POR HA: ALGODÃO ARBÓREO E HERBÁCEO (Cr\$ 1975)

Nível	ALGODÃO ARBÓREO + MILHO + FEIJÃO				ALGODÃO HERBÁCEO			
	Tradicional		Modernizado		Tradicional		Modernizado	
DESPESAS	VALOR-Cr\$	%	VALOR-Cr\$	%	VALOR-Cr\$	%	VALOR-Cr\$	%
1. DEBÁS	2.374,21	79,9	4.428,33	89,3	1.056,20	58,7	2.501,24	83,4
Sementes	51,50	1,7	51,50	1,0	120,00	6,7	90,00	3,0
Corretivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Fertilizantes	-	-	-	-	-	-	-	-
Defensivos	259,10	8,7	553,30	11,4	57,00	3,2	532,50	17,8
Mecanização	-	-	1.726,00	34,8	-	-	57,00	1,9
Mão-de-Obra	2.063,61	69,5	2.087,53	42,1	879,20	48,8	1.405,00	46,9
Outras	-	-	-	-	-	-	215,74	13,8
2. IMPUTADAS	349,17	11,8	492,95	10,0	110,53	6,1	211,68	7,1
Juros	346,17	11,7	489,95	9,9	109,93	6,1	211,08	7,0
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos	3,00	0,1	3,00	0,1	0,60	-	0,60	0,1
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
3. TOTAL (1+2)	2.723,38	91,7	4.921,28	99,3	1.166,73	64,8	2.712,92	90,4
RECEITAS	VALOR-Cr\$		VALOR-Cr\$		VALOR-Cr\$		VALOR-Cr\$	
1. ALGODÃO	1.905,00	64,2	3.750,00	75,7	1.800,00	100	3.000,00	100
2. FEIJÃO	644,00	21,7	644,00	13,0	-	-	-	-
3. MILHO	420,00	14,1	560,00	11,3	-	-	-	-
4. TOTAL (1+2+3)	2.969,00	100	4.954,00	100	-	-	-	-
RECEITAS MENOS DESPESAS	245,62	8,3	32,72	0,7	633,27	35,2	287,08	9,6

Fonte dos dados: Tabelas de custo da produção elaboradas pela CEPA-CE, a partir de: "Sistema de produção para algodão arbóreo: Regiões do Sertão Central, Salgado, Alto Jaguaribe e Cariri Cearense". Outxeramobim, Ce, 1975, 32 p. (Circular 68), EMBRAPA; "Informações Básicas para elaboração de orçamentos agrícolas no Nordeste", Fortaleza, 1969, 145 p., BNB. In "Plano Anual de Produção e Abastecimento 1975/77", CEPA-CE, Fortaleza, 1976.

A elevação das receitas devida ao acréscimo da produtividade através da mecanização não chega a compensar os custos advindos de sua utilização no cultivo modernizado. Tanto no caso do algodão arbóreo e produtos consorciados, como no caso do algodão herbáceo plantado solteiro, a diferença entre receitas e despesas é maior no cultivo tradicional que com o nível modernizado.

A comparação da receita líquida (Receitas menos Despesas na Tabela 3.1.2.) por ha. dos dois tipos de algodão mostra que o algodão herbáceo, plantado solteiro, é mais rentável que o arbóreo. De fato, nas áreas mais úmidas, onde o algodão herbáceo é plantado no Ceará, o preço da terra tende a ser mais elevado que no sertão mais típico, onde impera o tipo arbóreo. O maior preço das terras vincula-se à maior renda gerada por hectare nas regiões mais úmidas e mais férteis^{1/}. A decisão referente ao tipo de algodão plantado depende antes de tudo do solo e do clima.

De qualquer forma, a comparação da produtividade entre algodão arbóreo e herbáceo, o primeiro consorciado e o segundo plantado solteiro, deveria levar em conta também o consórcio com a atividade pecuária. Considerando-se que as canceiras de algodão, após a colheita, são utilizadas para pasto de gado, principalmente na região mais seca, este benefício deveria ser incluído nas receitas do complexo. A época da safra algodoeira coincide com a estação seca, em que o animal perde mais peso. Daí ser tão importante a utilização dos restos da cultura na alimentação animal. A torta que se extrai do algodão em caroço durante seu beneficiamento constitui-se também em importante fonte de alimentação para o gado. Normalmente a venda de determinada quantidade de algodão bruto às usinas de beneficiamento de algodão dá direito à aquisição de uma dada porcentagem de torta, sendo este um motivo a mais a fomentar o consórcio

1/ - A renda neste caso é função direta do rendimento, pois é expressa principalmente sob a forma de renda-produto paga ao proprietário. O algodão herbáceo tem rendimento maior que o arbóreo, portanto gera maior renda, mas exige mais umidade.

cio da cultura algodoeira com a atividade pecuária.

Por outro lado, nunca é demais lembrar o cuidado que devemos ter na comparação de rentabilidade das culturas, pois esta só será válida quando se tratar de relações de produção do mesmo tipo. É claro que quando falamos em despesas e receitas da cultura algodoeira no sertão cearense, explorada por meio de relações de parceria ou efetuada em pequenas propriedades, com mão-de-obra familiar, há que considerar várias coisas. Em primeiro lugar, que em boa parte os custos são implícitos, sendo as sementes parte dos alimentos produzidos na safra anterior e não consumidos. Em segundo lugar, mas não menos importante, uma parte considerável da produção não é comercializada, destinando-se ao consumo produtivo e à reprodução da força-de-trabalho.

Parece, portanto, mais importante destacar que a principal função dos produtos consorciados é a de prover a subsistência dos agricultores. Qualquer tentativa de comparação de custos de produção do complexo algodoeiro cearense com outro qualquer, teria que levar em conta os padrões em que se faz a reprodução da força de trabalho no Ceará bem como as relações de produção a que ele se encontra submetida. Se quiséssemos medir o custo da subsistência do agricultor cearense teríamos que examinar mais de perto todos os efeitos das relações de parceria sobre as formas que o produtor tem que procurar para reproduzir sua força de trabalho.

Através dos mecanismos de financiamento "informal" e do contrato verbal obrigando o parceiro a comercializar sua produção com o dono da terra, este último se apodera dos excedentes da produção do parceiro. Esta "comercialização" é feita nas piores condições possíveis. Pode-se, em consequência, caracterizar a parceria como uma relação de produção de tipo pré-capitalista, em que a dependência do dono da terra se dá desde o primeiro momento da produção, com o financiamento, e se estende até a fase da comercialização. As condições de financiamento e comercialização do produto do parceiro não permitem assimilar a parceria a um contrato de arrendamento capitalista (com renda paga em produto). A dependência em relação ao proprietário assume características de uma relação de produção de tipo pré-capitalista, tema já discuti-

do em outra parte deste trabalho.

As informações colhidas pelo Recadastramento de 1972 do Incra fornecem algumas evidências das modalidades de parceria vigentes no Ceará ^{1/}.

TABELA 3.1.3.

ESTADO DO CEARÁ: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO E DA ÁREA DOS CONTRATOS DE PARCERIA E ARRENDAMENTO SEGUNDO O TIPO DE EXPLOAÇÃO

<u>Tipo de Ex- ploração</u>	<u>Contratos de Parceria</u>		<u>Contratos de Arrendamento</u>	
	<u>Número</u>	<u>Área (em Ha.)</u>	<u>Número</u>	<u>Área (em Ha.)</u>
Agrícola (*)	98,2%	84,6%	85,4%	49,7%
Pecuária	0,5%	11,7%	1,8%	12,3%
Extrativa Vegetal ou Florestal	0,5%	0,5%	3,7%	4,6%
Mista	0,7%	0,5%	8,9%	33,3%
TOTAL	100	100	100	100
Número de Contratos	29.106	440.814,5 Ha.	1.273	66.686,6 Ha.
Porcentagens Horizontais	95,8%	86,9%	4,2%	13,1%

(*) Por Agrícola entenda-se lavouras, na terminologia empregada pelo Incra.

Fonte de dados: Pesquisa Convênio FCMBB/CONTAG, a partir de Estatísticas Cadastrais/3, Incra, M.A., 1977.

As porcentagens horizontais na última linha da Tabela 3.1.3. mostram a importância da parceria em comparação com o arrendamento, segundo os dados do Incra. Os contratos de parceria, que constituem 95,8% do número total de contratos (parceria + arrendamento), ocupando 86,9% da área sob contrato (de parceria ou arrendamento) são, por sua vez, principalmente referidos a atividade

1/ - Estes dados foram trabalhados pela Pesquisa sobre "Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira", efetuada pelo Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (FCMBB) em convênio com a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), sendo apresentada análise a respeito no Relatório da pesquisa referida. Aqui vão ser utilizadas algumas das informações qualitativas referentes à parceria no Ceará, extraídas pela pesquisa do Convênio FCMBB/CONTAG do volume Estatísticas Cadastrais/3, publicado pelo Incra em 1977.

des agrícolas. Estas, como mostram as primeiras duas colunas da Tabela 3.1.3., representam 98,2% do número de contratos de parceria e ocupam 84,6% da área de tais contratos.

Devido à importância da parceria agrícola no Ceará, e nosso interesse específico por tais relações de produção, vamos deixar de lado a análise do arrendamento e dos contratos de parceria não-agrícola, para examinar algumas características mais específicas da parceria agrícola. Assim, a tabela 3.1.4. que se segue, mostra alguns compromissos assumidos pelo parceiro no Ceará e compará-los com o percentual de cada um desses compromissos na média para o Brasil.

TABELA 3.1.4.

NÚMERO DE CONTRATOS DE PARCERIA AGRÍCOLA COM CONDIÇÕES ESPECIAIS
- PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CONTRATOS AGRÍCOLAS DE PARCE-
RIA

<u>Compromisso</u>	<u>Ceará</u>	<u>Brasil</u>
a) Venda ao cedente de parte ou total da produção.....	27,9	19,5
b) Abastecimento de gêneros de subsistência em estabelecimento do cedente ou por ele indicado	14,8	6,9
c) Prestação de outros serviços ao cedente...	20,7	19,3
d) Proibição de utilizar pequenas áreas para cultivo ou criação próprias.....	38,1	29,8

Fonte: Pesquisa do Convênio FCMBS/CONTAG, Quadro 25, pág. 118.

Quando se considera que a maior parte dos questionários do Cadastro do Incra é respondido pelos proprietários, a revelação desses compromissos ilegais por parte do parceiro com o proprietário (o cedente na Tabela 3.1.4.) pode ainda estar subestimada. De qualquer forma o percentual desses compromissos sobre o total dos contratos de parceria agrícola é suficientemente elevado para que se possa caracterizar a parceria agrícola como uma relação de dependência do proprietário, anulando o caráter de autonomia que deveria revestir o contrato, por força da lei que o regula.

Na verdade são muito poucos, quase inexpressivos, os contratos escritos de parceria no Ceará, conforme se vê na Tabe-

la 3.1.5. apresentada a seguir. Isto permite que a dependência do parceiro se estenda também aos membros da sua família, por contrato.

TABELA 3.1.5.

ESTADO DO CEARÁ - PERCENTUAL DE PARCEIROS COM CONTRATO ESCRITO E DE CONTRATOS COM DEPENDENTES TRABALHANDO POR EXTRATO DE ÁREA

<u>Extratos de Área de Parceria</u>	<u>' Percentual ' de parceiros com contrato escrito</u>	<u>Contratos com dependentes trabalhando</u>	<u>Número de dependentes trabalhando por contrato</u>	<u>Número Total de parceiros + dependentes trabalhando</u>
Menos de 10 Ha.	2,0	55,8	3,1	48,8
10 a menos de 50	0,5	39,9	4,2	44,6
50 a menos de 100	0,6	2,8	5,8	4,1
100 a menos de 200	0,7	0,8	6,5	1,3
200 a menos de 500	1,0	0,4	7,6	0,8
500 a menos de 1000	1,8	0,1	13,8	0,3
1000 e mais	7,2	0,1	5,5	0,1
TOTAL	2,5	100	3,7	100
TOTAL em Números		23.063		108.190

Fonte: Pesquisa Convênio FCMBP/CONTAG, a partir de Estatísticas Cadastrais/3, Incra, M.A., 1977.

A Tabela 3.1.5. mostra como é irrisório no Ceará o número de contratos escritos de parceria. Tais contratos só adquirem certa expressão nos estratos de mais de 1.000 Ha., que devem estar relacionados à parceria em outras atividades que não as agrícolas, já que o número de contratos agrícolas de mais de 1.000 Ha. não atinge a 0,1% do total dos contratos agrícolas.

É interessante notar que o número de dependentes trabalhando por contrato cresce com os estratos de área, chegando a 13,8 dependentes trabalhando por parceiro nos contratos de 500 a 1.000 Ha. Neste e em casos análogos pode-se supor que haja uma subdeclaração no número de parceiros. Esta pode ser devida ao fato de alguns parceiros subcontratarem moradores, estendendo assim a área de cultivo. Nestes casos a "meia" também vale para o mora-

dor, que o passa ao proprietário por intermédio do parceiro, que desta forma se responsabiliza por uma área maior, que inclui a cedida ao morador. Por outro lado, existe interesse do proprietário em subdeclarar o número de parceiros e arrendatários, o que pode ser a outra explicação para a subestimação do número de parceiros. Se aos dados da parceria da Tabela 3.1.5. relacionarmos os dados referentes ao valor da produção das áreas em parceria, levando em conta que a quota-parte do cedente (proprietário) no Ceará representa em média 36% da produção do parceiro, obter-se-á a renda média por parceiro. Em 1972, o valor total da produção das áreas em parceria foi de Cr\$ 43.577 mil. Deste total, os parceiros retêm 64% (100-36%), portanto Cr\$ 27.889.280,00. Dividindo-se este total por 29.106 (total do número de contratos de parceria), tem-se uma receita média por parceiro de Cr\$ 958,20.

^{1/} Ora, como o salário mínimo anual na época em que os dados foram coletados era de aproximadamente Cr\$ 3 mil, a renda média por parceiro é evidentemente irrisória no Ceará. Quando se considera, além disso, que esta receita média deve ainda ser dividida entre os dependentes dos parceiros, fica evidente que essa receita é absolutamente insuficiente à sua sobrevivência.

Vendo assim reduzida sua receita monetária na comercialização do algodão (que mal chega para pagar as dívidas que contraiu com o proprietário) e dos produtos de subsistência (sempre que o proprietário dá a terra preparada e as sementes, o parceiro é obrigado também a pagar-lhe uma porcentagem, a terça ou a quinta parte, desses produtos como renda), o parceiro é algumas vezes levado a vender não só o excedente, mas também uma parte dos produtos de subsistência necessários à manutenção de sua família até a safra seguinte. Consequentemente seu endividamento é contínuo, pois tem que recorrer ao proprietário para comprar deste, a preços mais elevados, parte do milho e do feijão que lhe vendeu. Só assim é que pode completar sua subsistência e iniciar o plantio no início do ano agrícola seguinte. "Compre-se um saco de feijão para pagar com dois na safra", segundo comu

1/ - Dados fornecidos pela Pesquisa do Convênio FCMBB/CONTAG, a partir das Estatísticas Cadastrais do Inera, M.A. Os dados referem-se a 1972.

nicação pessoal que nos foi feita por um parceiro.

Não conseguindo reter em suas mãos os alimentos que ele próprio produziu, e que são necessários para o sustento da sua família na entressafra, o parceiro e seus familiares trabalham como diaristas nas terras exploradas diretamente pelo proprietário, ou em propriedades vizinhas. Estas diárias são essenciais à sua subsistência, pois também lhes permitem adquirir os outros elementos necessários, não produzidos em suas roças, como o sal, o querosene, etc.

Como se vê na Tabela 3.1.5. as relações de parceria abrangem também obrigações por parte dos familiares dos parceiros. Todos eles participam da colheita, enquanto que a "limpa" e os tratos culturais constituem tarefas dos homens.

Os resultados apresentados no trabalho do CIDA, "Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Econômico do Setor Agrícola" (v. bibliografia anexa), ^{1/} no estudo sobre sete fazendas em Quixadá, mostram que o balanço da receita e despesa de dez parceiros analisados é em muitos casos negativo. O estudo do CIDA refere-se ao ano de 1962. Catorze anos mais tarde, a Pesquisa sobre Produção e Comercialização Agrícola de Convênio Unicamp-Incra chegou a resultados semelhantes através de entrevistas realizadas na região algodoeira do Ceará ^{2/}.

A experiência tem mostrado ao parceiro que, embora a divisão dos riscos com o proprietário seja teoricamente equitativa, o mesmo não ocorre com os benefícios. E na verdade, as relações de parceria tem muito pouco de uma relação contratual e muito mais de uma relação de produção pré-capitalista, com marcada dependência - social, econômica e cultural - do parceiro para com o proprietário. Talvez seja interessante lembrar que, ao serem perguntados pelo questionário das Estatísticas Cadastrais/3 do Incra sobre o prazo contratual da parceria, os proprietários dos imóveis responde-

1/ - CIDA (1966), pág. 491 (Tabela Adicional F).

2/ - Nessa pesquisa, da qual participamos, os dados colhidos em entrevistas com parceiros indicavam uma situação de permanente insolvência destes em relação aos proprietários.

ram que esta não tinha prazo em 85,9% dos casos, sendo que em 9,8% não revelaram o prazo ^{1/}. Naturalmente isto confere à parceria um caráter muito mais de relação permanente de produção do que de um simples vínculo contratual.

É interessante notar aqui como as técnicas de produção do algodão arbóreo, por serem rudimentares e permitirem o consorciamento com produtos de subsistência, influem diretamente sobre as relações sociais de produção, provocando o aparecimento da parceria como uma maneira de aliar o cultivo em consórcio com baixos custos para o proprietário da terra. A parceria garante o melhor aproveitamento da terra, na medida em que o parceiro se torna diretamente interessado na produção funcionando como seu próprio capataz e controlando o trabalhador diarista que é contratado na época da colheita, quando os braços de que dispõe não são suficientes para a tarefa ^{2/}.

Por outro lado, a propriedade da terra e o controle sobre os recursos necessários para dar início à produção (o acesso ao financiamento bancário) garantem ao proprietário, não só a percepção da renda da terra, mas também a espoliação do produtor direto, com a transferência total para suas mãos do excedente da produção do parceiro. A forma de que se reveste concretamente essa transferência de excedentes - a parceria - é determinada pela possibilidade do cultivo do algodão e dos produtos consorciados em pequenas roças e com a utilização de técnicas rudimentares, instrumentos de produção bastante simples, que não exigem maior investimento nem maiores conhecimentos técnicos por parte do parceiro. Percebe-se assim de que maneira as relações técnicas de produção condicionam em grande medida as relações sociais que se estabelecem no complexo algodoeiro do Ceará.

3.2. Consórcio Algodão - Pecuária

O complexo algodoeiro é completado pela atividade

1/ - Cf. Pesquisa do Convênio FCMBB/CONTAG a partir da publicação do Inera.

2/ - Ver a respeito LOUREIRO (1977), pág. 71.

criatória, explorada diretamente pelo dono da terra. O contrato de parceria inclui a utilização da terra cedida ao parceiro, após a colheita do algodão, para pasto do gado do proprietário e, em alguns casos, para o plantio da palma forrageira. Interrompe-se assim, temporariamente, o acesso do parceiro à terra, que volta às mãos do seu dono após a colheita e até a época do plantio.

A forragem que o gado retira das capoeiras do algodão serve para minorar os efeitos da estação seca sobre o peso do animal. É justamente nos meses de outubro a dezembro, até janeiro, quando as chuvas mais escassam no sertão nordestino, que o gado é colocado nos campos do algodão. Pode-se, assim, apreciar o valor que representa para a atividade criatória o fato de poder contar com as capoeiras do algodão para alimentação do gado no final do período seco. O adubo fornecido pelo gado nesses meses é o único benefício que a terra recebe por força do contrato de parceria. Utilizando pouca mão-de-obra e apresentando menores riscos que as lavouras, a pecuária é empreendida diretamente pelo proprietário da terra. Os peões, chamados "retireiros", são via de regra trabalhadores permanentes, recebendo um salário e, às vezes, também uma roça de subsistência. A valorização da carne bovina não justifica mais os contratos de quarteração (a quarta parte dos novilhos nascidos pertencia ao vaqueiro que cuidava o gado) prevalentes no passado. Certas obras de infraestrutura, como açudes e a rede viária facilitando a locomoção do gado, afastaram em grande medida os riscos da atividade pecuária devidos às secas prolongadas. A possibilidade de aniquilamento do gado por uma seca grande, como ocorreu em 1790, parece atualmente ser coisa do passado.

Desta forma, desaparecido (ou minorado em grande parte) o risco aliado a essa atividade, que se traduz em baixa rentabilidade a longo prazo, cessa também o interesse do proprietário pela relação de parceria. Isto porque, se é baixa a rentabilidade por área da pecuária, sua rentabilidade por pessoa ocupada é alta já que ela exige pouca mão-de-obra. Além disso, a necessidade praticamente constante de trabalhadores durante todo o ano justifica o assalariamento permanente dos vaqueiros, princi-

palmente a partir do momento em que o salário anual de subsistência passa a ser menor que o valor da quarta parte dos novilhos nascidos por ano.^{1/}

A pecuária não se constitui na principal fonte de renda do proprietário, apesar de ser por ele explorada diretamente. A renda auferida com o algodão próprio e o excedente extraído pela comercialização da produção do parceiro, além do lucro comercial da revenda de rapadura e outros produtos para os parceiros, suplanta de muito o que ele pode conseguir através da venda dos animais e de seus produtos derivados.^{2/} Muito mais do que alternativas, a cultura do algodão arbóreo e a pecuária são atividades que se complementam.

A criação de gado é mantida como uma atividade subsidiária à cultura algodoeira e que visa garantir uma renda mais estável nos anos de baixa rentabilidade do algodão. Diz-se na região que "o algodão come carne", pois sempre que são poucos os rendimentos do algodão, o agricultor vende parte do seu rebanho para remediar a situação. Esta função de reserva de valor da atividade pecuária assume características distintas para os grandes proprietários e os pequenos arrendatários ou minifundistas. Os grandes proprietários, quando podem prever a baixa de preços do algodão, procuram desviar seus recursos financeiros para a compra de matrizes, ainda que mantendo uma certa atividade na cultura algodoeira pelo repasse aos moeiros, e limitando-se a restringir em alguma medida a parcela de lavoura explorada diretamente.

Os pequenos produtores, sempre que conseguem apre-

1/ - Isto ocorre não só pela valorização do gado como também em decorrência da redução do risco, pois esta permite maior controle e planejamento da atividade, possibilitando a comparação acima referida. A cultura algodoeira, à diferença da pecuária, continua apresentando altos riscos e preços pouco compensadores para a fibra, o que se traduz em baixa rentabilidade a longo prazo, sobretudo se esta rentabilidade for medida em relação ao pessoal que ocupa. Além disso, a utilização de mão-de-obra é bastante variável durante o ano agrícola, não se justificando o assalariamento permanente. A parceria aparece aí também como uma forma de prender o agricultor à terra quando cai a necessidade de mão-de-obra.

2 - Para a comparação da renda da lavoura vis-à-vis a renda da pecuária, veja-se também CIDA (1966), *op.cit.*, pág. 465, tabela 115.

priar-se de algum excedente, tratam de investir na compra de animais. Um arrendatário entrevistado na pesquisa de campo realizada para o Convênio Unicamp-Incra relatava que a cada filho seu que nascia, comprava uma cabeça de gado, para fazer frente a qualquer eventualidade. Para o pequeno produtor, portanto, a pecuária funciona como um seguro social, permitindo a reprodução da força de trabalho familiar nos anos críticos ou suprimindo a quase inexistente assistência social no meio rural cearense.

Os parceiros não costumam ter criação. Muitas vezes são proibidos de criar animais, mesmo pequenos, pelo dano que estes possam causar às plantações (ver a respeito a Tabela 3.1.4., item d).

Sendo o gado sertanejo de má qualidade, é entretanto, por sua maior resistência, o único que sobrevive nas condições adversas do sertão, ao menos na criação extensiva. Assim, o baixo peso dos animais e a má qualidade de suas carnes fazem da pecuária uma atividade que não chega a competir com o algodão em rentabilidade.

Os dados colhidos pela pesquisa levada a efeito pelo Convênio SUDENE-BIRD^{1/} mostram, para os municípios algodoeiros da amostra situados no Estado do Ceará, uma clara predominância do valor da produção agrícola (das lavouras, na nomenclatura aqui utilizada) sobre o valor da produção animal em todos os municípios e no Estado como um todo. Esta relação é maior nos estratos de área inferiores, mas também é considerável nas fazendas de grande porte.

Pela Tabela 3.2.1. percebe-se como é pequena a participação da pecuária (dada pelo complemento dos dados para alcançar 100%) na receita da produção agropecuária. Esta última foi aqui designada como receita bruta, para facilitar a compreensão da tabela. Na verdade a receita bruta inclui também outras receitas, além das duas incluídas na Tabela 3.2.1., conforme se verá na Tabela 3.2.3.

Os dados da referida pesquisa mostram também, conforme se vê na Tabela 3.2.2., que a área das lavouras é inferior à

1/ - Ver Fonte dos dados da Tabela 3.2.1.

TABELA 3.2.1.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA RECEITA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA RECEITA BRUTA (= RECEITA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA + RECEITA DA PECUÁRIA) EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE MUNICÍPIOS ALGODOEIROS NO CEARÁ

<u>Estratos de Área</u>	<u>'Brejo Santo</u>	<u>'Jaguaré</u>	<u>'Itapioca</u>	<u>'Itapiúna</u>	<u>'Mombaça</u>	<u>'Estado do Ceará</u>
0 a 9,9 Ha.	91,7	86,2	100,0	88,0	71,7	89,5
10 a 49,9 Ha.	92,9	84,8	84,2	82,1	86,3	82,7
50 a 99,9 Ha.	80,8	64,9	76,2	90,2	90,1	80,1
100 a 199,9 Ha.	91,6	59,2	77,7	92,4	79,3	75,3
200 a 499,9 Ha.	87,9	63,1	67,1	88,0	87,6	74,9
500 e mais Ha.	91,4	59,2	74,6	88,8	80,3	73,9
Total das Fazendas	89,0	63,0	72,9	88,7	85,3	77,3

Fonte dos dados brutos: Acordo SUDENE/BIRD, Pesquisa sobre as Unidades de Produção Agrícola do Nordeste, 1976.

Área de pastagens em todos os municípios, sendo equivalente a um terço desta última no Estado do Ceará. Apesar disso a receita da produção agrícola (das lavouras) é bastante superior à receita da produção animal (conforme mostra a Tabela 3.2.1.), mesmo em Jaguaré, município que tem uma área de lavoura relativamente inexpressiva em relação à área de pastagens.

TABELA 3.2.2.

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS ÁREAS DE LAVOURAS E DE PASTAGENS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DOS MUNICÍPIOS ALGODOEIROS DO ESTADO DO CEARÁ

<u>Uso da Terra</u>	<u>'Brejo Santo</u>	<u>'Jaguaré</u>	<u>'Itapioca</u>	<u>'Itapiúna</u>	<u>'Mombaça</u>	<u>'Estado do Ceará</u>
Área em Produção Agrícola.....	30,1	3,4	18,9	22,4	26,8	15,4
Área em Pastagens Nativas e Plantadas.....	32,5	67,4	44,7	37,5	35,3	47,9
Total das Fazendas.....	100	100	100	100	100	100

Nota: Não foram relacionadas terras em descanso, terra inutilizável e outras, por não ser pertinente ao que se quer mostrar.

Fonte de dados: Acordo SUDENE/BIRD, Pesquisa sobre as Unidades de Produção Agrícola do Nordeste, 1976.

TABELA 3.2.3.

RECEITAS E DESPESAS DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE MUNICÍPIOS
ALGODOEIRO NO CEARÁ - VALORES MÉDIOS DAS FAZENDAS (Cr\$ DE 1973)

<u>Receitas</u>	<u>'Brejo Santo</u>	<u>'Jaguare- tama</u>	<u>'Itapipo- ca</u>	<u>'Itapiúna</u>	<u>'Mombaça</u>	<u>'Est. do Ceará</u>
Receita da Pro- dução Agrícola	15.740,77	12.710,80	11.064,28	14.697,32	8.691,04	8.339,99
Receita da Pro- dução Animal	1.939,48	7.461,68	4.116,78	1.867,77	1.495,01	2.449,43
Receita de Alu- guel da Terra	-	-	-	-	-	25,99
Receita do Alu- guel de Equipa- mentos	-	-	-	-	-	9,11
RECEITA BRUTA	17.680,25	20.181,49	15.183,06	16.565,26	10.186,04	10.824,49
<u>Despesas</u>						
Remuneração da Mão-de-Obra	2.356,26	1.669,46	2.625,25	2.363,69	1.052,13	1.834,24
Insumos compra- dos para animais	182,72	1.228,01	1.229,28	425,74	45,82	400,08
Outros insumos comprados	152,01	53,61	205,88	139,73	123,97	392,22
Custo de aluguel de equipamentos	51,47	0,83	31,15	30,91	8,77	17,20
Custo de Manuten- ção	2.146,88	1.511,81	1.797,12	382,56	501,33	300,71
Depreciação	1.323,20	1.868,14	1.544,26	1.341,26	1.130,60	1.134,44
CUSTOS TOTAIS	6.212,54	6.331,84	7.432,69	4.683,87	2.862,61	4.578,70
<u>RECEITA LÍQUIDA</u>						
DA.....	11.467,67	13.840,60	7.750,03	11.881,34	7.323,38	6.245,31

(-) O traço indica que a receita é nula.

Fonte dos dados: Acordo SUDENE/BIRD, Pesquisa sobre as Unidades de Produção Agrícola do Nordeste; 1976.

Por outro lado, para uma análise aproximativa dos custos de produção comparados, entre as lavouras e a atividade pecuária, construiu-se uma tabela de receitas e despesas das fazendas a partir dos dados da pesquisa mencionada, tanto para os municípios algodoeiros como para o Estado do Ceará. Apesar dos dados estarem disponíveis também por estratos de área das fazendas, considerou-se suficiente a análise dos resultados para a média, equivalente aos resultados para o total das fazendas, por não haver muita variação na composição relativa de receitas e despesas por estrato de área. Para os objetivos propostos a análise da média das fazendas parece ser suficiente.

Para que se possa proceder a uma comparação, ainda que grosseira, dos custos da produção agrícola com aqueles da produção animal, vai-se lançar mão de alguns artifícios, uma vez que nem todos os custos estão discriminados, ou são passíveis de serem assignados a uma ou outra atividade. É o caso da depreciação, dos custos de aluguel de equipamentos ou de manutenção. Construíram-se algumas relações, que compõem a Tabela 3.2.4., para tornar mais factível a comparação.

Os números referentes a despesas na Tabela 3.2.3. mostram uma quase equivalência do custo dos insumos comprados para animais com outros insumos comprados, para o Estado do Ceará. Isto se traduz em uma participação bem maior (de quase quatro vezes) do custo de insumos comprados sobre a receita da produção animal, em relação ao custo de outros insumos sobre a produção agrícola (relações 2 e 3 respectivamente, na Tabela 3.2.4.).

O custo de mão-de-obra não se encontra separado por atividade. Este custo representa para a receita bruta total o mesmo percentual aproximadamente que os insumos comprados para animais representa para a receita da produção animal (relações 4 e 2, última coluna, Tabela 3.2.4.). Estes dados, na suposição de que os custos restantes (de aluguel de equipamentos e de manutenção e depreciação) incidem de maneira uniforme para as duas atividades, ou seja, que podem ser rateados em proporção idêntica à receita das duas atividades, mostram

TABELA 3.2.4.

RELAÇÕES ECONÔMICAS (PERCENTUAIS) DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE
MUNICÍPIOS ALGODOEIROS NO CEARÁ

	'Brejo Santo	'Jaguare- tama	'Itapipo- ca	'Ipapiũ na	'Mom- baça	'Est. do Ceará
Receita da Produção Animal						
(1) Valor dos Animais	18,4	23,2	17,5	19,5	29,7	21,7
Insumos Comprados para Animais						
(2) Receita da Produção Animal	9,4	16,5	20,9	22,8	3,1	16,3
Outros Insumos Comprados						
(3) Receita da Produção Agrícola	1,0	0,4	1,9	1,0	1,4	4,7
Remuneração da Mão-de-Obra						
(4) Receita Bruta	13,3	8,3	17,3	14,3	10,3	17,0
Custos Totais						
(5) Receita Bruta	35,1	31,4	49,0	28,3	28,1	42,3
Receita da Produção Animal						
(6) Receita Bruta	11,0	37,0	27,1	11,3	14,7	22,7

Fonte dos dados: Acordo SUDENE/BIRD, Pesquisa sobre as Unidades de Produção Agrícola do Nordeste, 1976.

que o elevado custo de insumos para a produção animal deve compensar-se em alguma medida com o baixo custo de mão-de-obra desta atividade, de tal forma que não se tenham custos muito diferentes para a produção agrícola e animal.

Na verdade, é bem possível que os custos da produção agrícola em relação às receitas dessa produção sejam menores que essa mesma relação na produção animal. Isto porque boa parte dos custos de manutenção e da depreciação referem-se a investimentos necessários para a pecuária. Trata-se de investimentos em cercas, estábulos, etc., enquanto a produção agrícola, efetuada com técnicas primitivas, exige pequeno investimento. De modo que, ao se deduzir esses custos de maneira proporcional às receitas das duas atividades, poderemos estar subestimando os custos da produção animal.

Isto revela que a receita líquida da produção agrícola representa um percentual pelo menos equivalente ao da produção animal em relação à receita bruta de cada uma dessas atividades. O que vem mostrar que a decisão de voltar-se mais para as lavouras em detrimento da pecuária, por parte dos agricultores cearenses, se funda na maior rentabilidade das culturas em relação à atividade criatória.

As relações percentuais da Tabela 3.2.4. mostram também a importância do custo dos insumos animais em três dos municípios estudados (segunda relação da Tabela 3.2.4). Nos casos de Brejo Santo e Mombaça a atividade pecuária não parece ter muita importância (o mesmo ocorrendo em Itapiúna, onde o custo dos insumos animais é elevado, devido ao alto valor dos insumos comprados nas fazendas de mais de 500 Ha., conforme revelam os dados estratificados por área, não apresentados na Tabela 3.2.3.), distribuindo-se a produção animal nos diversos estratos de área de maneira uniforme. (É fácil verificar na Tabela 3.2.1. que a receita da produção agrícola mantém um percentual quase constante nos diversos estratos de área, e por diferença, o mesmo ocorre com a produção animal.) Esta pequena importância do rebanho resulta talvez em menores cuidados, sobretudo se se considera que os estabelecimentos menores não têm possibilidades de arcar com o alto custo dos insumos para a produção animal.

O custo dos insumos animais em relação à receita da produção animal aparecem na Tabela 3.2.4. com um percentual bem mais alto que o custo da mão-de-obra sobre a receita bruta nos municípios restantes (à exceção de Brejo Santo e Mombaça), e similares a este na média do Estado do Ceará. Isto reforça o argumento que foi desenvolvido na análise dos dados referentes ao Estado como um todo. A atividade pecuária aparece como menos rentável ou, no máximo, tão rentável como as culturas, não se justificando uma reorientação para a pecuária nas condições em que esta vem sendo praticada.

A maior participação da pecuária na renda gerada não reduz a participação dos custos na receita bruta, como se desprende da análise comparada das duas últimas relações da Tabela 3.2.4. Itapiúna e Mombaça são os municípios com maior taxa de

rentabilidade, e ambos têm um percentual pequeno da receita da produção animal sobre a receita bruta. De qualquer forma, seria necessário uma disposição mais adequada dos dados para uma análise mais rigorosa, já que o município de Jaguaratama apresenta baixo percentual de custos sobre a receita bruta, sendo justamente o que mais aufere receita com a pecuária. O baixo custo da mão-de-obra nesse município e a elevação considerável do percentual da receita da produção animal quando se passa para estratos de área superiores (ver Tabela 3.2.1.) parecem indicar uma maior racionalidade na utilização de insumos e maiores cuidados na prática da atividade pastoril, importante sobretudo nas grandes fazendas.

Mas, mesmo nesse caso seria difícil concluir ser a pecuária mais rentável que as lavouras com os dados disponíveis. De qualquer forma, pode-se concluir, com base nos dados apresentados, que é maior a importância das lavouras na receita gerada nas fazendas, e que sua rentabilidade é pelo menos semelhante à da pecuária. É sempre necessário lembrar, porém, que as duas atividades, mais do que competitivas, são complementares.

3.3. Parceria versus Exploração Direta

As fontes consultadas coincidem na informação de que oitenta por cento do algodão coarense é plantado por parceiros. Se, por um lado, as técnicas incipientes de produção e o plantio consorciado em pequenas roças condicionam as relações de trabalho, que tomam a forma concreta de parceria, pelo outro, a reprodução dessas relações de produção constitui-se em entrave para a melhoria das técnicas e o desenvolvimento das forças produtivas.

Devido ao grande risco envolvido pela cultura do algodão e dos produtos a ele associados, o pequeno agricultor não se atreve a fazer investimentos para a melhoria do solo que possam implicar em perdas num ano de má colheita ou de baixos preços do algodão. A pequena escala das unidades de produção, aliada ao fato do contrato de parceria não apresentar garantias para o parceiro, tornam desaconselhável a aquisição de máquinas agrícolas. O fato do produtor direto ser um agricultor sem ter-

ras e sem acesso ao financiamento bancário tem a consequência de ceifar as possibilidades de intensificação dos métodos de cultivo.

Mesmo nas lavouras de exploração direta dos grandes proprietários é pequena a utilização do maquinário agrícola. Por um lado, a topografia dos terrenos agriculturáveis nem sempre permite o uso de máquinas no sertão. E, por outro lado, essa exploração direta se faz numa faixa da terra que representa apenas uma pequena porcentagem da área da lavoura (de 10 a 25%), sendo o restante cedido em parceria. Na verdade essa exploração direta aliada à parceria destina-se principalmente à utilização da mão-de-obra disponível dos parceiros e moradores, que normalmente tem para o proprietário um custo menor que a mão-de-obra de fora da propriedade.

A sujeição, pela qual o parceiro e o morador cedem dias de trabalho ao proprietário (mais o morador que o parceiro) por diárias bem menores que as de mercado (geralmente a metade dos salários que lhes seriam pagos por outros proprietários), torna interessante para o dono da terra manter uma roça de exploração direta na propriedade. As informações colhidas na pesquisa efetuada pelo CIDA ^{1/} bem como dados colhidos em pesquisa de campo na região algodoeira ^{2/} mostram uma certa equivalência das rendas por hectare auferidas pelo proprietário, da parceria e da exploração direta. Sendo essa exploração direta feita quase toda com trabalho a baixo preço do morador e do parceiro, conclui-se que a parceria é que permite essa dupla vantagem para o proprietário.

1/ - A comparação dos dados fornecidos pelo CIDA (1966), referentes à contabilidade de sete fazendas em Quiradã, entre a renda por Ha. recebida pelo proprietário das terras em parceria e a receita por Ha. das lavouras exploradas diretamente, revelam uma certa equivalência entre a primeira e a segunda.

2/ - Os dados colhidos na entrevista direta a parceiros e grandes proprietários, durante pesquisa do Convênio Unicamp-Incra, conduzem à conclusão de que a parceria é mais rentável que a exploração direta para o proprietário da terra.

Em primeiro lugar, a parceria parece ser mais rentável que a exploração direta, se esta fosse empreendida com trabalho assalariado, portanto se esse trabalho fosse remunerado ao preço de mercado, pelo menos nas condições técnicas em que é feito o cultivo atualmente.

Em segundo lugar, o intrincado complexo de relações de produção incluindo a parceria, o morador, a sujeição, permitem que o grande proprietário utilize mão-de-obra mais barata na lavoura que explora diretamente, baixando assim consideravelmente os seus custos de produção.

A relação que se estabelece entre o parceiro, o morador, o trabalhador de força, e o dono da terra forma um sistema que fixa a população no campo, expulsando-a apenas nos momentos de crise, em anos de seca, para reabsorvê-la nas fases de auge da cultura. A densidade da população sertaneja, alta se considerarmos que se trata de uma região semi-desértica, se reflete num crescimento desproporcional dos núcleos urbanos, principalmente das capitais, que exercem maior poder de atração da população rural. Nestas, a incapacidade de absorção da mão-de-obra disponível, provoca o fenômeno do "inchaço", com a marginalização crescente e o superdimensionamento do setor de serviços baseado na sub-ocupação dos retirantes.

O refluxo dessa população para a zona rural nos momentos de expansão das culturas agrícolas mantém um equilíbrio das necessidades de mão-de-obra nos anos mais favoráveis. Nos anos de seca a migração é espontânea, pois as relações de trabalho não garantem a subsistência do agricultor quando sua colheita é insuficiente.

Até o impacto das secas é discriminatório no sertão. O algodão na verdade necessita de chuvas em determinada época - o inverno sertanejo - para o plantio e o crescimento da planta. Mas na época da colheita, quando o algodão já está florido, as chuvas podem arruinar a safra. Assim, é comum que num ano de seca prolongada se perca pouco algodão, mas fiquem muito prejudicadas as colheitas dos produtos de subsistência a ele consorciados. Naturalmente o mais prejudicado é o parceiro ou pequeno proprietário, que tem nas lavouras subsidiárias sua prin

principal fonte de alimentação.

Esta é sem dúvida uma razão a mais pela qual a parceria aparece como a relação de produção mais adequada. Nos anos de poucos rendimentos é vantajoso para o proprietário ter reduzidos seus custos variáveis pela manutenção de uma pequena parcela de mão-de-obra como empregados permanentes.

Com base na classificação ecológica formulada pela SUDENE (1972) para a região semi-árida do Ceará, e através de dados do Censo de 1970, foram calculadas na tabela 3.3.1. as seguintes relações de densidade demográfica:

TABELA 3.3.1.

DENSIDADES DEMOGRÁFICAS DO ESTADO DO CEARÁ

<u>Tipos de Áreas</u>	<u>População (habs.)</u>	<u>%</u>	<u>Área</u> <u>(km²)</u>	<u>%</u>	<u>Densidade Demo-</u> <u>gráfica (hab. /</u> <u>km²)</u>
Manchas Férteis	383.744	8,8	10.661	7,3	36,00
Região Semi-Árida	3.983.226	91,2	136.156	92,7	29,25
Total do Estado	4.366.970	100,0	146.817	100,0	29,74

Fonte: Censo Demográfico de 1970 e SUDENE (1972).

A alta densidade demográfica da região seca do Estado, quase equivalente à média do Ceará, é um dos fatores responsáveis pela abundante oferta de mão-de-obra no sertão cearense. No Nordeste como um todo, a região semi-árida tem uma densidade populacional bem mais reduzida, de 14,48 hab/km². 1/

Os dados relativos à composição da mão-de-obra da pesquisa do acordo SUDENE/BIRD mostram, por outro lado, a importância do trabalho familiar e dos parceiros no total de trabalhadores para os municípios algodoeiros. E revelam que sua importância avulta quando se mede a mão-de-obra em termos de homens/ano. É aí que a ocupação de parceiros e familiares aparece em sua devida medida, em comparação com a de empregados permanentes ou trabalhadores temporários.

1/ - Cf. SUDENE (1972).

A Tabela 3.3.2. apresentada a seguir mostra os dados recolhidos pela pesquisa mencionada. É preciso esclarecer que há dupla contagem no número de trabalhadores, pois a mão-de-obra familiar inclui também parceiros e os trabalhadores temporários são também parceiros e seus familiares em muitos casos ^{1/}.

TABELA 3.3.2.

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA MÃO-DE-OBRA EM MUNICÍPIOS ALGODOEIROS DO CEARÁ

Municípios	Parceiros	Trab.	Trab. Tempor.	Trab. Perman.	Total
		Familiar			
Brejo Santo	18,59	33,64	38,10	10,77	100
Jaguaretama	14,13	56,17	25,58	4,12	100
Itapipoca	6,67	16,56	56,98	19,79	100
Itapiúna	22,08	33,55	38,85	5,52	100
Mombaça	5,01	49,90	42,38	2,71	100
Est.Ceará	8,16	32,23	49,10	10,51	100
HOMENS - ANO (%)					
Brejo Santo	9,4	51,9	21,9	17,2	100
Jaguaretama	10,4	75,0	8,2	6,4	100
Itapipoca	12,2	23,3	40,4	24,4	100
Itapiúna	5,6	54,4	30,8	8,9	100
Mombaça	1,0	78,7	16,8	4,0	100
Est.Ceará	5,5	53,7	25,5	15,7	100

Fonte dos dados : Acordo SUDENE/BIRD, 1976.

Como se vê no cômputo de homens/ano, o trabalho familiar e o dos parceiros chega a constituir 80% da mão-de-obra em alguns municípios. Mesmo assim, os dados de parceria estão subestimados, segundo se afirma no referido relatório da pesquisa. Na pesquisa de campo feita na região ^{2/} foram selecionados alguns municípios para estudo. A composição da mão-de-obra nesses municípios é apresentada a seguir na Tabela 3.3.3.:

1/ - Cf. Relatório da Pesquisa referida, SUDENE/BIRD, (1976).

2/ - Cf. os critérios de seleção desses municípios no Capítulo 2.

TABELA 3.3.3.

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA MÃO-DE-OBRA NOS MUNICÍPIOS ALGODOEIRO SELECIONADOS

<u>Municípios</u>	<u>Parceiros</u>	<u>Não Remunerados</u>	<u>Trab. por Conta</u>	<u>Empregados</u>
	<u>% s/Total</u>		<u>Própria % s/Total Trab.</u>	<u>Permanentes %</u>
Quixadá	23,4	22,0	23,4	31,1
Quixeramobim	33,0	19,9	33,8	13,3
Acopiara	50,9	21,1	20,5	7,5
Iguatu	30,1	20,1	34,6	15,2
Icó	35,0	19,8	33,8	11,4

Fonte dos dados: FIBGE, Censo Demográfico, 1970.

Os dados do Censo Demográfico revelam a importância do número de parceiros nos municípios em questão.

Quando se soma o percentual de parceiros à categoria de não-remunerados, que constituem em boa parte familiares dos primeiros, e correspondem ao trabalho familiar da Tabela 3.3.2., verifica-se que eles representam em conjunto de 45% até 70% da mão-de-obra total, conforme o município. Resumindo, o que mostram as informações analisadas até aqui é que a alta densidade demográfica condiciona uma oferta abundante de mão-de-obra, utilizada principalmente em relações de parceria, sendo o trabalho familiar a base da estrutura produtiva. O capítulo que se segue procura analisar mais de perto os mecanismos que permitem transferir o excedente gerado na produção para fora de seu âmbito, ao tratar da questão do financiamento e comercialização da produção.

CAPÍTULO 4O FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

Este capítulo é dedicado à análise do sistema de financiamento da produção no complexo algodoeiro. Primeiramente analisa-se o crédito formal. A estrutura do crédito formal e os vínculos que ele cria para a comercialização da produção no complexo algodoeiro fornecem um quadro de referência para a compreensão dos mecanismos do crédito informal, cujo funcionamento constitui a segunda parte da análise desenvolvida no presente capítulo. Vinculada à questão do funcionamento, a comercialização aparece como o momento em que se acumulam os excedentes da produção agrícola, excedentes que posteriormente são transferidos em parte à esfera industrial.

Tal como no caso da acumulação primitiva para a industrialização européia, o capital comercial é o principal agente responsável pela expropriação do excedente no complexo algodoeiro cearense. Esta espoliação do produtor direto só passa da esfera comercial para a esfera industrial quando o capital industrial subordina diretamente a produção, fenômeno que ocorre, por exemplo, na agroindústria canavieira. Este não é, porém, o caso do produto que estamos estudando. Daí caber aos diferentes agentes da comercialização o papel de apropriar-se dos excedentes da produção dos pequenos produtores diretos, para depois transferi-los para o centro dinâmico da acumulação, localizado fora do Ceará - seja no Exterior, se o algodão for exportado, seja nas áreas mais industrializadas do País. ^{1/}

Esta função de expropriação do excedente da produção é garantida à esfera comercial do complexo algodoeiro através dos mecanismos de financiamento da agricultura pelo Governo. O Estado aparece, assim, como um agente de intermediação entre o centro dinâmico da acumulação - o polo industrial - e o complexo algodoeiro.

1/ - Como estas absorvem atualmente a maior parte da produção cearense de algodão, no presente capítulo foram deixadas de lado as exportações do produto.

Por esses mecanismos, ele regula ao mesmo tempo o nível de atividades na produção algodoeira cearense - através do volume do financiamento - e assegura que os excedentes gerados na produção sejam transferidos para a esfera da comercialização - por meio das formas concretas da política de financiamento. Em um segundo momento, boa parte desses excedentes são transferidos para o centro da acumulação, onde a indústria têxtil passa a apropriar-se, assim, de parte do excedente gerado na produção de algodão bruto, mediante a administração dos pagamentos aos maquinistas do Nordeste pela matéria-prima - o algodão em pluma.

O objetivo deste capítulo é, portanto, a análise dos mecanismos que permitem essa transferência de excedentes de uma produção baseada em relações pré-capitalistas para o reforço da acumulação de capitais no centro dinâmico dessa acumulação, o setor industrial do Centro-Sul do País. O financiamento da produção constitui, portanto, uma peça-chave na preservação das atuais formas de organização da produção no complexo algodoeiro do Ceará.

4.1. - Crédito Formal

Para a análise do crédito formal são utilizados os dados do Censo Agropecuário de 1970, do FIPGE, bem como algumas informações obtidas junto às agências bancárias dos municípios relacionados no Capítulo 2, que constituem a amostra privilegiada neste trabalho. E, com base em alguns dados históricos recentes sobre o financiamento da produção de algodão no Estado do Ceará pelo Banco do Brasil, traça-se a evolução da produção de crédito oficial, relacionando-o com a área colhida da produção algodoeira cearense.

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil foi criada na década de 1930 para suprir as necessidades de crédito da agricultura, preenchendo o vazio deixado pelos bancos privados, que não se interessavam por essa área, devido à instabilidade da agricultura. Sendo a taxa de lucros conseguida na aplicação bancária no setor agrícola muito inferior à conse

guida pelos créditos urbanos, o Banco do Brasil passou a assumir a responsabilidade pelo financiamento das atividades agrícolas. O Estado sempre atua nas áreas em que o capital não tem interesse em efetuar aplicações. Tal como nos investimentos infraestruturais, esta é uma política de auxílio indireto à industrialização, que não pode prescindir do desenvolvimento das atividades agrícolas. ^{1/}

Os dados censitários mostram que o financiamento governamental representa uma alta percentagem de crédito global. Segundo o Censo Agropecuário de 1970 o financiamento público constitui 78,6% do crédito total concedido à agricultura cearense, contra 15,0% provenientes do crédito particular e 6,4% de entidades particulares. ^{2/} A Tabela 4.1.1. mostra a origem dos financiamentos para atividades agrícolas no Estado e nas Micro-Regiões algodoeiras selecionadas, bem como a participação destas no crédito rural do Ceará.

TABELA 4.1.1.

ORIGEM DOS FINANCIAMENTOS EM 1970 NAS MICRO-REGIÕES
ALGODOEIRAS DO CEARÁ

MRS-Micro-Regiões	Total em % sobre (Cr\$ 1.000) o Estado		% SOBRE A MICRO-REGIÃO		
			Governa- mental	Particu- lar	Entidade Privada
MR 63 - Sertões de Quixeramobim....	4.806	8,4	83,9	13,2	2,9
MR 73 - Iguatu ...	3.130	5,5	72,7	21,8	5,6
MR 74 - Sertão do Salgado.....	3.160	5,2	72,7	17,0	10,3
MR 78 - Cariri ..	2.941	5,2	62,0	27,3	10,8
Resto do Estado..	43.018	75,7	80,0	13,7	6,3
Estado do Ceará..	57.055	100,0	78,6	15,0	6,4

FONTE DOS DADOS: FIBGE, Censo Agropecuário, 1970.

1/ - Veja-se a respeito BIELCHOWSKY (1975), págs. 78 e segs.

2/ - O crédito particular é concedido por pessoas físicas e também armazens, caso em que é dado em espécie, de uma maneira geral. O crédito de entidades privadas é concedido principalmente por bancos particulares, podendo incluir outras personalidades jurídicas, como as usinas, por exemplo. A terminologia acima é a que consta nos Censos Agropecuários.

Como se vê na tabela acima, as quatro Micro-Regiões algodoeiras tomadas na amostra utilizam cerca de 25% do crédito estadual em 1976. A região do Cariri destaca-se pela utilização do crédito concedido por particulares, que supera a quarta parte do crédito total utilizado nessa Micro-Região. Essa percentagem é devida, muito provavelmente, ao grande número minifúndios existentes no Cariri, zona de ocupação mais antiga e de terras mais úmidas. Tais minifúndios, sem acesso ao crédito bancário, terminam recorrendo a intermediários diversos para o financiamento da sua produção agropecuária.

Nos municípios algodoeiros da amostra em questão, é notável também a predominância do crédito oficial sobre as demais modalidades de financiamento para a agricultura, conforme atestam os dados da Tabela 4.1.2.

TABELA 4.1.2.

ORIGEM DOS FINANCIAMENTOS À AGRICULTURA EM 1970
NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS ALGODOEIRO DO CEARÁ

<u>MUNICÍPIOS</u>	<u>Total em</u> <u>Crs 1.000</u>	<u>% Sobre</u>	<u>Governo</u>	<u>Parti-</u>	<u>Entidade</u>
		<u>O Estado</u>	<u>Federal</u>	<u>cular</u>	<u>Privada</u>
Quixadá	2.134	3,7	77,8	20,1	2,1
Quixeramobim	2.142	3,8	91,5	7,5	1,0
Acopiara	1.430	2,5	73,0	21,4	5,6
Iguatu	1.067	1,9	71,0	20,4	8,5
Icó	740	1,3	90,4	5,7	3,9
Crato	744	1,3	63,4	24,6	12,0
Juazeiro do Norte	505	0,9	70,1	24,4	5,7

FONTE: DADOS: FIBGE, Censo Agropecuário, 1970.

É interessante notar que Quixadá, Acopiara e Iguatu não possuíam co-operativa de produtores em 1970; apenas em 1973 é que foi criada uma Cooperativa de Produtores de Algodão em Quixadá. Hoje em dia é bem possível que o volume de crédito particular tenha baixado sensivelmente nos municípios servidos por cooperativas, pois estas canalizam o crédito bancário oficial para os pequenos proprietários. Resalte-se, no entanto, que uma parcela expressiva de minifundistas não pertence aos quadros das cooperativas, seja por desconfiança, visto que a direção destas é geralmente confiada aos grandes proprietários locais, seja pela carência de recursos das mesmas, que terminam concedendo créditos insuficientes ou atrasando o pagamento do algodão recebido.

Os juros e as despesas bancárias representam, nas Micro-Regiões algodoeiras, um percentual maior sobre as despesas totais do setor agropecuário do que a média do Estado do Ceará, como se vê na Tabela 4.1.3.

TABELA - 4.1.3.

JUROS E DESPESAS BANCÁRIAS SOBRE AS DESPESAS TOTAIS
DO SETOR AGROPECUÁRIO CEARENSE EM 1970

<u>MICRO-REGIÕES</u>	<u>% Sobre despesas</u> <u>Totais</u>	<u>% Sobre Financia-</u> <u>mentos</u>
MR 68 - Sertões de Quixeramobim.....	3,2	9,8
MR 73 - Iguatu	5,3	14,7
MR 74 - Sertão do Salgado..	4,4	10,0
MR 78 - Cariri	4,0	13,2
Estado do Ceará	2,9	11,3

FONTE DOS DADOS: FIBCE, Censo Agropecuário, 1970.

Os juros e despesas bancárias variavam entre 10% a 15% do valor total dos financiamentos em 1970, de acordo com a Micro-Região.

A importância do financiamento governamental pode ser

melhor medida por alguns dados fornecidos pelo Banco do Brasil, referentes à área financiada para a produção de algodão no Estado do Ceará. Sendo esse banco o principal agente financeiro na região, secundado de longe pelo Banco do Nordeste do Brasil, é expressivo o percentual de área colhida de algodão financiado por essa entidade estatal.

TABELA 4.1.4.

RELAÇÃO ENTRE ÁREA FINANCIADA PELO BANCO DO BRASIL E
ÁREA COLHIDA DE ALGODÃO DO CEARÁ

<u>ANOS</u>	<u>ÁREA FINANCIADA</u> <u>(em Mo.)</u>	<u>ÁREA COLHIDA</u> <u>(em Ha.)</u>	<u>ÁREA FINANCIADA</u> <u>Área colhida</u>
1966	475.236	979.447	48,5
1967	433.438	1.007.136	43,0
1968	378.522	1.114.758	34,0
1969	420.505	1.201.181	35,0
1970	312.207	1.172.334	26,6
1971	371.763	1.249.615	29,8
1972	380.623	1.230.624	31,7
1973	421.834	1.264.783	33,4
1974	417.285	1.039.743	40,1
1975	464.763	1.123.000	41,4
1976	500.765	1.212.727	41,3

FONTE DOS DADOS: Departamento Geral de Estatísticas do Banco do Brasil e Escritório de Estatística - M. A., Fortaleza, Ceará.

A área financiada, segundo os dados da Tabela 4.1.4., representa cerca de 40% da área colhida nos diversos anos. A imprecisão dos dados não permite fazer uma análise evolutiva do financiamento e nem sequer uma análise de sua distribuição por micro-região, já que, para um mesmo ano, o valor do financiamento por hectare varia muito, de uma micro-região para outra.

O sentido do financiamento é visto com maior clareza quando se analisa a distribuição dos créditos concedidos pela CREA por rubricas, ou seja, segundo a finalidade do empréstimo. Essa Carteira possui três grandes linhas de crédito agrícola: o crédito de custeio, o de investimento e o de comercialização. Este último é geralmente representado pelo EGF (Empréstimos do Governo Federal), AGF (Aquisição do Governo Federal) e EAB (Empréstimos para Armazenagem e Beneficiamento). ^{1/}

Em pesquisa direta junto aos gerentes do Banco do Brasil (BB) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), nos municípios algodoeiros, foram colhidas informações sobre a distribuição do crédito entre as diversas linhas e os respectivos beneficiários. ^{2/} De acordo com essas informações, os principais clientes do crédito da CREA são os "usineiros" (maquinistas de algodão), as cooperativas de produtores, os proprietários (grandes, médios e pequenos), e também meeiros e arrendatários com carta de anuência (aval) do proprietário.

Os usineiros têm acesso a dois tipos de crédito especial: de custeio da produção e de comercialização. O Empréstimo Industrial de Custeio (EIC) constitui-se numa linha de crédito muito importante para as usinas, na medida em que lhes permite assegurar a aquisição de matéria prima, pelo repasse desse financiamento aos grandes proprietários, principalmente, mas também, em alguns casos, a pequenos e médios agricultores.

O crédito de comercialização utilizado pelas usinas é o EGF (Empréstimo do Governo Federal), através do qual o Banco do Brasil financia os estoques de algodão em pluma das usinas ao preço mínimo fixado pela CFP (Comissão de Financiamento da Produção) durante um determinado prazo, findo o qual a usina deverá reembolsar o Banco. No caso de não reembolso o Banco assume a propriedade do estoque financiado. O EGF é geralmente utilizado pelas usinas para o pagamento do EIC contratado anteriormente. O desconto de duplicatas de clientes cobre, posteriormente, o EGF.

1/ - Para uma análise das linhas de crédito ver OLIVEIRA (1975), (1974) e (1977) e também SAYAD (1976).

2/ - Pesquisa efetuada para o Convênio UNICAMP-INCRA.

As cooperativas também se valem do EGF, além de usar o EAB, empréstimo usado para o custeio das cooperativas. Já os proprietários de terras recebem crédito para duas finalidades: custeio e investimento. Estas rubricas, por sua vez, estão subdivididas em custeio agrícola e pecuário e investimento agrícola e pecuário. O crédito de custeio agrícola é geralmente concedido entre fevereiro e maio nos municípios algodoeiros.

Uma outra linha de crédito, o crédito fundiário, não tem muita expressão no volume global do financiamento. Sabe-se apenas que é concedido para a aquisição de terras de no mínimo 3 módulos, (tal como definido pelo INCRA ^{1/}) e, no máximo, de seis. A Tabela 4.1.5. apresentada a seguir, mostra a estrutura do crédito rural, segundo informações fornecidas pelos gerentes do BB e do BNB nos municípios em questão.

TABELA 4.1.5.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS LINHAS DE CRÉDITO NO TOTAL DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS POR BANCOS OFICIAIS EM ALGUNS MUNICÍPIOS CEARENSES

<u>LINHAS DE CRÉDITO</u>	<u>DB</u> <u>Quixadá</u>	<u>BB</u> <u>Iguatu</u>	<u>BB</u> <u>Grato</u>	<u>BB</u> <u>Juazeiro</u> <u>do Norte</u>	<u>BNB</u> <u>Iguatu</u>
EIC (%)	(*)	25,5	20,6	54,4	-
EGF (%)	26,1	31,9	17,6	23,7	-
EAB (%)	7,5	12,8	-	-	28,4 (+)
EIC + EGF + EAB	33,6 (*)	70,2	38,2	78,1	28,4
Investimento Agrícola (%)	16,6	4,1	-	7,7	-
Investimento Pecuário (%)	25,6	1,9	27,9	3,0	-
Investimento (A. + P.) (%)	42,2	6,0	27,9	10,7	22,0
Custeio Agrícola (%)	16,6	18,5	33,8	9,6	-
Custeio Pecuário (%)	4,5	1,9	-	0,6	-
Custeio (A. + P.) (%)	21,1	20,4	33,8	10,2	49,6
Crédito Fundiário (%)	3,0	1,7	-	-	-
Total do Crédito da CREA	100	100	100	100	100

Total em Cr\$ milhões 66,0 78,0 68,0 92,0 10,5

(*) Não se obteve informação sobre o montante do EIC. em Quixadá.

(+) Empréstimo para Cooperativas fornecido pelo BNB. Este Banco não discrimina nos seus empréstimos o que é crédito agrícola ou pecuário.

FONTE: Pesquisa direta junto às agências do BB e BNB. As informações foram fornecidas oralmente pelos gerentes da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Algumas linhas de crédito estão omitidas. Pesquisa do Convênio UNICAMP/INCRA, 1976.

1/ - O módulo no Ceará varia em torno de 90 a 110 hectares.

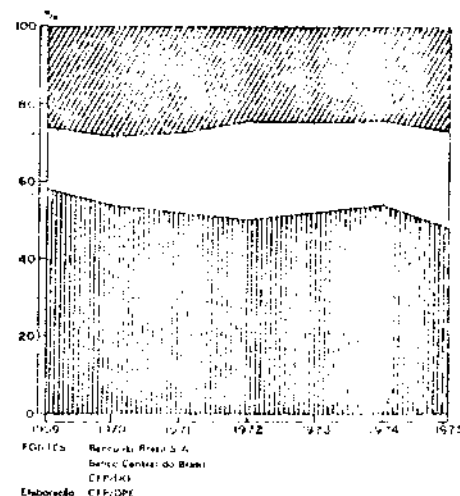
O primeiro subtotal da Tabela 4.1.5 revela que as cooperativas absorvem uma parte expressiva do crédito concedido pelo Banco do Brasil. Esse percentual supera 70% em duas das agências, sendo também grande nas demais (atente-se para o fato de não ser conhecido o montante do EIC em Quixadá). Em Crato, o EIC foi repartido entre duas usinas, e, em Juazeiro do Norte, houve quatro contratos de EIC. Sete usinas de Quixadá utilizaram Cr\$ 13 milhões da agência local do BB para EGF, enquanto a COOPAQUI (Cooperativa de Produtores de Algodão de Quixadá) recebeu cerca de Cr\$ 4 milhões em EGF/. (1) Essa cooperativa também recebeu Cr\$ 5 milhões de EAB, concedido também para as cooperativas de Jucás e Cedro, as quais absorveram Cr\$ 10 milhões do crédito concedido pela agência do BB em Iguatu. Essas cooperativas não fizeram EGF, mas recorreram ao BNB, dêste conseguindo Cr\$ 1,5 milhão para financiamento das lavouras e a mesma quantia para pecuária.

O dados revelam, portanto, uma concentração do crédito em poucas mãos, com grande predomínio do crédito de comercialização sobre as demais modalidades. Esta não é, entretanto, a regra geral da política de crédito do Banco do Brasil. O gráfico 1, transcrito do trabalho "Avaliação da Política de Preços Mínimos", de João do Carmo Oliveira e Cláudia Ponte de Albuquerque, mostra a preponderância dos créditos de custeio no crédito total concedido pela CREA durante o período de 1969/1975.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO RECENTE DA COMPOSIÇÃO
DO CRÉDITO AGRÍCOLA TOTAL

▨ CRÉDITO DE COMERCIALIZAÇÃO
□ CRÉDITO DE INVESTIMENTO
▨ CRÉDITO DE CUSTEIO

Fonte: "Avaliação da Política de Preços Mínimos", de João do Carmo Oliveira e Cláudia Ponte de Albuquerque, CPP, 1977.



(1)- No ano de 1976 não foi feito AGF para o algodão, visto que seus preços superaram de muito o preço mínimo fixado pela CPP. Convém lembrar que o EGF é feito só para o algodão beneficiado. Apesar das usinas serem obrigadas por lei a beneficiar algodão por conta de terceiros, na realidade elas não cumprem esse requisito. Na pesquisa de campo do Convênio Unicamp-Inera foi encontrado apenas o caso de uma usina, em Acopiara, que beneficiava algodão para terceiros. Tratava-se porém, de uma exceção à regra.

O crédito de comercialização aparece com um percentual médio de 25% a 30%, enquanto o crédito de custeio oscila em redor dos 50% do crédito global no Brasil, conforme mostra o Gráfico 1.

Ainda que se desconsiderasse o EIC na Tabela 4.1.5., por não se tratar de um crédito agrícola, mas industrial, (apesar deste empréstimo se destinar especificamente à aquisição da matéria-prima por parte das usinas, constituindo portanto uma espécie de crédito de comercialização), os percentuais de crédito de comercialização (EGF + EAB) representavam ainda um alto percentual do crédito total na maioria dos casos (34% em Quixadá, 60% em Iguatu, 22% em Crato e 52% em Araripe do Norte).

Além de serem os agentes mais típicos e mais importantes da comercialização do algodão no Ceará, as usinas e cooperativas são também os maiores beneficiários do crédito bancário oficial. O Estado reforça, dessa maneira, o poder econômico do capital comercial local, permitindo além disso que este se apodere de grande parte do excedente gerado na produção, devido ao controle indireto desta pelos mecanismos de financiamento.

Outro importante agente do capital comercial no sertão algodoeiro é o grande proprietário de terras, que repassa o financiamento bancário que lhe é concedido aos seus parceiros. Além de propiciar-lhe uma receita adicional, esse repasse assegura ao grande proprietário a apropriação do excedente do produtor direto.

O maior percentual de crédito de custeio agrícola (concedido para as lavouras) foi, entre as diversas agências analisadas, a do BB de Crato. (ver Tabela 4.1.5.). Uma boa parte desse crédito de custeio foi abocanhada por uns poucos grandes proprietários. Em Crato esses contratos maiores variavam de Cr\$100 a 300 mil, e o restante se distribuiu entre pequenos e médios. Em Iguatu apenas 5, a 8% do número total de usuários (o BB de Iguatu tinha cerca de quatro mil clientes em 1976 e celebrou 1,6 mil contratos de custeio) não são proprietários, mas sim meeiros e parceiros⁽¹⁾

(1) Os parceiros são os beneficiários do programa "Proterra", projeto de Reforma Agrária levada a efeito em caráter experimental no Estado do Ceará. Toda propriedade de mais de 1.000 Ha. teria que vender um terço de suas terras ao Inera, que posteriormente procedia à divisão do terreno comprado em parcelas, para distribuí-las aos parceiros, selecionados segundo critérios de saúde, número de dependentes, comportamento social, etc. (continua)

com carta de anuência.

Para os contratos com parceiros ou parceleiros, o volume máximo do empréstimo, por contrato, foi de Cr\$30 mil em Iguatu. Nesse município o BNB atende boa parte dos pequenos e médios proprietários, dividindo o financiamento para custeio em partes iguais, sendo cerca de Cr\$2,5 milhões para empréstimos de até Cr\$30 mil por contrato e outros Cr\$2,5 milhões para empréstimos acima desse valor. No entanto, a Tabela 4.1.5. mostra que é relativamente pequena a capacidade de financiamento do BNB em relação ao BB.

O crédito para custeio destina-se quase que exclusivamente à lavoura algodoeira. Apenas em Crato e Juazeiro do Norte aparecem outros produtos com certa importância relativa. Em Crato, dos Cr\$23 milhões destinados pelo Banco do Brasil ao custeio da produção, 70% foram concedidos para o algodão (Cr\$16 milhões), seguindo-se a cana-de-açúcar com Cr\$3 milhões, o milho

continuação da Nota nº 1 da página 98 .

Os parceleiros adquirem do Incra a parcela (correspondente a um módulo) comprometendo-se a pagá-la em um prazo de sete anos a partir da terceira safra. O preço corresponde ao pago pelo Incra (geralmente irrisório porque fixado pela declaração de imposto dos proprietários) e mais os custos do trabalho de topografia efetuados pelo Incra para a divisão das parcelas (em geral elevados). Como em geral o parceleiro não dá conta do trabalho da lavoura de sua parcela, é comum ele subcontratar parceiros para a exploração, financiando-os pelo repasse do crédito a que têm direito por serem portadores de carta de anuência e de toda uma política de crédito que os beneficia. Reproduce-se, assim, em menor escala, o esquema geral. Os objetivos do "Proterra" parecem ser o de criar uma camada de pequenos proprietários rurais, uma classe média que sirva de anteparo entre os interesses de grandes proprietários e dos produtores diretos. Entre as queixas registradas em entrevistas contra o Proterra destacam-se as que o culpam de expulsão de trabalhadores de terras onde antes trabalhavam (nem todos cabem nos módulos) e de alguns privilégios (os parceleiros recebem assistência técnica e facilidade de crédito). Comenta-se, inclusive, que os parceleiros do "cinturão verde" de Fortaleza possuem automóveis e mandam seus filhos à Universidade.

com Cr\$ 2 milhões, e as demais culturas com Cr\$ 2 milhões. Os proprietários de Juazeiro do Norte receberam Cr\$ 9,5 milhões para o custeio do algodão e Cr\$ 7,5 milhões para investimento nessa cultura.

Os créditos de investimento agrícola destinam-se, em geral, à construção de açudes, e cercas, e à aquisição de máquinas agrícolas. Seu valor médio, por contrato, é bem mais elevado que o do crédito para custeio, e os prazos mais dilatados, variando segundo a finalidade específica. Via-de-regra vão parar em mãos de grandes proprietários.

Cabe aqui fazer uma ressalva em relação aos dados coletados, no sentido de que pode ter havido omissão de algumas linhas de crédito, não declaradas pelos entrevistados, ou mesmo na comunicação, já que, na sua totalidade, as informações foram fornecidas oralmente. Acredita-se, no entanto, que isto não invalida a análise aqui efetuada, cujo objetivo é o de fornecer uma idéia geral da política que norteia sua distribuição entre os clientes. Para isso os dados que acabam de ser arrolados constituem uma boa aproximação, dando uma visão global da estrutura do crédito rural no complexo algodoeiro do Ceará.

Por meio da análise acima, fica patente que os critérios adotados pelo sistema bancário oficial para a concessão de créditos (garantia de propriedade ou posse efetiva da terra, interesse em apresentar bons resultados, o que leva à concentração do crédito em poucas mãos) tem como principais efeitos o fortalecimento do capital comercial e a apropriação por este do excedente gerado na produção. O produtor direto geralmente só tem acesso ao crédito informal.

Como foi visto, ressalta logo, nos vários casos, a grande absorção de crédito oficial por parte das usinas. Sendo as principais usuárias do crédito bancário, as usinas asseguram, não só o suprimento da matéria prima, como preços baixos na compra do algodão. Financiando o proprietário na época do plantio, a usina assegura que, pelo menos o algodão correspondente ao valor financiado lhe será entregue no início da colheita. Ainda que o "fecha-

UNICAMP
ANEXO I - CONTRATOS

mento do preço" se dê, na maioria dos casos, trinta dias após a entrega do produto, os preços ainda não chegam a atingir o auge quando o proprietário tem que acertar suas contas com o usineiro.

O proprietário rural normalmente procura obter crédito do usineiro, a fim de complementar o que consegue diretamente no Banco. Geralmente, seu financiamento é feito 60% pelo BB e 40% pela usina. Esta, ao repassar o crédito bancário ao proprietário, em alguns casos ainda auferir um lucro financeiro, cobrando juros mais elevados. Mas seu interesse é, sobretudo, o de garantir o fornecimento de matéria-prima, e uma parte a custos mais baixos.

O proprietário, no entanto, via de regra auferir lucros extraordinários no repasse do financiamento obtido aos seus parceiros, cobrando juros que chegam a 5% ao mês. O crédito formal condiciona, dessa forma, os mecanismos do crédito informal, a-través dos quais o proprietário consegue espelir o produtor direto. Existe, portanto, toda uma cadeia de interdependência entre a estrutura fundiária e de poder econômico, por um lado, condicionando o acesso ao crédito, e o financiamento, por seu turno, configurando todo o processo de comercialização.

A estrutura do financiamento bancário oficial tende a respeitar e perpetuar a estrutura do poder local. A estratificação do financiamento, beneficiando principalmente os mutuários em melhores condições econômicas, e privilegiando os mais afastados da produção agrícola (usineiros primeiro, depois, os proprietários e por último os produtores diretos), constitui um dos pilares da perpetuação das relações de produção e das formas tradicionais de exploração agrícola no complexo algodoeiro do Ceará. O capital social entra aí, via crédito bancário, reproduzindo formas não capitalistas de produção. Os mecanismos do crédito informal assumem uma importância fundamental em toda essa engrenagem.

4.2. Crédito Informal

Como foi visto, o principal agente financeiro na região algodoeira é o BB. O outro banco oficial, o BNB, tem poucas agências na Região e concede empréstimos em um total bem mais redu

zido que o Banco do Brasil. A rede bancária oficial é responsável por grande parte do volume de crédito concedido para a agricultura na região, sendo o Banco do Brasil seu principal agente.

O financiamento oficial imprime o ritmo à atividade algodoeira, alimentando os agentes da comercialização do algodão para que estes, por sua vez, possam fazer funcionar a máquina produtiva, financiando os produtores diretos. Esse mecanismo de financiamento, por seu lado, condiciona o esquema da comercialização e de transferência de excedentes do produtor direto para os proprietários, comerciantes e usineiros.

Sendo as relações de produção de tipo pré-capitalista, o excedente não é expropriado na produção e não assume a forma de mais-valia. É na esfera da comercialização do algodão que o excedente é retirado do produtor direto, que não se encontra subordinado direta mas indiretamente ao capital. Essa subordinação ou dominação indireta do capital se expressa via financiamento, pelos caminhos tortuosos do crédito informal, e condiciona também a forma de extração do excedente. Esta não se processa na produção, mas sim na comercialização.

É por esse motivo que os "custos" da comercialização se elevam para os produtos da agricultura primitiva, pré-capitalista. Na verdade, eles encobrem uma transferência de excedentes, que, na produção tipicamente capitalista, se processa na esfera produtiva. Vistos de outro ângulo, os custos de produção em moldes capitalistas dos produtos agrícolas tendem a ser avultados em relação àqueles que possam ser imputados à produção baseada em relações pré-capitalistas ^{1/}, pois incluem o lucro, a mais-valia, o excedente expropriado ao produtor direto. Em consequência dessa retenção do excedente na esfera produtiva, a produção tipicamente capitalis

1/ - LEMOS (1977) mostra que os custos de produção do arroz em moldes capitalistas são mais elevados que aqueles da produção em moldes primitivos (conceituada como "pré-capitalista" no presente trabalho).

ta apresenta custos de comercialização reduções em relação à produção pré-capitalista. A redução dos custos de comercialização da produção agrícola em moldes capitalistas é bastante plausível, já que nesse caso o "empresário rural" (seja ele arrendatário capitalista ou proprietário) tem acesso direto ao crédito formal e controle sobre a produção. Isso faz com que seja maior seu conhecimento do mercado bem como a possibilidade dele controlar, em alguma medida, também o processo de comercialização. A diferença do produtor direto, que, como foi visto, está "amarrado" à comercialização dos intermediários, por depender destes para o financiamento da produção. No caso da produção primitiva, o empresário rural tem muito maior liberdade para comercializar sua produção diretamente com as usinas (ou maquinistas), em condições bastante mais vantajosas que a dos primeiros. Além disso, esse controle sobre o processo de produção e o acesso direto ao financiamento (também condição indispensável para a produção), dá ao empresário condições de reter parte do excedente expropriado aos assalariados rurais, como ocorre na esfera industrial.

Nas páginas que seguem pretende-se analisar os mecanismos que permitem a transferência do excedentes do produtor direto à esfera da comercialização do algodão no sertão cearense. Desde o início ressalte-se que a intrincada cadeia do crédito informal está intimamente relacionada com as relações de produção em que o complexo algodoeiro está fundado: as relações de parceria.

A grande oscilação na rentabilidade da cultura do algodão arbóreo no sertão cearense, devida às secas periódicas e a variações no preço do algodão, torna bastante vantajosa para o proprietário da terra a adoção das relações de parceria. Estas aparecem como a forma mais efetiva de socializar as perdas nos anos desfavoráveis. Por outro lado, a partilha dos riscos com o parceiro não é acompanhada pela divisão igualitária do excedente como seria de se esperar.

A transferência do excedentes do produtor direto - parceiros e moradores - para o proprietário da terra dá-se também na esfera de circulação do produto do parceiro, além do excedente que é transferido na forma de renda-produto e renda-trabalho. Assim, o

proprietário assegura não só o pagamento da renda devida ao monopólio da terra, mas também se apossa do excedente da produção de algodão e dos produtos de subsistência do parceiro, via comercialização de toda a produção do mesmo.

A comercialização do algodão no Ceará começa no momento do plantio. Para dar início à produção, o parceiro precisa recorrer ao proprietário da terra para financiar o cultivo do algodão e produtos de subsistência. Estabelece-se, assim, o contrato de parceria, pelo qual o parceiro se obriga a plantar algodão e, nos intervalos da cultura (os arbustos são plantados com espaçamento variável, sendo o mais comum de 2 m x 1 m) semear as culturas de subsistência, no caso o milho e o feijão (ou arroz). Quando o dono da terra dá o terreno limpo e fornece as sementes de milho e feijão, além da "meia" do algodão, recebe também a terça ou a quinta parte dos "cereais" (designação genérica dada na região aos produtos de subsistência). Quando o parceiro se responsabiliza pela "limpa" do terreno e pelo custeio total da produção, os cereais lhe pertencem integralmente.

O contrato verbal de parceria estabelece que toda a comercialização do algodão do parceiro será feita pelo dono da terra (v. Cap. 3). Sendo este a fonte mais segura de financiamento do parceiro para o custeio da produção e da sua sobrevivência na entressafra, não lhe resta outra alternativa senão submeter-se ao contrato. O parceiro não tem acesso ao financiamento bancário, já que os bancos exigem a propriedade da terra como garantia do crédito, ou então um aval do proprietário, que só é concedido pelos proprietários absenteístas.

Além disso, o crédito é concedido com prazo de três a quatro meses, findo o qual o parceiro deve prestar contas e, como se diz na região, "fechar o preço" do algodão. Ou seja, se o parceiro recebe o empréstimo em fevereiro ou março, deverá restituí-lo em maio, junho ou julho. Para isto deverá vender o produto ao proprietário nessa época, quando o algodão ainda não foi colhido. Trata-se da venda "na folha", através da qual o parceiro recebe um preço irrisório pelo algodão. Vendo-se obrigados a prestar contas da dívida

contraída, os parceiros são forçados a aceitar o preço pago pelo proprietário. Estes, por seu lado, fazem o cálculo do preço pela cotação do mercado sulino de algodão, que nesses meses (maio, junho) está em plena safra.

Este é o primeiro momento da comercialização do algodão do produtor direto. Na verdade é o momento da avaliação do produto do parceiro, pois a comercialização, vista como contrato de compra e venda entre produtor e proprietário, começa mesmo no plantio, com o financiamento da produção, como já foi dito. E a fixação do preço antes mesmo do algodão estar florido, antes da colheita, é na verdade bastante arbitrária. Nesse momento não há no Nordeste transações de algodão com as usinas de beneficiamento. Estas encontram-se desativadas, funcionando apenas nos meses da safra (setembro até novembro) ou até um mes ou dois após a colheita.

Durante a safra, a comercialização do algodão não se faz praticamente mais com o produtor direto. Trata-se mais de uma transação entre intermediários de diferentes tipos. É nessa época que o proprietário da terra vende às usinas o seu próprio algodão e o adquirido dos parceiros. Além dos grandes proprietários, as usinas tem também outros fornecedores importantes, que são os corretores de algodão ou os agentes compradores.

Em pesquisa de campo efetuada por Ignácio Tavares ^{1/} nos municípios de Quixadá e Missão Velha foi feito um estudo da comercialização do algodão bastante revelador dos fenômenos aqui analisados.

Araújo estudou o fluxo do algodão dos parceiros aos proprietários e intermediários (corretores), dos proprietários aos corretores e usineiros e dos intermediários aos usineiros. As propriedades foram classificadas em grandes, médias e pequenas, nos dois municípios, levando em consideração que Quixadá tem uma estrutura fundiária bastante concentrada, enquanto Missão Velha tem 92,6% dos estabelecimentos com menos de 100 Ha. e cobrindo 94,6% da superfície do município. Desta forma, a estratificação usada para Missão Velha é a seguinte: pequenas propriedades (de 3,0 a 25,0 Ha.), mē-

1/ - ARAÚJO (1975).

dias propriedades (de 25,1 a 100,0 Ha.) e grandes (de 100,1 a 800,0 Ha.).

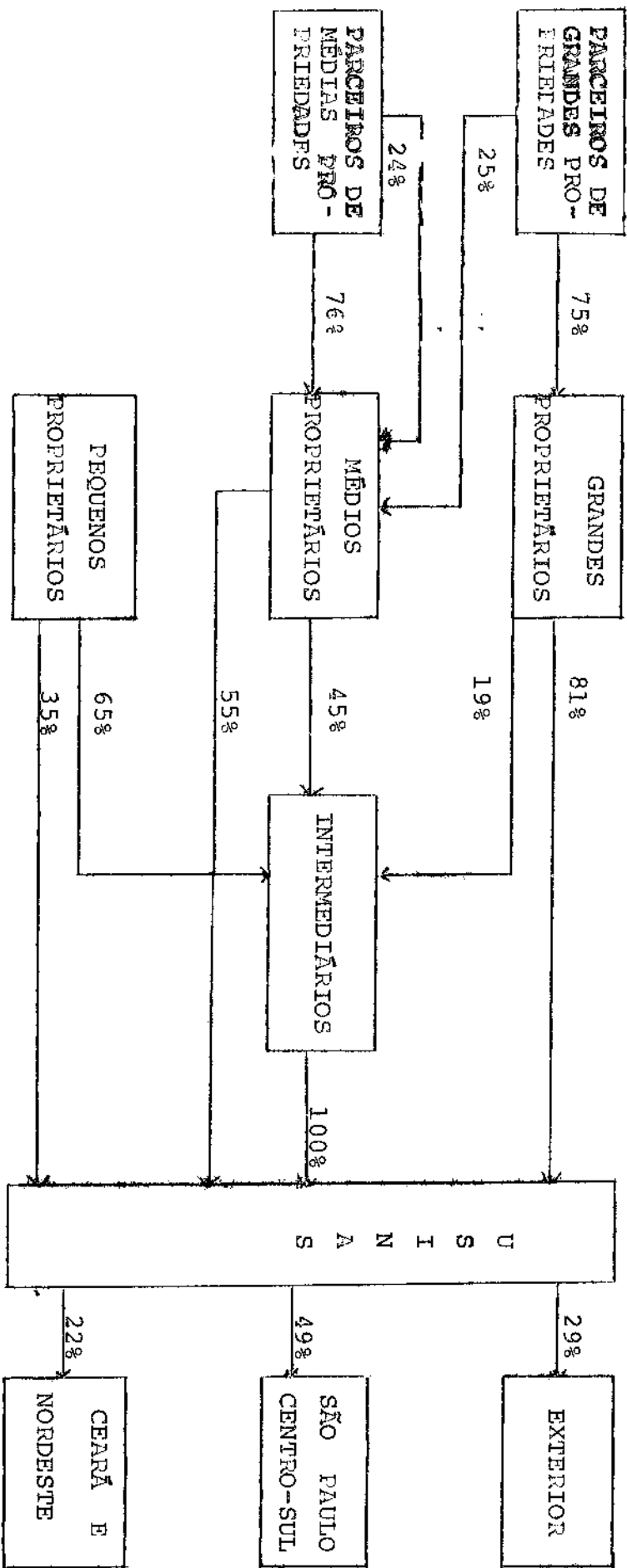
Já em Quixadá são consideradas pequenas propriedades aquelas de 5,0 a 60,0 Ha., médias as de 60,1 a 200,0 Ha., e grandes propriedades as de 200,1 a 2.000 Ha.

A amostra tomada para Quixadá inclui 3 usineiros, 31 intermediários, 25 pequenos proprietários, 19 proprietários médios, 17 grandes proprietários, 16 parceiros de médias propriedades e 47 das grandes. Em Missão Velha foram entrevistados um usineiro, 14 intermediários, 23 pequenos proprietários, 25 médios, 11 parceiros dessas médias propriedades, 22 grandes proprietários e 49 parceiros das grandes propriedades.

Tomados em conjunto os dados para os dois municípios, os proprietários de diversos tamanhos foram responsáveis em média pela produção de 58% do total do algodão em caroço da amostra, sendo 42% produzidos por meeiros. A amostra compreendeu um total de 682 toneladas de algodão em caroço comercializadas por parceiros e proprietários. As pequenas propriedades não tinham parceiros em nenhum dos municípios. O Gráfico 2 apresentado a seguir mostra o fluxograma da comercialização do algodão nos dois municípios, sendo os percentuais referidos ao volume total de algodão comercializado.

GRÁFICO 2

FLUXOGRAMA DA COMERCIALIZAÇÃO DO ALGODÃO NOS MUNICÍPIOS DE QUIXADÁ E MISSÃO VELHA 1972



A pesquisa em questão revela que mais de três quartas partes da produção dos parceiros é comercializada com os proprietários de terra. Mostra também que os pequenos proprietários vendem sua produção principalmente aos intermediários, muito provavelmente porque dependem destes para o financiamento de sua produção. Os médios proprietários já revelam maior independência. E os grandes proprietários mostram franca preferência pela venda direta aos usineiros, vendendo a estes 81% do algodão disponível - (Ver Gráfico 2). Também é interessante notar no Gráfico a importância do mercado sulino nas compras de algodão beneficiado: cerca da metade do algodão em pluma comercializado pelas usinas destina-se à indústria têxtil do Sul do país.

Outra informação interessante da pesquisa em questão refere-se ao percentual pago pelos parceiros como renda-produção. Este nem sempre equivale à metade do algodão produzido: os que trabalham em médias propriedades pagaram 49% de sua produção aos proprietários, enquanto os vinculados aos grandes proprietários pagaram 47% de sua produção total a título de renda. No geral, a média que os parceiros pagaram aos proprietários situou-se em torno de 47% da produção total. ^{1/}

As taxas de juros cobradas pelos usineiros aos intermediários por eles financiados variavam de 2,6% a 3,0% ao mês, sendo o prazo dos financiamentos de 135 a 150 dias. Os intermediários por sua vez repassam os empréstimos aos proprietários, pelo mesmo prazo, cobrando juros de 3,2% até 4,5% ao mês, segundo informações colhidas pela referida pesquisa ^{2/}. Por outro lado, 77 % dos parceiros entrevistados declararam pagar 5% ao mês de juros dos empréstimos tomados do patrão

Araújo distingue dois grandes tipos de intermediários: os intermediários-agentes, que não tomam posse da mercadoria e os intermediários-comerciantes, que adquirem a

1/ - ARAÚJO (1975), págs. 28, 34 e 36.

2/ - IDEM , págs. 44, 46, 48, 50, 52 e 54

mercadoria para vendê-la depois. Entre os intermediários agentes - distinguem-se também: os corretores, que negociam em nome do comprador ou vendedor; os comissários, que têm controle físico da mercadoria e negociam sua venda, sem contudo ter a posse da mesma; e o agente de fábrica, representante de uma usina e que compra em nome desta.

Para simplificar, no presente trabalho distingue-se a -penas o corretor e o agente, já que os intermediários-comerciantes são, em geral, corretores de algodão. Estes dispõem de maior independência quanto ao momento da venda, pois trabalham com diversas usinas, apesar de serem - como os agentes-financiados pelas mesmas. Na verdade, os corretores são comerciantes de algodão e de outros produtos. Eles são também os intermediários responsáveis pela coleta de pequenas produções de algodão de pequenos proprietários. O mecanismo pelo qual asseguram a compra do algodão dos pequenos produtores minifundistas assemelha-se muito ao esquema utilizado pelos grandes proprietários. Financiam o pequeno proprietário na época do plantio, com a condição de que o algodão assim financiado lhes seja vendido ao término do prazo do financiamento.

Os pequenos proprietários teoricamente têm acesso direto ao crédito bancário, mas esse acesso é dificultado ou mesmo impossibilitado no caso de proprietários de pequenos glebas. Os interesses bancários - mesmo no caso dos bancos oficiais - não aconselham a utilização do crédito para financiar numerosas pequenos produtores. A necessidade das agências mostrarem bons resultados no balanço anual, leva aos gerentes a uma política de concessão de pequeno número de créditos de maior vulto, reduzindo assim os custos operacionais e os riscos.

Além disso, por serem muito vulneráveis do ponto de vista financeiro e estarem sujeitos a perder boa parte de sua produção nos anos de seca, os pequenos proprietários têm também um certo temor de contrair empréstimos bancários passíveis de fazê-los - perder suas terras para pagamento das suas dívidas. Preferem pedir empréstimos a juros exorbitantes dos corretores, com que já tem estabelecida uma relação que se reveste de traços paternalistas, do que enfrentar os riscos do crédito "formal". Os intermediários do

crédito "informal" têm sabido entender melhor as situações críticas - como os anos de seca mais prolongada - e têm podido esperar um pouco mais para receber os seus créditos. A relação com eles se faz com maior fluidez do que com uma instituição impessoal como o banco.

Outros fatores, como a distância das pequenas propriedades dos núcleos urbanos onde se acham localizadas as agências bancárias e o fato de que os bancos, quando dão créditos ao pequeno agricultor, concedem uma quantia - relacionada ao tamanho da propriedade - quase sempre insuficiente para custear a produção e a família do agricultor na entressafra - fazem o pequeno proprietário cair nas mãos do intermediário para o financiamento da produção, que o condiciona ao monopólio na comercialização de seus produtos.

O corretor, seja ele comerciante de algodão, seja um simples "bodegueiro" que fornece víveres a crédito, ao produtor rural, repassa o financiamento recebido das usinas ou dos bancos para o pequeno proprietário, auferindo, tal como grande proprietário, um lucro financeiro por esse repasse a juros elevados. E também como o primeiro, compra em geral a produção "na folha", para revendê-la a partir da época de colheita, com um lucro comercial considerável, devido às grandes oscilações de preço entre junho e outubro, os meses do "pico" da comercialização do produtor e do usineiro, respectivamente. ^{1/}

Um outro personagem da comercialização é o agente das usinas de beneficiamento que compra a produção em nome da usina, diretamente do produtor. Também ele coleta pequenas produções, financiando pequenos proprietários. Trata-se em geral de médios proprietários e também de comerciantes, alguns estabelecidos nos centros urbanos. A origem do seu financiamento é geralmente a usina, mas os agentes também se apoiam financeiramente nos bancos, desviando créditos comerciais para empréstimos a pequenos agricultores. As usinas, por sua vez, repassam o financiamento, que lhes é concedido pelos bancos, aos grandes proprietários, corretores e agentes compradores.

1/ - No ano de 1976 o preço do algodão em caroço mais do que duplicou no período de junho a outubro (de Cr\$ 70,00 a Cr\$ 80,00 a arroba em maio - junho, passa a Cr\$ 150,00 a Cr\$ 160,00 a arroba de algodão em caroço em outubro/novembro), segundo informações colhidas na região algodoeira durante a pesquisa do Convênio UNICAMP/INCRA. Isto permitiu a grandes proprietários e corretores que compraram algodão "na folha" obter um lucro de mais de 100% na comercialização do algodão dos produtores diretos.

O preço pago pela matéria prima - o algodão em caroço - é calculado pelas usinas a partir do preço do algodão em pluma no mercado. Trata-se de um preço derivado e administrado pelas usinas de beneficiamento. Na formação de preço do algodão em pluma, a matéria prima corresponde (aos preços pagos pela usina) a cerca de 50%. Os custos diretos e indiretos das usinas são estimados em 22% a 25% do preço do algodão em pluma, o que deixaria uma margem de lucro para as usinas de 25 a 28% do faturamento ^{1/}. Este lucro encobre também uma transferência de excedentes do produtor direto, pois ao administrar os preços da matéria-prima as usinas fixam diretamente sua margem de lucros. O fornecimento do algodão em caroço é assegurado para as usinas pelo mecanismo de financiamento que prende corretores e proprietários à comercialização com as usinas repassadoras de crédito.

Os usineiros, ao repassarem o crédito bancário, asseguram assim seu suprimento de matérias primas. Na verdade o crédito que lhes é concedido pelo Banco do Brasil destina-se à compra de matéria prima. Através de repasse do financiamento bancário, as usinas de beneficiamento asseguram também que uma boa parte das matérias primas lhes chegará às mãos com custos mais baixos. É que o crédito concedido pela usina a grandes proprietários e intermediários em geral também tem prazo certo e vence aproximadamente no final de setembro. Nessa ocasião chega a vez dos grandes proprietários "fechar o preço" com as usinas. Isto se dá normalmente a preços mais baixos do que os que eles obteriam se pudessem esperar até outubro ou novembro.

Não há portanto porque surpreender-se de que os preços do algodão sejam mais altos na safra do que antes desta começar, embora eles possam também elevar-se depois da mesma, quando resta pouco algodão na mão de atravessadores. Na verdade, há dois momentos bem distintos da comercialização do algodão no Ceará. O primeiro é realizado ao nível do produtor direto, o qual, endividado, tem que vender sua produção "na folha". O segundo momento é a

1/ - Informações colhidas durante a pesquisa de campo efetuada para o Convênio UNICAMP/INCRA.

comercialização entre intermediários - de um lado o grande proprietário e o corretor ou comerciante e de outro o usineiro.

O algodão vendido após a safra é aquele financiado diretamente pelo banco ao proprietário da terra, ou aquele cujo financiamento provem de desvio de recursos de créditos comerciais para a agricultura. Assim, se bem que as usinas comprem boa parte do algodão a bom preço - ainda que não "na folha" - elas são forçadas a comprar o restante a preços mais altos dos proprietários e comerciantes que guardaram uma parte do algodão para venda a melhor preço. Os mecanismos de financiamento asseguram dessa forma a transferência de excedentes do produtor direto para o primeiro intermediário - proprietários e corretores - estes para o segundo intermediário - os usineiros.

4.3. - Relação Agricultura/Indústria

Naturalmente o excedente extraído ao produtor de algodão não permanece na esfera do capital comercial do complexo algodoeiro da Região. Numa segunda instância os usineiros têm que barganhar a divisão do excedente, do qual se apropriam, com a indústria têxtil nacional ou com o mercado internacional. Estes últimos, pela fixação de preços baixos para o algodão beneficiado - algodão em pluma - forçam a transferência de uma parte do excedente apropriado pelas usinas para a órbita do capital industrial, para o reforço da acumulação, portanto. Fecha-se assim o circuito. A intermediação do Estado, via transferência de financiamento bancário para os agentes do capital comercial local - usineiros, comerciantes e grandes proprietários - assegura a reprodução das relações de produção na cultura algodoeira e a transferência de excedentes da produção para a comercialização do algodão.

É preciso reconhecer que essa transferência, se bem possa aparecer na órbita da circulação, tem início na verdade na sua própria produção, com o financiamento desta pelo capital comercial. Assim como a propriedade da terra assegura para o seu titular a percepção da renda, o acesso ao financiamento bancário assegura a seus beneficiários a apropriação do excedente da produção.

Mas, o processo não se encerra aí. O capital mercantil defronta-se com o capital industrial - do País ou do Exterior -

e os mecanismos de mercado se encarregam de transferir parte dos excedentes apropriados por este para o capital industrial. Sendo a dinâmica da acumulação de capitais dada pelo setor industrial, é este quem determina os preços do algodão em pluma, comprimindo as margens de lucro do capital comercial. Mecanismos monopsônicos por parte da indústria têxtil asseguram uma parte maior do excedente - transferido para esta última.

E mais ainda, o próprio ritmo de atividades do complexo algodoeiro é dado pelo nível de acumulação do setor industrial. Indiretamente podemos apreciar esta dinâmica derivada das atividades agrícolas - não só da agricultura pré-capitalista, mas da agricultura em geral - através da política do governo para com o setor agrícola, ora estendendo, ora restringindo créditos à agricultura. Estas restrições ou extensões do crédito oficial às atividades agrícolas visam simplesmente regular essas atividades de acordo às necessidades de crescimento do setor dinâmico do centro motor da acumulação de capitais. O fato dessa acumulação nutrir-se da transferência de excedentes de produções realizadas em moldes pré-capitalistas reflete apenas uma das formas mais vantajosas que tem o capital de expropriar o produtor direto. Por um lado, pelas relações de parceria, o produtor direto se responsabiliza pela reprodução de sua força de trabalho, cultivando produtos de subsistência - em consórcio com o algodão. Por outro lado, essas relações, baseadas no paternalismo, permitem a vinculação do financiamento às condições de comercialização, tornando o trabalhador agrícola extremamente vulnerável aos mecanismos de expropriação do excedente de sua produção pelos vários agentes da comercialização. Dessa forma reduz-se em grande medida o custo de reprodução dessa força de trabalho para o capital, para a expansão da acumulação no País.

Não quer isso dizer que a reprodução dessas relações pré-capitalistas de produção não representem contradições para a produção capitalista. Esta produção se faz com baixíssima utilização de insumos agrícolas, quase nenhum maquinário e técnicas as mais tradicionais. Isto se reflete em menor produtividade. Por outro lado, a marginalização de importantes setores da produção de alimentos e matéria prima do consumo de produtos industriais, seja para a reprodução da força de trabalho seja para a própria produção agrícola,

não deixa de constituir-se em entrave para o próprio crescimento do ritmo da acumulação do setor industrial.

Não é por acaso que vemos o setor de produção de máquinas e implementos agrícolas e o setor de produção de adubos e corretivos do solo pressionaram os órgãos governamentais para a concessão de créditos e subsídios especiais para aquisição desses produtos. Na verdade a manutenção dessas relações de produção pré-capitalistas representa contradições específicas com o capital. No caso do algodão cearense, o fornecimento de matéria prima não parece ser o aspecto mais importante. Grande parte do algodão utilizado pela indústria têxtil nacional provém dos Estados de São Paulo e Paraná. Ocasionalmente o Nordeste se transforma em fornecedor importante, como por ocasião da quebra da produção sulina na safra de 1976. Mas, a rápida reorientação da produção do Sul do país deve devolver o mercado aos fornecedores mais próximos.

É talvez nas condições sócio-econômicas do produtor direto que vamos encontrar a contradição principal dessas relações pré-capitalistas com a acumulação do capital industrial. Através da manutenção dos produtores a nível de subsistência e sua marginalização da atividade econômica principal - a indústria - o capital vai colocando um limite a suas possibilidades de acumulação endógena, bem como à extração de excedentes dessa agricultura tradicional. A expansão da produção de algodão no sertão cearense vem-se processando nos últimos quinze anos à custa de uma progressiva perda de produtividade. Com o esgotamento das terras, que não recebem nenhum benefício corretivo, terrenos cada vez menos férteis são ocupados e a rotação de terras de cultivo se faz em ciclos cada vez menores.

Por outro lado, o crescimento demográfico provoca uma pressão sobre a terra, diminuindo a área média dos estabelecimentos. Dessa forma é cada vez menor o excedente a ser extraído do produtor. Cresce a quantidade de produtores por unidade de área e decresce a produtividade. Por mais que migrações sucessivas, durante as secas periódicas, venham minorar os efeitos da baixa produtividade sobre o total de excedentes, este tende a cair.

Ao reproduzir o complexo algodoeiro e manter intactas as formas de organização da produção, ainda com a produtividade de-

crescente, na verdade o capital não desenvolve suas forças produtivas. Assim, a reprodução do complexo algodoeiro em moldes pré-capitalistas vai determinando os seus próprios limites. Com a diminuição do excedente que se possa extrair, por área, e o progressivo esgotamento das terras, a atividade algodoeira vai se tornando cada vez menos atrativa, até para o capital comercial local.

Hoje, parte do excedente retido no complexo, nas mãos dos agentes da comercialização agrícola, vem sendo desviado da atividade algodoeira. Não havendo alternativas de investimento na Região, esses excedentes são canalizados para atividades especulativas, como compras de terras para fins de valorização ou compra de casas em municípios maiores.

O absenteísmo progressivo dos proprietários e o parcelamento das propriedades podem ser considerados indícios do desinteresse pela atividade algodoeira face a alternativas que as cidades possam oferecer. A perdurarem as atuais tendências de decréscimo da produtividade e aumento da densidade populacional, pode-se até chegar à regressão de todo o complexo a uma economia de subsistência, na ausência de alterações significativas das regras do jogo atual (formas de financiamento e políticas, em geral, para a agricultura, e, em particular, para o algodão) ou nos preços da fibra.

Pela análise feita até aqui, fica claro que não é grande a diferença na situação dos agricultores sem terra em relação aos pequenos minifundistas. Daí resultar falaciosa qualquer tentativa de resolver os problemas sociais e econômicos do complexo pela simples redistribuição de terras entre os produtores diretos. O acesso ao financiamento da produção e o controle da comercialização de seus produtos é medida fundamental, que deveria acompanhar qualquer tentativa de reforma agrária efetiva. No entanto, seriam dificilmente assimiláveis pelo modelo de acumulação brasileiro, medidas que viessem, de alguma forma, encarecer o algodão bruto e diminuir a margem de extração de excedentes da agricultura pré-capitalista. Nesse sentido a luta dos produtores diretos do ser-tão algodoeiro aproxima-se daquela em que se debatem os operários no campo e da cidade. Trata-se de uma luta por melhores condições de existência.

Pode-se prever, portanto, o aguçamento das contradições entre os produtores diretos, lutando pela manutenção de um padrão mínimo de sobrevivência, e os intermediários diversos, na tentativa de manter em certo nível o volume de excedente expropriado. Do resultado das lutas sociais vão depender as soluções econômicas de ampla região do nordeste brasileiro - o sertão cearense.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ACORDO SUDENE/BIRD (1976) - A Economia Agrícola do Nordeste- Diagnóstico Parcial e Perspectivas, Relatório da Fase I da Pesquisa sobre as Unidades de Produção Agrícola do Nordeste, Acordo SUDENE/BIRD/UFPe/UFG-MG/INCRA/EMATER-Ne/ESTADOS/CEPAs, (Recife, março de 1976). Relação de variáveis para o Ceará.
- AMARAL (1958) - Luis Amaral: História Geral da Agricultura Brasileira, Vol. II, Cap. III (São Paulo, 1968, Cia. Editora Nacional).
- ANDRADE (1973) - Manuel Correia de Andrade: A Terra e o Homem no Nordeste (São Paulo, 1973, Editora Brasiliense).
- BIELSCHOWSKY (1975) - Ricardo Alberto Bielschowsky: Bancos e Acumulação de Capital na Industrialização Brasileira- Uma Análise Introdutória- (1935/1962), Dissertação de Mestrado (Brasília, 1975, ICH, UnB, mimeo).
- BNB (1969) - Banco do Nordeste do Brasil: Informações Básicas para Elaboração de Orçamentos Agrícolas no Nordeste (Fortaleza, 1969, BNB), 149 págs.
- CANO (1977) - Wilson Cano: Raízes da Concentração Industrial em São Paulo (São Paulo, 1977, DIFEL).
- CARDOSO DE MELLO (1975) - João Manuel Cardoso de Mello: O Capitalismo Tardio, (Campinas, 1975, UNICAMP), mimeo.
- CEPA-CE (1971) - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - Ceará: Subsídios Básicos à Elaboração do Plano de Governo do Estado do Ceará, (Fortaleza, 1971, CEPA-CE).
- CEPA-Ce (1976) -----: Plano Anual de Produção e Abastecimento - 1975/1977, (Fortaleza, 1976, CEPA-CE).
- CIDA (1966) - Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola: Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Sócio-Econômico do Setor Agrícola - Brasil, (Washington, 1966, União Pan-Americana).
- CONVÊNIO FCMBB/CONTAG (1977) - Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu: Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, (Botucatu, 1977, FCMBB), Relatório de Pesquisa.
- CONVÊNIO UNICAMP-INCRA (1976) - Universidade Estadual de Campinas: Relatório de Pesquisa sobre Produção e Comercialização de Produtos Agrícolas no Brasil (Campinas, 1976, UNICAMP), em fase de impressão.

- CUNNIFF (1975) - Roger L. Cuniff: "The Birth of Drought Industry: Imperial and Provincial Response to the Great Drought in Northeast Brazil - 1877-1880", Revista de Ciências Sociais, Vol. VI, N^{os}. 1 e 2 (Fortaleza, 1^o e 2^o Semestres de 1975, Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará), pags. 65/82.
- DUQUE (1964) - José Guimarães Duque: O Nordeste e as Lavouras Xerófilas (Fortaleza, 1964, BNB/ETENE).
- EMBRAPA (1975) - Sistemas de Produção para Algodão Arbóreo - Ceará, Circular n^o 68, Outubro de 1975, 32 p^{as}.
- FURTADO (1964) - Celso Furtado: Formação Econômica do Brasil (São Paulo, Outubro de 1964, Editora Fundo de Cultura).
- FURTADO (1964 a) - Celso Furtado: Dialética do Desenvolvimento (Rio de Janeiro, Setembro de 1964, Editora Fundo de Cultura).
- GIRÃO (1947) - Raimundo Girão: História Econômica do Ceará (Fortaleza, 1947, Editora Instituto do Ceará).
- GIRÃO (1962) - Raimundo Girão : Peguesa História do Ceará (Fortaleza, 1962, Editora Instituto do Ceará).
- HOFFMANN E GRAZIANO (1975) - Rodolfo Hoffmann e José Francisco Graziano da Silva: A Estrutura Agrária Brasileira, trabalho apresentado na "Conference on Growth, Productivity and Equity Issues in Brazilian Agriculture", realizada na "Ohio State University", em Columbus, Ohio, de 13 a 15 de Janeiro de 1975.
- LEMO (1977) - Maurício Borges Lemo: Um Estudo Comparativo sobre as Formas de Organização da Produção de Arroz no Brasil- (1950/1970) Campinas, 1977, Dissertação de Mestrado apresentada no DEPE, UNICAMP.
- MARX, Karl: El Capital, cap. XXIII e XXIV do I Tomo e Cap. sobre Renda da Terra no III Tomo (México, 1975, Editora Fondo de Cultura Econômica).
- OLIVEIRA (1974) - João do Carmo Oliveira: Observações sobre a Política de Preços Mínimos no Brasil, (São Paulo, 1974, USP/IPE) , monografias, 5, 82 p^{as}.
- OLIVEIRA (1975) - João do Carmo Oliveira: "A Política de Preços Mínimo Brasil", in Comissão de Financiamento da Produção, Preços Mínimos- Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul: Safra 1975/1976, (Brasília, 1975, CFP), Anexo IV, p^{as}. 175/188.

- OLIVEIRA E ALBUQUERQUE (1977) - João do Carmo Oliveira e Cláudia Ponte de Albuquerque: Avaliação da Política de Preços Mínimos (Brasília, 1977, Comissão de Financiamento da Produção, Coleção Análise e Pesquisa, Vol. 2), 27 págs.
- SAYAD (1976) - João Sayad: Planejamento, Crédito e Distribuição de Riqueza, s.l., 1976, ANPEC.
- SILVA (1975) - Sérgio Silva: Desenvolvimento Econômico e Agrícola no Brasil: As Formas de Acumulação e o Desenvolvimento do Capitalismo no Campo (Campinas, 1975, UNICAMP), mimeo.
- SILVA (1976) - Sérgio Silva: Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil (São Paulo, 1976, Editora Alfa-Omega).